

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO LÓGICA E METAFÍSICA

Sagid Salles Ferreira

NOMES PRÓPRIOS: REFERÊNCIA E IDENTIFICAÇÃO

Rio de Janeiro

2013

Sagid Salles Ferreira

NOMES PRÓPRIOS: REFERÊNCIA E IDENTIFICAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação Lógica e Metafísica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Guido Imaguire

Rio de Janeiro

2013

Ferreira, Sagid Salles

Nomes Próprios: Referência e Identificação/Sagid Salles
Ferreira . Rio de Janeiro:UFRJ, IFCS, 2013.

x, 114f.

Orientador: Guido Imaguire

Dissertação (Mestrado) –UFRJ/IFCS/Programa de Pós-
Graduação Lógica e Metafísica.2013.

Referências Bibliográficas: 112 – 114 f.

1. Filosofia da Linguagem. 2. Referência. 3.Nomes
Próprios. I. Imaguire, Guido (Orient.). II Universidade
Federal do Rio de Janeiro - Programa de Pós-graduação
Lógica e Metafísica. III. Nomes Próprios: Referência e
Identificação.

Sagid Salles Ferreira

NOMES PRÓPRIOS: REFERÊNCIA E IDENTIFICAÇÃO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação Lógica e Metafísica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Área de concentração: Filosofia, Ontologia Lógica e Semântica filosófica.

Aprovada por:

Presidente, Prof. Dr. Guido Imaguire (orientador) – UFRJ

Prof. Dr. Marco Antônio Caron Ruffino – UFRJ

Prof. Dr. Ludovic Soutif – PUC Rio

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 2013.

Para Paula

AGRADECIMENTOS

A Guido Imaguire, por aceitar me orientar ao longo desta pesquisa e por suas valiosas correções em todos os textos que escrevi desde então. Sem a sua orientação, este trabalho seria sem dúvida muito pior. A Marco Ruffino e Ludovic Soutif, por aceitarem o convite para participar da banca de defesa desta dissertação e pela inspiradora disciplina sobre Evans, que tive o prazer de frequentar.

Ao Programa de Pós-Graduação Lógica e Metafísica da UFRJ, pelo ambiente filosófico proporcionado.

A CAPES, pela bolsa sem a qual esta pesquisa não seria possível.

A Stefania Montes Henriques, Leandro Shigueo, Iago Bozza e Pedro Merlussi, por suas correções deste trabalho ou de versões anteriores dele. Agradeço também a Rodrigo Cid e Aluizio Couto pela contribuição em outros aspectos.

A Sérgio Miranda e Desidério Murcho, que me apresentaram a Filosofia.

Por fim, aos meus pais e irmãos, por sempre me incentivarem, e à Paula Akemy, a quem não tenho palavras para agradecer.

RESUMO

NOMES PRÓPRIOS: REFERÊNCIA E IDENTIFICAÇÃO

A presente dissertação trata do problema da referência singular dos nomes próprios. Grosso modo, este é o problema de como conseguimos referir a objetos particulares através de nossos usos de nomes. Eu tenho dois objetivos principais, um negativo e um positivo. O negativo consiste em refutar a Teoria Causal, pelo menos em algumas de suas principais versões (Kripke: 1972 e Devitt: 1981 e 1999). O positivo consiste em apresentar e defender uma perspectiva alternativa que sustento ser mais bem-sucedida que aquela. A perspectiva que apresento segue a mesma linha de Evans (1982), Campbell (2002), Jackson (2010), Sainsbury (2005) e outros. Embora haja diferenças, que apontarei ao longo do texto. Um ponto crucial é que aceita o chamado *Princípio de Russell*. Aplicado à teoria da referência, este princípio afirma que uma condição necessária para o sucesso de um falante em referir por um nome é que ele seja capaz de identificar o referente do mesmo. A dissertação será dividida em três partes. Na primeira, exponho um conjunto de noções importantes para o debate sobre a referência dos nomes, assim como um pouco do que seguirá. Na segunda, argumento contra a Teoria Causal, concluindo que ela fornece uma explicação insatisfatória do problema da referência. Faço isto através de dois exemplos que penso serem problemáticos para esta teoria. Na terceira, defendo uma perspectiva alternativa que aceita o princípio de Russell e que penso lidar melhor com os casos problemáticos.

Palavras-chave: Referência, Nomes Próprios, Princípio de Russell, Identificação, Teoria Causal.

Rio de Janeiro

01/2013

ABSTRACT

PROPER NAMES: REFERENCE AND IDENTIFICATION

This dissertation addresses the problem of singular reference of proper names. Roughly, this is the problem of how we can refer to particular objects through our name uses. I have two main objectives, a negative one and a positive one. The first is to refute the Causal Theory, at least in some of its major versions (Kripke: 1972 and Devitt: 1981 and 1999). The last is to present and defend an alternative perspective that I sustain to be more successful than that. The perspective I present follows the same line of Evans (1982), Campbell (2002), Jackson (2010), Sainsbury (2005) and others, although there are differences that will be pointed out throughout the text. A crucial point is that it accepts *Russell's principle*. Applied to the theory of reference, this principle states that a necessary condition for the success of a speaker in referring to a name is that it is able to identify the referent of that name. The dissertation is divided into three parts. First, I expose a set of important concepts to the debate about the reference of names, and some preview from what comes next. Secondly, I argument against the Causal Theory, concluding that it provides an unsatisfactory explanation of the problem of reference. I do this through two examples that I think are problematic for this theory. In the third part, I advocate an alternative perspective that accepts Russell's principle and I think better handles the problematic cases.

Key words: Reference, Proper Names, Russell's principle, Identification, Causal Theory.

Rio de Janeiro

01/2013

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. PRELIMINARES	14
1.1 Os usos de nomes	14
1.2 O problema da referência singular dos nomes	15
1.3 A Teoria Descritivista da referência	17
1.4 Referência direta e referência indireta	18
1.5 O argumento semântico	21
1.6 A Teoria Causal da referência: Kripke e Devitt.....	23
1.7 Teoria Causal e Pensamento.....	26
1.8 Teoria Histórica: Donnellan	29
1.9 Referência como um fenômeno social.....	31
1.10. Identificação: o princípio de Russell	33
1.11 O argumento semântico contra a identificação	35
1.12 O que está por vir	37
2. A CRÍTICA À TEORIA CAUSAL	38
2.1 Apresentação	38
2.2 Nomes-tipo e nomes-estilo	39
2.3 O primeiro exemplo.....	42
2.4 Discutindo o primeiro exemplo	43
2.5 O segundo exemplo	48
2.6 Discutindo o segundo exemplo.....	50
3. NOMES E IDENTIFICAÇÃO	54
3.1 Apresentação	54
3.2 Batismo	55
3.3 Produtores	56

3.4 Consumidores.....	59
3.5 Nomes e identificação: o caso dos hospitais.....	61
3.6 Consumidores e identificação.....	62
3.7 Marcadores.....	66
3.8 Dois modos de o material identificador falhar.....	69
3.9 Usuários competentes de nomes.....	71
3.10 João e Marcos.....	72
3.11 Resposta ao argumento semântico.....	74
3.12 A necessidade do elo causal: o exemplo do sonho.....	81
3.13 Referência e justificação (mais sobre a necessidade do elo causal).	85
3.14 A Terra Gêmea.....	92
3.15 Saber que e saber como.....	95
3.16 O argumento de Frank Jackson.....	97
3.17 Duas práticas, um referente (caso 1).....	100
3.18 Duas práticas, um referente (caso 2).....	103
3. 19 Uma pequena reformulação.....	105
CONCLUSÃO	110
REFERÊNCIAS	112

INTRODUÇÃO

Um problema muito geral e conhecido da filosofia é o problema da relação entre a linguagem e o mundo. Parte deste problema envolve o que os filósofos chamam de *problema da referência*. Cotidianamente, usamos um conjunto de ferramentas para referir às coisas do mundo. Dentre estas ferramentas estão os nomes próprios (como “João”), demonstrativos (como “isto” ou “este”), descrições definidas (como “O rei da França”, “O presidente do Brasil”), etc. Uma parte do programa maior de entender a relação entre a linguagem e o mundo consiste em compreender como, a partir do uso de tais expressões, conseguimos nos referir às coisas. Um modo eficiente de começar a investigação seria concentrar a atenção em um desses casos particulares, como o os nomes próprios.

Usamos nomes frequentemente para captar, selecionar ou referir a objetos particulares, e depois dizer coisas sobre eles. Com os nomes, falamos de pessoas, coisas, lugares. etc., e aparentemente somos muito competentes nisto. Podemos dizer que Platão foi um grande filósofo, que Sócrates foi o seu mestre, e que Paris é uma bela cidade. Mas como conseguimos selecionar ou referir às coisas através de nomes? Como posso referir a Platão, que viveu há mais de dois mil anos atrás, apenas usando o nome “Platão”? O que me permite realizar a referência com sucesso? Esta é a formulação intuitiva do problema da referência dos nomes próprios.

O meu objetivo neste trabalho é apresentar e defender uma solução para este problema. Em outras palavras, meu objetivo é fornecer as condições necessárias e suficientes para a referência por nomes. No centro da teoria apresentada está a noção de *identificação*. Eu considero que a referência por nomes sempre envolve, de um modo importante, a identificação do objeto referido. Esta ideia não é original, já foi defendida – ou pelo menos algo muito próximo dela – por Evans (1982), McCulloch (1989), Sainsbury (2005) e outros; de modo que a teoria da referência que defendo aqui é, em grande medida, herdada deles. As semelhanças e diferenças serão apresentadas nos momentos oportunos ao longo do texto.

Qualquer teoria da referência que supomos ser a correta tem de ser capaz de lidar com a criatividade dos filósofos. Há sempre contraexemplos criativos que supostamente refutam a teoria. Na maior parte das vezes, serão casos em que a teoria diz uma coisa e as nossas intuições dizem outra. Teremos casos em que intuimos que

um falante tem sucesso em referir através de um nome, enquanto nossa teoria afirma que ele não tem; ou casos inversos, nos quais a teoria diz que o falante tem sucesso, enquanto a intuição é que ele não tem. Teorias filosóficas da referência têm de suportar objeções deste tipo. Há dois modos de fazer isto que considero mais plausíveis: ou a teoria deve se adequar as nossas intuições, ou temos de ser capazes de mostrar que a intuição em causa está errada.

Assim, parte da defesa de uma teoria consiste em mostrar que ela é capaz de lidar bem com os casos supostamente problemáticos. Gastarei um bom tempo tratando de casos deste tipo. Mas não apenas isto, haverá também um aspecto negativo. Sustentarei não somente que a teoria apresentada lida bem com estes casos, mas que ela é mais eficiente em lidar com eles do que uma de suas concorrentes: a Teoria Causal da Referência. Com isto, percebe-se que este texto terá tanto um aspecto negativo (a crítica à Teoria Causal) quanto um positivo (a apresentação de uma alternativa que sustento ser mais plausível).

Atualmente, o principal concorrente da Teoria Causal é o Descritivismo. Há muitas versões de Descritivismo, algumas delas frequentemente consideradas já refutadas e outras ainda parecem possuir grande plausibilidade. Descritivistas estão resistindo bravamente ao aumento da popularidade da Teoria Causal; e não sem razão. Não discutirei a plausibilidade destas diferentes versões, mas darei atenção especial a um argumento de Frank Jackson (2010) que considero muito persuasivo, a favor de uma versão específica. Se Jackson estiver correto, então a perspectiva que defendo nos levará, no final das contas, a aceitarmos o descritivismo. Eu não sei se ele está correto. Não fornecerei qualquer razão decisiva a favor ou contra ele. Mas indicarei por que ainda prefiro não me comprometer com sua perspectiva.

Vale notar que recusar uma teoria filosófica não implica rejeitá-la completamente. Penso que a Teoria Causal não nos fornece a explicação completa da referência. Mas isto não quer dizer que ela não tenha algo a nos ensinar. Tanto o Descritivismo quanto a Teoria Causal possuem elementos que são indispensáveis para o entendimento da referência. Uma das vantagens da perspectiva da identificação que apresentarei é que ela é capaz de dar lugar a estes elementos. Chegaremos a isto no devido momento.

Por fim, o texto será dividido em três partes. Na primeira, apresento o pano de fundo para toda a discussão posterior. Ou seja, esclareço o tipo de problema que tenho em mente, noções centrais para a discussão sobre referência, e um pouco da discussão que está por vir. Na segunda, apresento e discuto dois exemplos contra a Teoria Causal. Minha conclusão será que esta teoria, pelo menos nas versões discutidas, é insatisfatória como uma explicação da referência dos nomes. Por fim, na terceira parte apresento e defendo uma alternativa que penso ser mais plausível do que a Teoria Causal. Meu foco será principalmente no que se conhece como *referência por empréstimo*. Pois este é o caso de maior divergência em relação à Teoria Causal e no qual a perspectiva que defendo é aparentemente mais problemática.

1. PRELIMINARES

“Assim como outros mecanismos de uso da linguagem, referir é fácil de fazer, mas extremamente difícil de explicar...” (Kronfeld,1990)

1.1 Os usos de nomes

Existe uma variedade de usos de nomes. Para começar, os nomes são usados frequentemente como artifício de *referência singular*, isto é, referência a um objeto específico. Usamos os nomes assim quando dizemos “Paula é legal”, “Platão é sábio”, “Paris é uma cidade”, etc. Nestes casos, usamo-los para referir a um indivíduo particular e, em seguida, dizermos algo sobre ele.

Mas os nomes também podem ser artifícios de *referência plural*, em que supostamente referem a uma pluralidade de indivíduos. Usamos os sobrenomes frequentemente desta maneira, quando dizemos algo como “os Salles são poderosos” ou “A costa oeste é dominada pelos Ferreira”. Outros supostos candidatos seriam “os Pirineus”, “a Máfia”, etc.

E a coisa vai mais longe, pois algumas vezes os nomes sequer são usados para referência. Este é o caso dos sobrenomes ocorrendo nas frases “ele é um Salles” e “ele é um Ferreira”. Se levarmos a sério a estrutura gramatical destas frases, então entenderemos que os nomes funcionam, nelas, como expressões predicativas (“belo”, “grande”, etc.). E também não parece ser incorreto dizer “ela é uma Maria” (onde “Maria” é o primeiro nome da pessoa).

Os nomes também podem ser ligados a quantificadores. Podemos dizer “existe um João nesta sala”, “eu dedico esta música a todas as Marias”, etc. Castañeda (1985:101) sugere que da verdade da proposição *Maria é bonita*, podemos concluir que *existe uma Maria que é bonita*. O que é a regra de *generalização existencial* aplicada aos nomes próprios. A moral da história é que podemos usar nomes de muitas maneiras.

Problemas filosóficos interessantes surgem disto. Estes diferentes usos de nomes representam diferentes categorias semânticas, ou são todos usos de expressões pertencentes à mesma categoria? Se a primeira opção for a correta, então seremos

otimistas acerca da possibilidade de uma única teoria semântica dar conta de todos estes usos. Se for a segunda, então pensaremos que precisamos de teorias diferentes para usos diferentes.

Neste trabalho, vou me concentrar especificamente nos usos de nomes para referência singular e, conseqüentemente, ignorar questões desse tipo.¹ Isto deixa a possibilidade de certo tipo de objeção à teoria apresentada aqui. Por exemplo, pode-se sustentar que esta teoria deve ser rejeitada por concluir que ela não pode ser estendida para uma explicação dos outros usos de nomes; e que a possibilidade de tal extensão seria desejável. Ou mesmo que ela é inconsistente com o nosso melhor tratamento dos outros usos de nomes. Nenhuma objeção deste tipo será respondida.

1.2 O problema da referência singular dos nomes

Como dito antes, nós usamos nomes frequentemente em atos de referência singular. Podemos perguntar se realmente é possível ter sucesso nestes atos. Neste caso, teremos que lidar com hipóteses céticas que colocam em dúvida nossa capacidade de fazer isto. Podemos defender que os céticos estão certos, e que não temos realmente sucesso em referir singularmente a coisa alguma, ou que eles estão errados e temos sucesso.

Mas a preocupação com os céticos não é obrigatória. Quando estamos preocupados com o ceticismo, queremos saber se a referência é ou não possível. Contudo, a referência por nomes próprios é aparentemente possível. Intuitivamente, nós temos sucesso em referir a lugares, pessoas e objetos. Uma estratégia é tomar isto como um dado, e pedir por uma explicação. Neste caso, o que nós queremos saber é como explicar o nosso sucesso em referir por nomes; e não se é ou não possível referir. Repare na diferença entre:

1) É a referência por nomes possível?

¹ Daqui por diante, quando falar de referência ou referir, entenda-se consecutivamente *referência singular* e *referir singularmente*. Sobre os diferentes usos de nomes ver Campbell (1968: 335), Sainsbury (2006), Burge (1973: 429, 430) e Lockwood (1975).

2) Como explicar o nosso sucesso em referir por nomes?

Diferentemente de 1, 2 pressupõe a possibilidade do sucesso da referência, isto é, pressupõe uma resposta positiva à primeira pergunta.

O foco deste texto é o problema da referência singular no segundo sentido. Meu objetivo é responder à pergunta 2, e não a 1. É a isto que eu chamo o *problema da referência singular*. De um modo mais preciso, podemos expor este problema da seguinte maneira:

Quais são as condições necessárias e suficientes para que um indivíduo S, através do uso de um nome N, refira a um objeto x?

Teorias que fornecem uma resposta a esta pergunta são Teorias da Referência Singular.

Por fim, como Kripke corretamente notou (1972: 57-59) deve-se distinguir este problema de outro que, embora muito íntimo, é diferente; nomeadamente, *o problema do significado*. Intuitivamente, quando perguntamos pelo significado dos nomes, estamos perguntando qual a contribuição que fazem para o significado das frases que os contém. É comum encontrar os termos “proposição” ou “Pensamento” para falar do significado das frases. Neste sentido, perguntar pelo significado dos nomes é perguntar qual a sua contribuição para o Pensamento ou proposição expressada pelas frases que os contém.

Não é difícil notar a diferença entre os dois problemas. Uma coisa é perguntar quais as condições necessárias e suficientes para o sucesso da referência singular por nomes; outra é perguntar qual a contribuição destes nomes para o significado das frases que os contém. É claro que nossas respostas a uma destas perguntas pode influenciar ou ser influenciada por alguma resposta à outra; mas isto não muda o fato de que são dois problemas diferentes. Neste texto, eu apresento uma solução apenas para o primeiro, embora eu espere que ela seja pelo menos consistente com nossas teorias mais plausíveis do significado dos nomes.

1.3 A Teoria Descritivista da referência

As duas perspectivas mais populares acerca da referência dos nomes são o Descritivismo e a Teoria Causal. Nesta seção, meu objetivo é fornecer uma caracterização geral da primeira.

O Descritivismo é melhor entendido como uma família de teorias. As teorias descritivistas têm em comum o fato de explicarem a referência apelando a dois polos: de um lado estão os estados mentais relevantes por parte dos falantes (conhecimento, crença, etc.), de outro estão as propriedades individuadoras dos objetos (P é uma propriedade individuadora de x se, e somente se, x é o único a possuir P). Como estes dois aspectos se encaixam? Comumente afirma-se que:

DefD: Um falante S refere a um objeto x, através de um nome N se, e somente se, (a) S conhece pelo menos uma propriedade individuadora P de x; e (b) S associa esta propriedade ao nome N.

Há três coisas sobre a definição acima que precisam ser mencionadas. A primeira é que o estado mental relevante não precisa ser *conhecimento*. Pode-se igualmente apelar à crença verdadeira ou, pelo menos, crença verdadeira justificada. Em outras palavras, descritivistas podem responder diferentemente à seguinte pergunta: qual é o estado mental relevante para a referência?

Segundo, descritivistas podem diferenciar entre si por qual tipo de propriedade consideram como adequadas para a determinação do referente. Que tipo de propriedade o falante tem de saber ou acreditar ser unicamente possuída pelo referente do nome? Em outras palavras, quais propriedades são relevantes na determinação do referente?

Sejam quais forem as propriedade às quais um descritivista apela, elas têm de fornecer ao falante a capacidade de identificar o referente do nome. *Identificar* é entendido como a habilidade de diferenciar ou discriminar o referente do nome de todos os outros objetos do mundo. É por isto que a propriedade não pode ser possuída por

mais de um objeto. Por exemplo, imagine que a única propriedade que associo ao nome “Platão” seja *é um filósofo famoso*. Dado que há vários filósofos famosos no mundo, isto não será suficiente para me permitir discriminar um em particular. Por outro lado, propriedades como *ser o discípulo mais brilhante de Sócrates* ou *ser o autor da República* servem para o propósito do descritivista. Assim, a crença ou conhecimento de que o referente do nome possui a propriedade relevante é encarado como crença ou conhecimento discriminatório, ou seja, que permite diferenciar o referente de todos os outros objetos do mundo.

Por fim, descritivistas podem divergir sobre como entendem *associar* a propriedade ao nome. É comum entender que a propriedade que o falante associa ao nome é aquela que ele forneceria em resposta à pergunta “quem ou o que é N?”. Isto significa que falantes comuns seriam capazes de especificar a propriedade determinante do referente se adequadamente inquiridos a isto (McCulloch 1989: 264). Mas esta afirmação não é essencial ao descritivismo.

O descritivista pode entender *associar* de outro modo. Grosso modo associar uma propriedade identificadora a um nome quer dizer apenas que o falante usa o nome com a intenção de referir a quem quer que seja que possui aquela propriedade. Mas é argumentável que isto não implica ser capaz de especificação.

Seja como for, alguma noção de associação é necessária ao Descritivismo. Afinal, o que garante a referência de um uso do nome é o conhecimento ou a crença verdadeira de que o objeto referido é o único a possuir certa propriedade. Para referir um objeto x através de um nome N, o indivíduo tem de acreditar que *é o referente de N* que possui aquela propriedade.

1.4 Referência direta e referência indireta

Usamos nomes para dizer coisas. O que dizemos através de nomes é o que Kaplan chama de *conteúdo* dos mesmos. No idioma usado na seção 1.2, é o significado ou a contribuição que o nome faz para a proposição ou Pensamento expressado pela frase.

Desde Frege (1982), há um conjunto de filósofos que pensam que o conteúdo do nome desempenha algum papel na determinação de seu referente. Por outras palavras, o referente é determinado pelo conteúdo do nome. Esta é a tese da *referência indireta*. Aqueles que recusam isto defendem a tese da *referência direta*. Neste sentido, a última afirma que seja qual for o meio pelo qual o referente do nome é determinado, o conteúdo não desempenha qualquer papel nesta determinação.

Os nomes próprios são expressões indiretamente referenciais se, e somente se, a relação entre eles e os seus referentes é mediada pelo seu conteúdo. São expressões diretamente referenciais se, e somente se, a relação entre eles e os seus referentes não é mediado pelo seu conteúdo.²

Nada na definição dada em 1.3 de Descritivismo implica que os nomes sejam uma ou outra coisa. Aliás, nada na definição acima implica qualquer tese específica sobre o conteúdo dos nomes. Portanto, de tudo que sabemos, o Descritivismo não implica o comprometimento com qualquer destas teses. Mas aquela é uma caracterização geral, que tem o objetivo de apontar o que diferentes versões de Descritivismo têm em comum. Deste modo, ainda há espaço para que algumas versões particulares estejam comprometidas com alguma destas teses, no sentido de implicá-las. É isto que acontece com o chamado Descritivismo Clássico.

O *Descritivismo Clássico* é normalmente atribuído a Russell (1912:114; 1905; 1972: 29) e Frege (1892), embora se eles tenham realmente defendido isto é uma questão de disputa. Esta perspectiva começa com uma afirmação sobre o significado dos nomes, e depois explica a referência em função de sua explicação do significado. O significado de um nome N é fornecido por uma descrição definida que o falante associa a N. Descrições definidas são expressões da forma “o F” ou “a F” (“o autor da república”, “a rainha da Inglaterra”, etc.). A descrição que o falante associa ao nome é aquela que ele forneceria sinceramente em resposta à pergunta “quem/o quê é N?”.³ Por exemplo, suponha que eu diga “Platão é um grande filósofo”. Agora, o significado do nome usado por mim é dado pela descrição que eu forneceria sinceramente em resposta à pergunta “Quem é Platão?”. Suponha que minha resposta seja “Platão é o autor da

² Eu uso a definição de Kaplan (1989: 568).

³ Não é óbvio se Russell ou Frege tenham entendido assim “associar”.

República”. Suponha que esta seja minha resposta sincera, isto é, que eu realmente acredite que Platão é o autor da República. Então, o significado do nome “Platão”, como usado por mim, é dado pela descrição “o autor da República”. Isto quer dizer que quando eu proferi a frase acima o Pensamento ou proposição que eu expressei foi que *o autor da República é um grande filósofo*.

Agora, é o significado do nome que determina a quem o falante refere. Como vimos, frases da forma “N é G” expressam proposições da forma “o F é G”. A contribuição que os nomes fazem para o Pensamento expressado pelas frases que os contém é traduzida em termos da contribuição que a descrição associada faz. Neste sentido, costuma-se dizer que nomes são *abreviações* de descrições. E são estas descrições que nos fornecerão os referentes dos nomes. O referente de N será quem quer que seja o referente – ou *denotação*, como é mais comum no caso de descrições – de “o F” (onde “o F” é a descrição associada). Por isto, o problema da referência por nomes é reduzido ao problema da denotação das descrições definidas. É comum usar a Teoria das Descrições Definidas de Russell (1905) para resolver este último. Segundo esta teoria, a denotação de uma descrição “o F” é quem quer que seja o único objeto a ser F. Por exemplo, a denotação de “o autor da República” é quem quer que seja a única pessoa que escreveu a República.

Repare que a tese acima se adéqua à definição dada em 1.3 de Descritivismo. Para que um usuário do nome “Platão” tenha sucesso em referir é necessário que, no mínimo, ele tenha a crença verdadeira de que Platão é o único a possuir certa propriedade. Ora, o referente de “Platão” será quem quer que seja a denotação da descrição associada, isto é, a denotação de “o autor da República”. Deste modo, a crença do falante de que Platão é o autor da República não pode ser falsa.

Em resumo, o significado do nome é fornecido pela descrição associada a ele. Em seguida, assume-se que o referente do nome será quem quer que seja a denotação da descrição; de modo que a determinação do referente passa pelo significado ou conteúdo do nome. Portanto, temos aí uma teoria da referência indireta.

Mas o fato de que uma ou outra versão particular de Descritivismo esteja comprometida com a referência indireta não implica que todas estejam. Como vimos, nada na definição de 1.3 implica este tipo de comprometimento. Mais à frente, quando

discutirmos a versão de Frank Jackson (2010), veremos que ela não carrega este comprometimento.

1.5 O argumento semântico

Teorias descritivistas da referência têm de enfrentar dois desafios principais: o argumento semântico e o exemplo da Terra Gêmea. O argumento semântico foi primeiro apresentado por Kripke e Donnellan, e o exemplo da Terra Gêmea provém de Putnam. Nesta seção, eu exponho apenas o primeiro.

Conforme vimos, o Descritivismo, em qualquer que seja a versão, apelará à crença ou conhecimento discriminatório como, no mínimo, uma condição necessária para a referência. Referência tem de passar por estes estados mentais, tem de envolver a capacidade do sujeito de diferenciar o objeto de todos os outros do mundo, através da crença verdadeira ou conhecimento de que este objeto é o único a possuir certa propriedade.

Defensores da Teoria Causal estão frequentemente insatisfeitos com esta exigência, alegando ser demasiadamente forte. Sustenta-se que este tipo de crença ou conhecimento discriminatório não é necessário para referência através de nomes. Consequentemente, a Teoria Descritivista é falsa. O principal argumento a favor desta tese é o *argumento semântico*, que pode ser exposto como segue.

- 1) Se conhecimento (crença, etc.) de propriedades identificadoras do referente é uma condição necessária para a referência dos nomes, então não existem casos nos quais um falante totalmente ignorante acerca do referente de um nome consegue referir através do nome.
- 2) Contudo, existem casos nos quais falantes totalmente ignorantes têm sucesso em referir através de nomes.
- 3) Logo, conhecimento (crença, etc.) de propriedades identificadoras não é uma condição necessária para a referência dos nomes.

A premissa controversa do argumento é 2, dado que 1 é óbvia e 3 segue de 1 e 2. Primeiro, entende-se os falantes ignorantes como falantes que não possuem o tipo de crença ou conhecimento discriminatório exigido pelos descritivistas. Agora, o que 2 afirma é que há casos em que os falantes ignorantes, neste sentido, podem ter sucesso em referir através de nomes.

Até onde sei, o primeiro filósofo a encontrar casos deste tipo foi Kripke (1972:95). Ele pede que pensemos em um caso no qual um professor introduz o nome “Newton” a suas crianças com uma descrição falsa (digamos, “o mestre de Platão”). Neste caso, a única informação que as crianças têm sobre Newton é falsa. Não há nada que elas possam fazer para identificá-lo, elas não conhecem qualquer propriedade que seja unicamente possuída por ele. Mas é lícito supor que mesmo assim as crianças podem referir a Newton através deste nome. Se uma delas disser “Newton foi o mestre de Platão”, estará dizendo uma falsidade sobre Newton.

Outro exemplo é dado por Donnellan (1972). Suponha que uma criança acaba de acordar em uma festa e é apresentada por seus pais a uma pessoa chamada “Tom”, que lhe profere algumas palavras. No outro dia, a criança diz aos seus pais “Tom é um bom homem”. A única coisa que a criança sabe é que havia um Tom na festa, e nada mais. Ela não é capaz de apontar qualquer propriedade identificadora de Tom. Isso significa que nenhuma pessoa foi referida? Donnellan acredita que há boas razões para dizer que a criança teve sucesso em referir. Por exemplo, os pais da criança poderiam dizer que, embora a criança tenha encontrado com muitas pessoas chamadas “Tom”, só uma disse algo a ela.

Estes são apenas dois, dentre os muitos exemplos existentes. Em ambos os casos a intuição é que os falantes tiveram sucesso em referir a um indivíduo através de um nome, mesmo sem possuir qualquer crença ou conhecimento do tipo relevante para um descritivista. Se isto é assim, então os descritivistas estão errados em afirmar que o conhecimento de propriedades identificadoras é uma condição necessária para a referência. Se o Descritivismo está errado, precisamos de uma alternativa.

1.6 A Teoria Causal da referência: Kripke e Devitt

A Teoria Causal da referência dos nomes foi primeiramente defendida por Kripke (1972:91), mas apenas como um esboço ou imagem. Grosso modo, segundo esta teoria, o que garante (em grande parte dos casos) a um sujeito o sucesso em referir através de um nome é a existência de um elo causal apropriado entre o sujeito e o objeto referido. Desse modo, consigo me referir a Platão através do nome “Platão” porque há um elo causal de certo tipo entre eu e Platão. A existência desse elo é uma condição suficiente para o sucesso da referência, de modo que não é necessário o conhecimento de propriedades individuadoras do referente.

O elo ocorreria da seguinte forma. Há mais de dois mil e quinhentos anos atrás, houve um menino que foi batizado com o nome “Platão”, e algumas pessoas assistiram ao batismo e começaram a usar este nome para se referirem a um determinado indivíduo; e difundiram o nome para outros que, por sua vez, difundiram para outros, formando uma grande cadeia, até chegar a nós. Quando alguém profere este nome hoje, faz parte dessa cadeia, que remete até àquele indivíduo que foi batizado. É deste modo que com o uso do nome podemos referir a um indivíduo que viveu há mais de dois mil anos. Para referir a um objeto através de um nome basta que eu faça parte desta cadeia. Não é necessário qualquer tipo de conhecimento discriminatório acerca do referente.

Embora esta imagem tenha seu apelo intuitivo, não é clara quanto a alguns pontos. Primeiro, que tipo de elo causal contaria como apropriado? Segundo, de acordo com esta perspectiva, em algum momento um elo causal é estabelecido com o referente do nome. Basta pensarmos neste momento para que uma dúvida apareça. O elo causal deve ser estabelecido entre o referente do nome e o quê? A resposta de Devitt a esta pergunta pode nos ajudar a ter uma ideia de como responder à primeira.⁴

Antes de mais nada, Devitt (1981: 26-32, 1999: 66) parece ter razão ao afirmar que há pelo menos dois fenômenos que uma teoria da referência precisa explicar: o fenômeno da fixação do referente e o fenômeno da referência parasitária ou do empréstimo da referência. No primeiro caso queremos explicar como um nome pode ser atribuído a um objeto. Em geral, isto ocorrerá através de um batismo. No segundo,

⁴ Eu tenho em mente Devitt (1981) e Devitt e Sterelny (1999). Na de 1981 você encontrará um tratamento mais detalhado da referência dos nomes, uma vez que a de 1999 é de caráter introdutório.

queremos explicar como a referência pode passar de falante para falante, como um nome pode ser difundido, de modo que, ao ouvir você proferir um nome para referir a um objeto, posso depois utilizar o nome para referir ao mesmo objeto. A explicação de Devitt é a seguinte.

Em uma situação de batismo. Um sujeito S percebe um objeto x e, devido a uma relação causal que lhe permite perceber x , ele pode atribuir um nome N a x . Ao fazer isso, S ganha a habilidade de usar N para referir a x .

Em uma situação de empréstimo. Ao ouvir S proferir o nome N para referir a x , um sujeito S' pode, devido a uma relação causal com S (ele ouviu o proferimento de S), adquirir a habilidade de usar N para referir a x .

A moral da história é que a habilidade que um sujeito tem de usar um nome está sempre causalmente conectada ou com um objeto ou com a habilidade de outro sujeito. Intuitivamente, uma habilidade pode ser causalmente derivada de outra no sentido que é fruto do exercício da outra. A habilidade de S' de usar N é fruto do exercício que S fez de sua própria habilidade. Segundo Devitt, se a habilidade de S é causalmente relacionada com x , então nós podemos dizer que a habilidade de S' também é fundada em x . Aqui encontramos a resposta para a segunda pergunta: o elo causal ocorre entre o referente e o quê? Resposta: entre o referente e a habilidade de usar o nome.

Também já temos um indício para a nossa primeira pergunta: que tipo de elo causal seria apropriado? Ao que parece, a teoria de Devitt não postula uma *relação causal de referência*. Ao contrário, a relação causal a qual apela é apenas a percepção (ele está interpretando perceber um objeto, ouvir um proferimento, etc. como uma relação causal). Se isso está correto, então esta teoria não afirma que existe uma relação causal específica para a referência. Ela apenas se compromete com a existência de relações causais que nós, supostamente, já aceitamos, e depois sustenta que a referência pode ser explicada com base nelas.

Existe um problema adicional sobre como entender a Teoria Causal. Será ela uma teoria das condições necessárias e suficientes ou apenas das condições suficientes da referência por nomes? Segundo a descrição acima, sua alegação principal é que um elo causal de certo tipo é suficiente para a referência. Dado que este elo dispensa a necessidade de crença ou conhecimento de propriedades identificadoras, ela implica que

tal crença ou conhecimento não é necessário para a referência. Mas será o elo causal necessário?

Enquanto nos concentrarmos em teorias da referência, eu penso que é melhor entender que não. Primeiro, dificilmente alguém irá negar que os falantes podem ter sucesso em atribuir um nome a um objeto com o qual não sustentam qualquer relação causal apropriada para a referência. Estes casos podem não ser comuns, mas são possíveis e parecem existir. Como nota Evans, podemos batizar alguém da seguinte maneira: seja “Julios” quem quer que inventou o Zíper. Neste caso, introduzimos o nome “Julios” pela estipulação de que seu referente será quem quer que seja o único a ter inventado o Zíper. Nada nos impede de dizer que este artifício é possível. Mas não parece haver aí qualquer tipo de elo causal que possa ser responsabilizado pelo sucesso da referência. Em segundo lugar, os falantes responsáveis pela introdução do nome poderiam muito bem usar o nome em seguida para referência singular. E não apenas isto, eles poderiam ter sucesso em referir, supondo que haja mesmo um único inventor do Zíper. Talvez “Jack, o estripador” seja exatamente um caso deste tipo em nossa linguagem comum.

Os casos de referência por empréstimo parecem menos problemáticos para a Teoria Causal. Pode-se sustentar que, embora um elo causal não seja necessário para a referência *simpliciter*, é necessário para a referência por empréstimo. A sugestão de que o elo causal (além de ser suficiente) é necessário para o empréstimo da referência é plausível. Ora, para que eu possa pegar de empréstimo a referência de alguém é necessário que tenha entrado em contato (ouvido, lido, etc.) com um de seus usos do nome. Intuitivamente, não há outro modo de a referência passar de falante para falante que não este.

Se isto está correto, nós podemos distinguir entre duas partes da cadeia causal importantes para a referência dos nomes. A primeira (C1) é aquela envolvida no batismo por ostensão, na qual o sujeito está em contato, via percepção, com o referente do nome. A segunda (C2) é aquela envolvida na referência por empréstimo, que conecta diferentes sujeitos entre si. Embora C1 não pareça ser necessária para o batismo e, conseqüentemente, para a formação de uma cadeia de usuários de um nome; C2 parece ser necessária para a referência por empréstimo. O resultado é que podemos ter uma

cadeia de usuários de um nome sem C1, mas não sem C2. Seja como for, neste texto apresentarei argumentos tanto contra a ideia de que um elo C2 é suficiente, como contra a ideia de que é necessário (seção: 3.12 e 3.13).

1.7 Teoria Causal e Pensamento

Na seção anterior eu disse que, se tivermos em mente somente teorias da referência, é mais plausível entender a Teoria Causal como uma afirmação apenas sobre as condições suficientes para a referência dos nomes. Isto porque o elo causal do tipo C1 não é necessário para a referência. Mas a coisa pode mudar se tivermos em mente também uma teoria do significado dos nomes. Há um meio plausível de entender a Teoria Causal como uma teoria das condições necessárias e suficientes para a referência. Este modo consiste em relacionar a nossa teoria da referência com uma teoria do significado. Como vimos, quando falamos do significado dos nomes, falamos do modo como eles contribuem para o Pensamento ou proposição que as frases que os contém expressam.

Nesta perspectiva, o que a Teoria Causal afirma é que um elo causal é necessário e suficiente para a referência *envolvida em Pensamentos de certo tipo*. A ideia é que nossos usos de nomes podem servir para expressar Pensamentos de diferentes tipos; e existe um tipo de Pensamentos que pode ser expressado se, e somente se, nosso uso do nome é respaldado pelo elo causal relevante. O tipo em questão é o que chamamos de *Pensamento singular*.

Grosso modo, Pensamentos singulares são aqueles que envolvem, de algum modo especial, objetos particulares. Como exatamente estes Pensamentos envolvem os objetos em questão é um problema em aberto. Uma perspectiva comum é a de que Pensamentos singulares envolvem objetos no sentido de que estes são constituintes dele (Nelson: 1997). Assim, se o Pensamento de que *Sócrates é mortal* é singular, então Sócrates é um constituinte do próprio Pensamento. Em outras palavras, a única contribuição do nome “Sócrates” para o Pensamento expressado pela frase “Sócrates é mortal” é a introdução do seu referente (Kaplan: 1989:598-599).

Seja como for que entendemos, o caso é que Pensamentos singulares se contrapõem a Pensamentos gerais. Pensamentos gerais não envolvem objetos particulares, mas apenas conceitos ou propriedades. O Pensamento de que *aves voam* ou de que *animais não são comida* são gerais neste sentido. Ademais, Pensamentos gerais podem *ser sobre* objetos particulares. O Pensamento expressado pela frase “o inventor do zíper é calvo” é sobre um objeto particular (o inventor do zíper). Mas se Russell está certo, então esta frase expressa um Pensamento geral. Nomeadamente, o que ela diz é que *existe um e somente um indivíduo que inventou o zíper e seja quem for que inventou o zíper, é calvo*. Embora este Pensamento seja sobre um objeto particular, ele não envolve este objeto (repare, não há qualquer termo ali que se põe para um objeto particular).

Com isto em mente, podemos alcançar o seguinte tratamento misto. Nos casos onde o nome é introduzido por descrição (“Julios”, “Jack”, etc.), não temos o elo causal apropriado para expressão de Pensamentos singulares sobre o referente. Portanto, quando proferimos frases da forma “N* é G”, onde “N*” é um nome introduzido por descrição, nós expressamos Pensamentos gerais da forma “O F é G”. Por outro lado, em casos padrão, onde o nome é introduzido por ostensão – casos onde apontamos a um objeto que percebemos e atribuímos um nome a ele – estabelece-se o elo apropriado para a expressão de Pensamentos singulares. Nesta perspectiva, a parte C1 do elo causal seria uma condição necessária para a referência envolvida em Pensamentos singulares.

Esta estratégia mista tem um aparente defeito. Pode-se objetar que ela postula uma distinção onde não há. Não parece que o fato de um nome ter sido introduzido por descrição ou por ostensão interfere na natureza dos Pensamentos que os usuários futuros do nome expressarão por ele. Pense por exemplo que alguém lhe diga que:

3) João é legal.

Primeiro, suponha que o nome “João” tenha sido introduzido, há vinte anos atrás, por ostensão. Depois imagine que ele tenha sido introduzido por descrição. Em ambos os casos imagine que o proferidor da frase não saiba disso. O que muda de caso para caso? Aparentemente, o Pensamento expressado seria o mesmo. A estratégia mista parece falhar.

Contudo, há um meio de minimizar o efeito desta objeção. Podemos começar por distinguir entre dois tipos de descrições (McCulloch, 1989: seção 71). Existe um tipo de descrições que não nos coloca na relação causal apropriada com o objeto. Descrições como estas são “o homem mais alto do mundo”, “o peixe mais pesado do oceano”, etc. Os nomes que são introduzidos por descrições deste tipo não servem para expressão de Pensamentos singulares. Contudo, existem descrições que são capazes de nos colocar na relação causal apropriada com o referente do nome. Um exemplo de descrição deste tipo é “a pessoa que assassinou cruelmente esta vítima (apontando para a vítima)”. As descrições como esta última fazem apelo a uma *marca* ou *rastros* deixado por alguém (O assassino deixou cicatrizes na vítima, provas no local, etc.). Os nomes introduzidos com o uso de descrições deste tipo são ferramentas para expressão de Pensamentos singulares. Este seria o caso de “Jack, o estripador”. Embora ele tenha sido introduzido por descrição, as descrições utilizadas continham marcas suficientes do autor dos crimes para colocar os batizadores em contato causal (C1) com ele. Conseqüentemente, a cadeia formada a partir daí permitirá a seus participantes expressarem Pensamentos singulares através do nome.

Se esta estratégia for possível, então diminui-se os casos onde os nomes não serão realmente ferramentas para Pensamentos singulares. Mas é importante notar que isto precisaria de muitos retoques. Que tipo de marca é suficiente para nos colocar em relação causal apropriada para a referência por nomes? Como estas marcas cumprem seu papel? Isto se adéqua à teoria de Devitt? Qual a fronteira entre descrições de um tipo e de outro? Etc.

Por fim, existe um atrativo em admitir que elos causais de certo tipo são necessários e suficientes para a referência envolvida em Pensamentos singulares. Aparentemente, este tipo de Pensamento requer uma conexão especial entre o falante e o mundo. Afinal, Pensamentos singulares não podem ocorrer por mágica. Um elo causal é um bom candidato a ocupar o cargo de conexão especial.

Uma vez que me concentro apenas em teoria da referência, não vou entrar em discussões como estas (pelo menos não mais do que já entrei). Meu objetivo será explicar o mecanismo da referência por nomes, sem esboçar conclusões sobre a natureza dos Pensamentos envolvidos em nossos usos do mesmo.

1.8 Teoria Histórica: Donnellan

Se a Teoria Causal está correta, então o sucesso de um usuário contemporâneo em referir ao filósofo grego através do nome “Platão” depende da *história de usos* deste nome. É necessário que tudo tenha corrido bem com o batismo há mais de dois mil anos atrás, e que os usuários posteriores deste nome tenham difundido-o com sucesso, preservando o elo causal de falante para falante, até nos alcançar. Qualquer erro nesta longa cadeia que remete ao passado e o liga a Platão pode impedi-lo de referir. Neste sentido, a Teoria Causal é uma perspectiva histórica.

Mas nem toda perspectiva histórica da referência é uma perspectiva causal. Pelo menos é o que parecem pensar Donnellan (1974: nota 3) e Kaplan (1989: 604-607), que defendem perspectivas históricas sem se comprometer com a necessidade de um elo causal. Kaplan está mais preocupado com teorias do significado, de modo que me concentro em Donnellan.

A tese de Donnellan é simples. O objeto referido por um uso de um nome próprio para referência singular é aquele que entra na explicação historicamente correta do uso. Suponha que alguém diga “Sócrates tinha nariz arrebitado”. Agora pergunte a quem nosso falante refere. Donnellan usa a ideia de um *observador universal* para responder a esta pergunta. Este observador é um ser imaginário que pode observar todos os usos de nomes pela história. Imagine que, ao observar a história do uso de nosso falante, ele vê que nosso falante aprendeu o nome em um livro de história da filosofia, e que o próprio autor do livro aprendeu a usar aquele nome com seu professor, e seu professor aprendeu com..., e que isto continue até que alcancemos, num passado remoto, uma situação na qual um indivíduo é batizado em uma cerimônia qualquer. Será a este indivíduo que nosso falante refere. Grosso modo, *um falante S tem sucesso em referir a um objeto x, através de um nome N se, e somente se, x aparece na origem da explicação histórica correta daquele uso do nome.*

Embora inicialmente plausível, a perspectiva de Donnellan é, como ele próprio reconhece, incompleta (1974:13). A não ser que demos uma explicação causal desta história, ficaremos sem saber o que, afinal, permite que diferentes usos de nomes estejam conectados uns aos outros (o uso do falante está conectado com o autor do

livro, que está conectado com o do seu professor, etc). Em outras palavras, ficaremos sem saber o que torna uma determinada explicação histórica a explicação histórica correta de usos daquele nome. A ideia do observador universal só nos ajuda a entender que tipo de explicação é presumivelmente correta sobre a referência por nomes. Mas não diz nada sobre como um nome pode ser difundido de falante para falante ao longo da história. De fato, a única coisa observada por Donnellan a este respeito é que este processo não precisa envolver conhecimento de propriedades identificadoras por parte dos falantes.

Esta última tese – a de que o Descritivismo é falso – é a parte negativa da teoria de Donnellan. Mas, esquecendo momentaneamente as razões que pensamos ter contra o Descritivismo, a tese positiva dele – que o sucesso da referência é explicado em termos históricos – não é inconsistente com o Descritivismo. O descritivista pode colocar sua perspectiva justamente onde a de Donnellan deixa brechas.

A coisa poderia funcionar desta maneira. É verdade que o referente do nome é aquele que está na origem da história causal do nome. Mas a conexão entre os usuários do nome não é explicada totalmente em termos de elos causais do tipo de Devitt. Esta conexão é explicada justamente em termos de conhecimento de propriedades identificadoras do objeto. Pode-se fazer isto alegando que as crenças discriminatórias dos usuários dos nomes (a crença de que o referente do nome é o único a possuir uma ou um conjunto de propriedades) frequentemente incluem dados biográficos, relações causais entre os falantes ou mesmo a história de uso deste nome. O modo mais simples de fazer isto seria alegar que falantes identificam o referente do nome através de crenças como: *O referente de N é quem quer que seja a origem causal do meu proferimento do nome N.*

Defensores do descritivismo causal frequentemente apelam a estratégias deste tipo (Lewis: 1984; Kroon: 1987; Jackson: 2010). A ideia é que os defensores da Teoria Causal estão corretos ao afirmar que a difusão de um nome envolve um elo causal entre falantes; e Donnellan está correto em alegar que o sucesso da referência depende de haver um indivíduo na origem da história de usos do nome. Contudo, isto não basta, para que os falantes possam participar desta história, eles têm de ter crenças discriminatórias que os permitam se situar nela. De modo intuitivo, imagine que o elo

causal apropriado é uma espécie de corda que liga você ao objeto referido. O que os descritivistas causais afirmam é que não basta haver esta corda, você tem de ser capaz ainda de puxá-la a fim de encontrar quem está do outro lado. Nas palavras de Kroon (1987:1), o Descritivismo Causal é a Teoria Causal tornada autoconsciente.

Conforme veremos no que segue, existe uma importante lição a aprender disto tudo.

1.9 Referência como um fenômeno social

Por trás das imagens de Kripke e Donnellan está a ideia que a referência dos nomes é um fenômeno social. Isto quer dizer que os usuários competentes de nomes frequentemente têm de ser capazes de se conformar ao uso que outros membros de sua comunidade fazem do mesmo nome e ao seu meio. Se isto está correto, então para explicar o sucesso de um ato de referência, não devemos ter em mente apenas o uso particular que um falante faz de um nome e seus respectivos estados mentais no momento deste uso. Ao contrário, muitas vezes a explicação deste sucesso envolverá olhar para a comunidade do falante e para o meio que o cerca.

Na Teoria Causal isto está bastante claro. Talvez esta teoria seja o modo mais simples de dar coro à ideia de que referência é um fenômeno social. Primeiro, o sucesso da referência por empréstimo depende de um elo causal bem-sucedido entre os falantes. Isto é um modo simples de entender que o sucesso da referência frequentemente não depende apenas do falante, mas também de sua comunidade (ou de parte dela). Em segundo lugar, as cadeias causais de usos de nomes normalmente começam com um batismo por ostensão, que envolve a atribuição de um nome a um objeto que é percebido. Pelo menos nestes casos, o sucesso da referência dependerá de relações causais apropriadas entre os falantes e o objeto referido; de modo que a referência também depende do meio que nos cerca, isto é, de parte do mundo.

Mas a lição que temos a aprender com a seção anterior é que o Descritivismo não é inconsistente com uma perspectiva social da referência. Por um lado, embora a definição dada em 1.3 não deixe claro como a referência pode ser entendida como um fenômeno social, ela também não implica que não possa. Por outro, versões como o

Descritivismo Causal adéquam-se perfeitamente à perspectiva social da referência. Na verdade, elas exigem isto. Se o Descritivismo Causal está correto, então as nossas crenças ou conhecimento discriminatório frequentemente remetem à história causal do nome. O sucesso da referência dependerá de tudo correr bem com esta história. Temos as mesmas razões para pensar que a Teoria Causal favorece uma perspectiva social do que para pensar que o Descritivismo Causal o faz.

A moral da história é que encarar a referência como um fenômeno social não é um privilégio da Teoria Causal nem algo vetado aos descritivistas.

Contudo, o Descritivismo é por vezes descrito como inconsistente com a perspectiva social. Em um momento, Kripke afirma, por exemplo, que o descritivista é aquele que acredita que “um homem realmente nomeia por entrar na privacidade de seu quarto e dizer que o referente é a única coisa com certas propriedades identificadoras” (Kripke, 1972:94. Tradução minha). Se isto estivesse correto, então esta teoria estaria flertando com o absurdo. Ela afirmaria que mesmo em casos padrão não precisamos perceber um objeto para lhe atribuir um nome, ou ouvir (ler) um proferimento de um nome para que possamos fazer referência de empréstimo. Aliás, ela afirmaria mesmo que nem existe algo como *referência por empréstimo*. Neste caso, Célia Teixeira (2003: 14) teria razão em se surpreender com o fato de que para o Descritivista a existência do mundo é irrelevante para a explicação da referência.

Ao comentar o trecho de Kripke, Searle afirma que “Tal concepção, porém, jamais foi abraçada por descritivista algum de meu conhecimento e não é de surpreender que Kripke não forneça fonte alguma para esta estranha concepção” (1983: 324). Talvez Searle esteja errado. Pode ser que haja margem para interpretar uma ou outra versão de Descritivismo deste jeito. Kaplan (1989: 599-601) sugere algo deste tipo em relação ao Descritivismo Clássico, inspirado em Frege e Russell. Seja como for, se ou não esta concepção já foi defendida não é o mais importante. O que realmente importa é que o Descritivismo não está realmente comprometido com a recusa de uma perspectiva social da referência.

1.10. Identificação: o princípio de Russell

Meu objetivo neste trabalho será apresentar e defender uma teoria da referência dos nomes naturais, isto é: uma teoria que forneça as condições (individualmente) necessárias e (conjuntamente) suficientes para referência singular por nomes. Na base desta teoria está a noção de identificação, entendida como a habilidade de diferenciar um objeto de todos os outros. Ao longo de todo este trabalho, eu defenderei que identificação é, pelo menos, uma condição necessária para a referência singular por nomes.

Como vimos, teorias descritivistas explicam a referência em termos de crenças identificadoras e, deste modo, em termos de identificação do objeto referido. Mas presumivelmente existem outros modos de identificar objetos – que não aquele ao qual o descritivista apela – importantes para uma teoria da referência dos nomes. O mais comum é apelar a todas ou a algumas das seguintes cláusulas. Alguém é capaz de identificar um objeto se, e somente se:

(a) conhece (acredita, etc.) alguma propriedade identificadora do objeto, isto é, sabe que o objeto é o único a possuir uma determinada propriedade, ou o único a possuir um conjunto determinado de propriedades;

ou

(b) é capaz de reconhecer o objeto com base na sua aparência, isto é, se o objeto aparecesse em sua frente, poderia identificá-lo como aquele a quem referia;

ou

(c) está em contato perceptivo com o objeto.

Nenhum destes modos de identificar objetos nos é estranho, todos estão presentes em nossa vida cotidiana. Pode ser que o único meio que você tenha de identificar Paula seja pelo conhecimento de que ela é “a sortuda namorada do Sagid”. Neste caso, você identifica Paula pelo conhecimento de uma propriedade que somente ela possui. Além disto, não parece muito controverso que somos capazes de diferenciar

objetos pela nossa capacidade de reconhecê-los com base em sua aparência. Imagine que você encontre a sua namorada (ou namorado) aos beijos com uma pessoa muito parecida com você. Se você for esperto, não aceitará como desculpa algo como “amor! Pensei que fosse você!”. A razão de você não aceitar uma desculpa deste tipo é que supõe, corretamente, que ela é capaz de reconhecê-lo; capaz de diferenciar você, com base em sua aparência, de todos os outros objetos do mundo. Por fim, frequentemente identificamos objetos via percepção. Eu aponto e digo “isto é uma cobra!”, você olha e, para sua sorte, identifica rapidamente o animal perto de você.

Obviamente, pode-se por em causa que estes realmente são modos legítimos de identificação. Pode-se duvidar que percepção, reconhecimento ou conhecimento de propriedades identificadoras realmente sejam modos de literalmente diferenciar um objeto de *todos* os outros do mundo. O caso mais óbvio é o do reconhecimento. Somos mesmo capazes de diferenciar alguma pessoa de todos os sócios que a natureza pode fornecer, com base apenas em sua aparência? No final das contas, talvez a sua namorada realmente seja inocente.

Seja como for, repare que claramente a cláusula (a) é simpática ao Descritivismo. Isto é, quem explica o fenômeno da referência em termos desta forma de identificação, está comprometido com o Descritivismo. Assim, o modo de identificação apontado pela cláusula (a) é o *modo descritivo*.

A situação das cláusulas (b) e (c) é mais complicada. Vimos que o Descritivismo não é obrigado a ignorar o papel da percepção e de elos causais em geral. Ele pode ressaltar a importância destes aspectos com a afirmação de que as crenças identificadoras dos falantes frequentemente remetem aos elos deste tipo. Contudo, isto é diferente de afirmar que a percepção e o reconhecimento são modos legítimos de identificar objetos. O único modo de identificação (relevante na determinação da referência) que o descritivista reconhece é o modo descritivo. Seja qual for a importância atribuída aos outros aspectos, a referência é sempre explicada em termos de conhecimento de propriedades identificadoras.

Por outro lado, é intuitivo que nossa percepção e capacidade de reconhecer objetos possam ser explicadas em termos causais. Já vimos que a Teoria Causal faz um importante apelo à percepção de objetos. Além disso, a capacidade de reconhecer

objetos parece depender de encontros perceptivos anteriores com os mesmos. Dado que a percepção é interpretada causalmente, o defensor da Teoria Causal poderia alegar que o reconhecimento é explicado em termos causais. Por ora, apenas ressalto que a Teoria Causal, aparentemente, poderia incluir as cláusulas (b) e (c) em sua explicação da referência.

Por fim, a habilidade de identificar um objeto é normalmente vista como uma espécie de conhecimento, ou conhecimento discriminatório, acerca do objeto. Evans (1982:65) pensa que as cláusulas acima representam as três formas de satisfazer o *princípio de Russell*. Aplicado à teoria da referência, este princípio afirma que: *para referir um objeto através de um nome é necessário que o sujeito conheça (conhecimento discriminatório) o objeto referido*. A teoria que apresentarei aceita este princípio.

1.11 O argumento semântico contra a identificação

Sem dúvida alguma, muitos usos de nomes não podem ser explicados pelo apelo às cláusulas (b) ou (c). É fácil achar exemplos. Posso usar o nome “Sócrates” para me referir a Sócrates (o filósofo), mas não posso reconhecê-lo com base em sua aparência ou mesmo ter encontros perceptivos com ele (ele já morreu!). Casos como este são muito frequentes, abrangendo possivelmente a maior parte dos nomes que você possui. Alguns exemplos são os nomes de pessoas que já morreram e os nomes de pessoas com as quais você nunca se encontrou antes.

Mas os defensores da Teoria Causal também recusam que a referência seja geralmente explicada pelo apelo à cláusula (a), que seria a estratégia descritivista. Como vimos na seção 1.6, pode-se até aceitar que existam alguns casos que são explicados pelo apelo a esta cláusula, mas devem ser relativamente raros. Deste modo, dentre os muitos casos que não podem ser explicados pelo apelo às cláusulas (b) e (c), haverá muitos que não podem ser explicados pelo apelo à cláusula (a). Na verdade, haverá muitos que não podem ser explicados por quaisquer das cláusulas do princípio de Russell. Assim, teóricos causais recusarão que a referência singular dos nomes possa ser totalmente explicada pelo apelo ao princípio de Russell. Sempre existirão casos de falantes que, embora sejam incapazes de identificar o objeto referido (pelo menos nos três modos acima), têm sucesso em referir através do nome.

Isto nos leva a uma nova versão do argumento semântico que pode ser formulada como segue:

- 1) Se conhecimento discriminatório é uma condição necessária para a referência dos nomes, então não existem casos em que um falante totalmente ignorante acerca do referente de um nome consegue referir através do nome.
- 2) Contudo, existem casos em que falantes totalmente ignorantes têm sucesso em referir através de nomes.
- 3) Logo, conhecimento discriminatório não é uma condição necessária para a referência dos nomes.

Esta é uma versão do argumento semântico voltada a refutar o princípio de Russell. Os falantes ignorantes mencionados nas premissas são falantes que não possuem a habilidade de identificar o objeto referido. Se realmente existem falantes ignorantes, neste sentido, e que são capazes de referir por nomes, então o princípio de Russell está em dificuldades.

O problema é que aparentemente existem. Não precisamos de muito esforço para ver isto, basta pensarmos exatamente nos mesmos exemplos de Kripke e Donnellan apresentados na seção 1.5. Aqueles parecem ser casos onde os falantes têm sucesso em referir, mas não possuem qualquer um dos três tipos de conhecimento discriminatório importantes para o princípio de Russell. Logo, este princípio é falso.

Mas não penso que o argumento semântico tenha sucesso realmente em refutar o princípio de Russell. De fato, acredito que ele pode nos ensinar algo importante: que existem casos de sucesso em referir por nomes por parte de falantes incapazes de identificar o referente *em qualquer uma das três formas mencionadas acima*. Contudo, penso que estas não são as únicas formas de identificação envolvidas na referência por nomes. Sustentarei que existe ainda outra forma de satisfazer o princípio de Russell.

1.12 O que está por vir

Conforme disse antes, meu projeto aqui é apresentar e defender uma teoria da referência singular dos nomes. Este projeto terá um aspecto negativo e um positivo. O negativo consiste em defender que a Teoria Causal não nos fornece a explicação completa do fenômeno da referência singular por nomes. O positivo consiste na apresentação de uma teoria alternativa que está de acordo com o princípio de Russell, e que lida melhor com os exemplos problemáticos.

É claro que recusar que uma teoria filosófica forneça a explicação completa de algum fenômeno não implica em rejeitá-la completamente. Na verdade, penso que tanto o Descritivismo como a Teoria Causal nos ensinam muito sobre a referência por nomes. Dentre as intuições descritivistas que acredito serem corretas, estão (a) que a referência por nomes envolve a identificação, e (b) que o material descritivo que os falantes associam ao nome é de algum modo importante para a referência. Por outro lado, a Teoria Causal está correta em assumir explicitamente (c) que deve haver algum papel para o elo causal na explicação da referência dos nomes, e (d) que a referência é um fenômeno social.⁵

⁵ Pois embora o descritivismo seja consistente com uma perspectiva social da referência, a Teoria Causal parece ser bem mais explícita em ressaltar o elemento social da referência.

2. A CRÍTICA À TEORIA CAUSAL

“Minha previsão é que a teoria causal da referência, embora atualmente seja, de longe, a teoria mais influente da referência, se revelará um fracasso...”
(John Searle, 1996).

2.1 Apresentação

Nesta parte apresento e discuto dois casos problemáticos para a Teoria Causal dos nomes. Minha reivindicação é que estes casos mostram que esta teoria, pelo menos tal como defendida por Kripke e Devitt, não nos fornece uma explicação completa do fenômeno da referência por nomes.

O primeiro caso mostra uma falha na explicação de como os falantes podem manter a habilidade de usar um nome. Embora a Teoria Causal pareça ter uma explicação clara de como falantes geralmente adquirem a habilidade de usar um nome, ela não explica como esta habilidade pode ser mantida.

O segundo exemplo é um caso em que a Teoria Causal tem dificuldade em prever o que acontece. Sustentarei que, com os elementos que temos, não conseguimos dizer se o falante refere ou não a um indivíduo particular. De modo que alguma coisa está faltando na história que esta teoria nos conta.

Eu não tenho a intenção de que os exemplos representem casos frequentes de usos de nomes (embora isto possa ser verdade em relação ao segundo exemplo). Assim, meu ponto não é que a Teoria Causal falha em explicar muitos de nossos usos de nomes. Os exemplos são construídos de modo a ressaltar o que penso serem incompletudes desta teoria. Contudo, dado certa semelhança entre eles e alguns dos exemplos a favor do argumento semântico, a própria capacidade de explicar o que acontece nos últimos pode ser posta em causa. Em ambos os casos, a dificuldade será explicar (a) se existe alguma diferença em relação aos exemplos a favor do argumento semântico, (b) caso exista, como ela seria relevante para a referência, (c) caso não exista, então por que nossa intuição não é a mesma em relação aos seus resultados. Estas questões serão respondidas apenas na próxima parte, mas sustentarei que a

resposta deve apelar ao princípio de Russell, e não a algum tipo de refinamento na noção de elo causal apropriado.

Antes de entrarmos na discussão dos exemplos, é necessário a introdução de alguma terminologia. A terminologia introduzida facilitará tanto a discussão do segundo exemplo como toda a discussão da próxima parte. Passemos a ela.

2.2 Nomes-tipo e nomes-estilo

A terminologia introduzida aqui é tirada de Campbell (1968:341). Mas introduzo algumas modificações que não afetam o essencial. É importante ressaltar que ela deve ser encarada como arbitrária, já que não apresento nenhum argumento interessante a seu favor. Com exceção de que ajudará a evitar algumas ambiguidades quando falarmos de nomes. Além disso, já encontrei terminologia diferente para dizer a mesma coisa (Devitt, 1999:71 é um exemplo), mas não me pareceu tão eficiente como a de Campbell para desambiguar nossas conversas sobre nomes. Por isso, escolhi seguir a dele.

Começo com uma distinção já bem conhecida entre *tipo* e *ocorrência*. Pense nas seguintes palavras abaixo.

Gato

Gato

Cachorro

Em certo sentido, há três palavras acima, mas em outro há apenas duas. O sentido no qual há três palavras é aquele no qual dizemos que há tantas palavras em um telegrama ou que o número limite de palavras aceitas em um texto é x . O sentido no qual há apenas duas palavras é aquele em que dizemos que uma *mesma* palavra *ocorre* duas vezes, de modo que há apenas duas palavras *diferentes* acima. Podemos expressar isto dizendo que embora haja três palavras acima, as duas primeiras são ocorrências diferentes do mesmo tipo. Portanto, há dois tipos e três ocorrências acima. As duas primeiras ocorrências são do mesmo tipo, e a terceira é de um tipo diferente.

Mas a distinção entre tipo e ocorrência não nos ajuda a evitar tantas ambiguidades quanto desejaríamos. Imagine as três seguintes frases em que o nome “Sócrates” ocorre:

- 4) Há muitas pessoas chamadas “Sócrates”
- 5) Somente Sócrates é melhor que Sócrates.
- 6) O Sócrates da filosofia foi maior que o Sócrates do Corinthians.

Pense em quantos tipos e ocorrências há em cada frase acima. Em 4 há apenas um tipo e uma ocorrência de “Sócrates”. Em 5 há um tipo e duas ocorrências; e em 6 também há um tipo e duas ocorrências.

Porém, há uma diferença importante entre 5 e 6 que a distinção entre tipo e ocorrência não captou. Enquanto em 5 as duas ocorrências de “Sócrates” referem a um mesmo indivíduo, em 6 cada ocorrência refere a um indivíduo particular. A distinção entre tipo e ocorrência, como exposta acima, não nos permite distinguir entre o mesmo nome ser usado duas vezes para referir ao mesmo indivíduo e o mesmo nome ser usado duas vezes para referir a indivíduos diferentes. Queremos uma terminologia que nos permita fazer isso, a fim de evitar ambiguidades quando falamos de nomes.

Diferentes pessoas podem usar o mesmo tipo de nome para falar de diferentes objetos, e a mesma pessoa pode usar o mesmo tipo para falar de diferentes objetos. Assim, algumas vezes usamos “Sócrates” para falar do filósofo grego e outras usamos “Sócrates” para falar do grande jogador do Corinthians. Podemos expressar isso alegando que existem duas práticas distintas de usar o nome “Sócrates”, cada uma levando a um indivíduo diferente. Quando quiser falar de um nome tal como usado em uma prática específica, usarei a expressão “nome-tipo”. Assim, a frase 6 contém dois nomes-tipo diferentes, um referindo ao filósofo e outro ao jogador. A frase 5, em contrapartida, contém apenas um nome-tipo, que ocorre duas vezes.

Mas nem sempre queremos falar de um nome como usado em uma prática de uso específica. Quando quiser falar de um nome independentemente de qualquer prática de uso específica usarei a expressão “nome-estilo”. Note, por exemplo, que em 4 não ocorre qualquer nome-tipo, já que a ocorrência do nome “Sócrates” não pertence a qualquer prática específica para referência singular. Em 4, o nome “Sócrates” é um

nome-estilo. Neste sentido, podemos dizer que Sócrates (o jogador) e Sócrates (o filósofo) possuem o mesmo nome-estilo.

Note que a distinção entre nome-tipo e nome-estilo não altera em nada a distinção entre tipo e ocorrência. Continua sendo verdade que nas frases 4, 5 e 6 apenas um tipo de nome ocorre, e que em 4 há apenas uma ocorrência, enquanto em 5 e 6 há duas ocorrências. Contudo, apenas em 4 ocorre um nome-estilo, sendo que em 5 ocorre o mesmo nome-tipo duas vezes e em 6 dois nomes-tipo diferentes.

Para evitar confusões, pensemos em mais alguns exemplos.

(7) Os meus nomes preferidos são “Sócrates”, “Platão” e “José”.

(8) Sócrates foi o mestre de Platão, mas Platão foi mais sábio.

(9) Paula pensa que Carlos se chama “João”.

Se a distinção está clara, então você notou o seguinte. Em 7, nenhum nome-tipo ocorre, mas três nomes-estilo diferentes. Em 8 há dois nomes-tipo, embora um ocorra duas vezes. Em 9 há dois nomes-tipo e um nome-estilo.

Campbell ainda faz outras distinções (nomes-ocorrência e nomes-instância) que não nos interessam aqui. Enquanto ele pretende usar essas distinções como um modo mais rigoroso de falar da distinção mais geral entre tipo e ocorrência, eu pretendo apenas que elas me permitam indicar quando estou falando de um nome em uma prática específica e quando não. Isto facilitará a discussão que está por vir.

A distinção entre nomes-tipo e nomes-estilo não apenas é consistente com a Teoria Causal da referência, mas também é muito bem adequada a ela. Nesta perspectiva, um falante usa um nome-tipo quando seu uso está (de modo apropriado) causalmente relacionado com um objeto ou um conjunto de outros falantes, que formam uma cadeia específica. Por exemplo, quando alguém profere 6, faz dois usos do nome “Sócrates”, mas o primeiro está causalmente relacionado ao filósofo e o segundo ao jogador. Assim, nosso falante usou dois nomes-tipo diferentes. Um falante usa um nome-estilo quando seu uso não faz parte de qualquer cadeia causal desse tipo (como o uso que alguém faz de “Sócrates” em 4).

Contudo, prefiro definir nomes-tipo e nomes-estilo apelando à noção de práticas de usar nomes. A principal razão disso é que posso usar a noção de prática em um sentido neutro que não me compromete com a Teoria Causal, ou mesmo com a alegação de que referência não envolve a identificação. Por enquanto teremos apenas um entendimento intuitivo do que é uma prática de uso de um nome; na medida em que não fornecerei qualquer definição agora (mas ver seção 3.12).⁶ Dito isto, podemos passar aos exemplos.

2.3 O primeiro exemplo

Imagine que João está em seu quarto quando diz:

10) Paula é uma bela garota.

Acontece que João não faz a menor ideia de quem seja Paula, apenas usa esse nome com a intenção de referir a um objeto particular e dizer algo sobre ele. João não se lembra de qualquer ocasião particular em que ouviu esse nome, ou mesmo conhece qualquer pessoa que sabe possuir esse nome. Se você perguntasse a ele “qual Paula?” ele diria simplesmente “não sei”. E se você insistisse pedindo qualquer informação que seja, ele diria “já disse que não faço ideia”. Será que João teve sucesso em referir-se a um objeto particular? A resposta intuitiva é “não”. Até aí penso que os defensores da Teoria Causal concordariam.

Mas agora imagine que, embora João não lembre, ele foi apresentado a uma garota chamada “Paula” há dez anos e, é claro, introduzido ao seu nome. O resto da situação é a mesma. Pergunte-se novamente: terá João referido a um objeto particular? A resposta intuitiva, penso, será novamente “não”. Mesmo que o uso que João faz do nome esteja causalmente conectado a Paula.

Podemos tornar o exemplo um pouco melhor para o defensor da teoria causal. A situação é a mesma, com a diferença que (embora João não saiba) alguma área do seu

⁶ Evans (1982: cap. 11) e Sainsbury (2005: cap. 3) têm coisas bem interessantes a dizer sobre práticas de usar nomes e sua relação com a Teoria Causal da referência. Mas noto que não concordo inteiramente com eles. Penso que ambos supervalorizam a importância de um elo causal entre falantes para definir uma prática. Conforme esboçarei na seção 3.12 e 3.13, um consumidor de um nome próprio pode se tornar um participante de uma prática mesmo que não esteja causalmente conectado com os outros participantes.

cérebro ativada no momento em que ele foi apresentado a Paula, também foi ativada quando ele proferiu 10. Isto talvez torne a ideia de um elo causal entre seu uso do nome e Paula mais inteligível. Terá João referido a um objeto particular e dito algo verdadeiro ou falso sobre ele? Continuo pensando que a resposta intuitiva é “não”. Seria absurdo, por exemplo, dizer que João poderia acreditar em 10.⁷

Se a intuição de que João não refere a qualquer pessoa está correta, então pode haver algo errado com a Teoria Causal, pois ela implica que João teve sucesso em referir. O exemplo é um caso em que todos os requisitos exigidos por Devitt para um elo causal apropriado estão presentes. João ouviu alguém proferindo o nome “Paula” para referir um objeto particular, e João é um falante competente da linguagem; mas ele não é capaz de referir através deste nome.

2.4 Discutindo o primeiro exemplo

Consideremos algumas possíveis respostas que o defensor da Teoria Causal poderia fornecer. Uma possível objeção ao exemplo acima é que ele é absurdo, porque ninguém, na situação de João, tentaria proferir 10 para referir a um objeto e dizer algo sobre ele. O exemplo já começa errado, na medida em que supõe que João faz algo que ninguém faria.

Em primeiro lugar, repare que o exemplo não descreve uma situação impossível. Mesmo que muito improvável, é possível que o nosso João seja louco o suficiente para tentar realizar o feito do exemplo. Em segundo, eu concordo parcialmente com a objeção a acima. Pois penso que muito dificilmente alguém tentaria proferir 10 em um contexto como o do exemplo. É estranho pensar em um contexto onde João profere 10, mas é totalmente incapaz de indicar de quem fala. Mas pense na razão pela qual as pessoas não proferem frases como 10 em contextos como este. O defensor do princípio de Russell teria uma explicação simples. Bons usuários da linguagem não tentam referir

⁷ Nesse ponto, estou passando injustificadamente da capacidade de referir a um objeto particular através de um nome para a capacidade de ter crenças sobre ele. Evans acha que isto é um erro. Ele pensa que há casos em que um sujeito é capaz de referir a um objeto mas não de ter pensamentos (crenças) sobre o mesmo. Penso que essa distinção não funciona para nomes próprios. Na parte III, tratarei de alguns dos supostos casos em que isso ocorreria e defenderei que são casos onde os sujeitos não têm realmente sucesso em referir. Veja a nota 19.

a objetos que tão obviamente não são capazes de identificar. É justamente porque este princípio está correto que as pessoas não proferem 10 naquela situação. Mas como a Teoria Causal pode explicar isto?

Talvez o teórico causal pudesse apelar a algo semelhante. Ele poderia aceitar que falantes geralmente não tentam referir a objetos que não acreditam serem capazes de identificar. Mas isto não implica que o princípio de Russell esteja correto. Em outras palavras, embora seja verdade que falantes normalmente não tentam referir a objetos que não acreditam serem capazes de identificar, também é verdade – como os exemplos a favor do argumento semântico mostram – que identificação não é uma condição necessária para referência. Só o que determina o referente do nome é um elo causal apropriado.

No entanto, seja qual for a explicação do porquê o exemplo é incomum, isto não toca o verdadeiro problema. Que o exemplo representa uma situação incomum nós já sabemos. O que é realmente importante é explicar por que – nesta situação incomum – João falha em referir. O teórico causal pode tentar responder a isto na mesma direção apontada acima. Desta vez, ele alegará não apenas que falantes *geralmente* não usam nomes para referir a objetos que não pensam serem capazes de identificar; mas que uma condição necessária para o sucesso da referência por nomes é que eles acreditem serem capazes de identificar o referente. Mais uma vez, isto não implica que identificação é uma condição necessária para o sucesso da referência. Pois não é necessário que o falante *realmente* seja capaz de identificar o referente. Basta que ele *acredite* que é. João não satisfaz esta condição, já que não há qualquer elemento que possa fornecer-lhe a crença de que é capaz de identificar o referente de “Paula”. Ele assumidamente não sabe nada do referente deste nome.

Eu penso que isto é ad hoc. Se aceitamos a Teoria Causal, então não parece haver qualquer motivação para aceitarmos a resposta acima. Em primeiro lugar, se esta resposta está correta, então um elo causal apropriado com o referente não é uma condição suficiente para a referência por nomes. Afinal, não bastaria um sujeito S manter a relação causal apropriada com um objeto x, seria ainda necessário sustentar a crença (mesmo que falsa) de que é capaz de identificar este objeto. Em segundo, que tipo de papel ou função seria atribuído às crenças dos falantes? A crença falsa de que

somos capazes de identificar um objeto não parece ter qualquer papel na determinação do referente de um nome. Além de sua utilidade em responder ao meu exemplo, ela está completamente ociosa na história.⁸

Outra saída seria recusar que João realmente falhou em referir. Na verdade, ele teve sucesso em referir. O que nos gera a intuição de que ele não teve é o fato de sabermos que esse é um contexto, no mínimo, incomum. É justamente porque pensamos (corretamente) que dificilmente alguém diria 10 naquele contexto, que pensamos (erradamente) que João não referiu a Paula.

Esta resposta é implausível por pelo menos duas razões. A primeira é que ela vai contra a intuição de que *se alguém proferisse 10 naquela situação, não teria sucesso em referir*. Na verdade esta resposta se compromete com a afirmação contraintuitiva de que se alguém proferisse 10 naquela situação, teria sucesso em referir. A segunda é que não está claro como o fato de uma situação ser incomum gera um erro em nossas intuições. Ora, dificilmente alguém diria “o Sagid é um gênio” com a intenção de se referir a mim. Mas ainda assim, não intuimos que se alguém dissesse, falharia em referir.

Uma resposta mais plausível seria apelar à noção de *elo causal apropriado*. A Teoria Causal não afirma que qualquer elo causal é suficiente para um sujeito referir a um objeto através de um nome. Ao contrário, ela afirma que deve haver um elo de certo *tipo apropriado* para que isto seja possível. O que ocorre com meu exemplo é que ele não é um caso onde há um elo causal deste tipo. Os exemplos de Kripke e Donnellan a favor do argumento semântico são casos nos quais há esse elo e, por isso, os falantes têm sucesso em referir a um objeto. Mas no meu exemplo, João não tem sucesso em referir, pois não há um elo causal apropriado entre seu uso do nome e Paula. Por esta

⁸ Seria plausível sustentar que este tipo de crença é não meramente uma condição necessária para o sucesso da referência, mas para a realização do próprio ato de referir (seja ele bem-sucedido ou não em selecionar um objeto). Neste contexto, meu exemplo não é um caso onde temos que decidir se ele referiu ou não. Só teríamos este problema se João tivesse realizado algum ato referencial, mas ele não o fez. É verdade que João não referiu a qualquer objeto. Mas existe um sentido em que ele também não falhou em referir a qualquer objeto: o sentido em que ele sequer tentou fazê-lo. Do mesmo modo, é verdade que eu não marquei um gol hoje, mas existe um sentido em que também não falhei em marcar um gol. Afinal, sequer tentei marcar, não joguei futebol hoje. Em suma, não posso falhar em fazer um gol que nunca tentei fazer. Seja como for, dado que o sucesso da referência por nomes implica o ato de referir e que o ato de referir implica as suas condições necessárias, qualquer condição necessária para a realização do ato de referir será uma condição necessária para o sucesso da referência. Para simplificar a discussão, eu falo sempre em termos de condições necessárias para o sucesso da referência.

razão, não existe realmente um problema para a Teoria Causal. Para refutar esta teoria, temos de mostrar casos onde há um elo causal do tipo apropriado e, mesmo assim, o falante não tem sucesso em referir através do nome.

Mas isto também não funcionará. A Teoria Causal não é a teoria que afirma que: *em todos os casos onde nossa intuição diz que temos sucesso em referir a um objeto particular através de um nome, há um elo causal apropriado entre nosso uso do nome e o objeto. E em todos os casos onde nossa intuição diz que não temos sucesso, não há um elo apropriado.* Se queremos refutar o meu exemplo através do apelo à noção de elo apropriado, então temos de ser capazes de pelo menos indicar o que contaria como tal. Caso contrário, esta teoria será circular. Nós começamos por explicar a referência em termos de *elo causal apropriado*, mas em seguida definimos apropriado como *aquilo que acontece quando há sucesso na referência.*

Se não tivermos uma indicação do que conta como um elo causal apropriado que permita responder corretamente a exemplos como o meu, então de nada adianta apelar a esta noção. Ora, todos os exemplos em que aparentemente temos sucesso em referir confirmarão a teoria, na medida em que são casos onde (por definição) há um elo apropriado. E todos os exemplos em que aparentemente não conseguimos referir, também a confirmarão, na medida em que são casos nos quais (por definição) não há um elo apropriado. Ao usar a noção de *elo apropriado* deste modo, passa a ser impossível encontrar um caso problemático para a teoria causal. Mas isto não será mais fruto da plausibilidade desta teoria, e sim de sua circularidade.

Talvez Devitt possa dar uma indicação do que acontece com João. Para que isto fique claro, pense novamente no exemplo de Kripke. Naquele caso, a intuição foi que bastou os alunos ouvirem o proferimento do professor (“Newton é o mestre de Platão”) para serem capazes de referir a um objeto particular através de “Newton”. Qual a diferença entre este exemplo e o meu? Uma possível resposta é que a diferença é o espaço de tempo entre a aquisição do nome por parte do falante e o uso que ele faz do mesmo. No exemplo de Kripke imaginamos as crianças usando o nome logo após o terem adquirido do professor. No meu exemplo, por suposição, o nome é usado pela primeira vez dez anos depois da aquisição. Talvez Devitt possa sustentar que no exemplo de João há algo mais envolvido.

Tanto as crianças do exemplo de Kripke, quanto João, ao ouvirem o proferimento da pessoa de quem sua referência seria parasitária, adquiriram a habilidade de referir através daqueles nomes. Mas adquirir uma habilidade e manter a habilidade por dez anos são duas coisas bem diferentes. Se João não é mais capaz de referir a qualquer pessoa através do nome “Paula”, é porque ele não foi capaz de manter a habilidade que uma vez adquiriu. As condições exigidas para manter a habilidade por tanto tempo podem ser diferentes (mais rigorosas) daquelas exigidas para adquirir a habilidade.

Eu penso que uma resposta deste tipo seria plausível. Mas seria preciso especificar estas condições e, obviamente, garantir que não sejam condições descritivistas. Tem de se garantir que as condições impostas para alguém manter sua habilidade de usar um nome ao longo do tempo sejam consistentes com a Teoria Causal da referência, que afirma que um elo causal é condição suficiente para a referência. Eu ainda não conheço alguém que tenha feito isso.⁹

Note que explicar qual a diferença (se há alguma) entre os casos de Kripke e Donnellan – nos quais pensamos que há sucesso em referir – e o de João – em que pensamos que não há sucesso – não é uma tarefa de pormenor. Se os exemplos a favor do argumento semântico são casos nos quais os falantes estão exatamente na mesma situação de João, então podemos pôr em dúvida se eles realmente tiveram sucesso em

⁹ Kripke (1972:96) afirma que, ao *receber* um nome, um falante tem de ter a intenção de usá-lo para referir a mesma pessoa a quem aquele que lhe introduziu o nome refere. Eu penso que isto está plenamente correto. Mas não vejo como poderia ajudar à teoria causal. Na parte III eu sustentarei que este é apenas mais um modo legítimo de identificar o referente do nome. Além disso, a condição acima não explica o que poderia haver de errado com João, pois nada diz sobre como manter a habilidade de usar o nome. Kaplan (1977:559) afirma que de acordo com a teoria causal, uma intenção crucial dos falantes é a intenção de usar o nome com o mesmo significado dado pela pessoa de quem aprendeu o nome. Mas é improvável que ele queira dizer que temos sempre que lembrar quem nos introduziu o nome, pois isto, além de favorável às versões mais simples de descritivismo, é algo que defensores da teoria causal negam (Kripke, 1972: 92; Devitt 1999: 3.4). Não é claro como, de acordo com a teoria causal, João pode ou não satisfazer estas condições. Aliás, sequer é claro como falantes em geral podem satisfazê-las, ou mesmo se o melhor tratamento disto será causal ou não. Afinal, este tipo de apelo não é uma particularidade da Teoria Causal, mas está disponível a toda perspectiva social da referência, incluindo versões do Descritivismo. Na próxima parte, forneço uma explicação de como um falante pode usar um nome em conformidade com outros. Mas a explicação fornecida incorpora o princípio de Russell. Seja como for, estas condições dizem respeito especificamente a casos de referência parasitária. Mas o exemplo de João não precisa ser narrado como um caso destes. Basta imaginar que João não meramente foi apresentado à Paula, mas que foi ele quem a batizou e apresentou-a a outras pessoas.

referir a qualquer coisa. Pode ser que a suposição de que certos falantes ignorantes refiram não passe de aparência. Consequentemente, podemos colocar em dúvida o próprio argumento semântico.

Além disso, se sustentarmos que não há qualquer diferença relevante entre os exemplos, então teremos que explicar por que nossas intuições são discrepantes. Se os exemplos são do mesmo tipo, então por que em um caso intuímos que os falantes referem e no outro não?

Retornarei a estas questões na parte III, fornecendo uma explicação que apela à capacidade de identificação dos falantes. Por agora, apenas termino meu ponto principal: se queremos salvar a teoria causal de exemplos como o de João apelando à noção de elo causal apropriado, é necessário que tenhamos alguma indicação do que queremos dizer com isso. Caso contrário, a habilidade desta teoria de lidar com os exemplos problemáticos será mera aparência, gerada por seu aspecto circular. Em resumo, a Teoria Causal, sem maiores qualificações, é insuficiente como uma explicação da referência dos nomes próprios. O que lhe falta é uma explicação de como falantes mantêm a habilidade de usar um nome.

2.5 O segundo exemplo

Imagine que Marcos esteja em meio a uma conversa com um amigo. Seu amigo tem a chata mania de ser demasiado prolixo em tudo que diz. Em meio a um de seus longos discursos, ele profere a seguinte frase.

11) Paula é legal.

Embora Marcos já esteja entediado com o discurso de seu amigo, e não esteja prestando atenção em quase nada, ele acabou ouvindo (por um acaso) o proferimento de 11. Ele sabe que 11 foi proferida com intenção referencial e não conhece qualquer pessoa chamada “Paula”. Esta é a primeira vez que ele é introduzido a este nome.

Pause o exemplo neste momento e pergunte-se o seguinte: Será Marcos capaz de referir a Paula? A resposta é “sim”. Ora, Marcos poderia perguntar “quem é Paula?” e, neste caso, ele teria sucesso em referir a ela. Defensores da Teoria Causal aceitarão isto de bom grado. Afinal, exemplos como este são problemáticos não para eles, mas para descritivistas e defensores do princípio de Russell em geral. Pois neste caso, não parece que Marcos conheça qualquer propriedade identificadora de Paula, ou mesmo que seja capaz de identificá-la em qualquer outro sentido. E ainda assim é capaz de referir. Dado isto, podemos retornar ao exemplo.

Marcos poderia perguntar quem é Paula, mas é claro que ele não perguntaria, pois sabe da longa resposta que teria que suportar se o fizesse. Embora ele não tivesse prestado atenção, muita coisa havia sido dita antes deste proferimento, e muita coisa seria dita depois. Mas Marcos não teria paciência para isto tudo. Enquanto o seu amigo continuava a falar, ele pensava distraído em tudo, menos em seu amigo. Tempo depois, novamente ao acaso, ele ouve um novo proferimento, seu amigo disse novamente:

12) Paula é legal.

Marcos novamente sabe que seu amigo profere 12 com intenção de referir a um indivíduo particular. Mas não apenas isto, por lembrar muito vagamente de alguma coisa dita antes, ele acredita que o indivíduo de quem ele fala agora é um diferente daquele de quem falou antes. Em outras palavras, seu amigo usa 12 para referir a outra pessoa, também chamada “Paula” e que ele também acredita ser legal.

Pausemos novamente o exemplo e comecemos a refletir sobre a nova situação em que nos encontramos. O amigo proferiu as frases 11 e 12 com a intenção (bem-sucedida, suponha) de referir a duas pessoas diferentes. Isto significa que Marcos foi introduzido a dois nomes-tipo “Paula” diferentes. Agora, pergunte-se: Será Marcos capaz de referir a cada indivíduo particular através do nome “Paula”? Aparentemente a resposta é “sim”. Ele é capaz de usar ambos nomes-tipo com sucesso em referir.

A Teoria Causal também parece lidar bem com isto. Marcos adquiriu dois nomes-tipo diferentes, por participar de duas cadeias causais diferentes, envolvendo o

mesmo nome-estilo “Paula”. Em cada caso, ele se tornou participante da cadeia por ouvir um proferimento, e colocar-se apropriadamente na posição de uma pessoa a quem um nome com um novo referente é introduzido. Por outro lado, se a primeira parte do exemplo já parecia um problema para descritivistas e defensores do princípio de Russell, agora a situação não parece ter melhorado em nada.

Mas então continuemos com o exemplo. Imagine que Marcos finalmente consegue se livrar de seu amigo. Ele vai para casa e dorme por um longo tempo, com a intenção de esquecer os momentos de tédio que passou. Ao acordar, ele se lembra que foi introduzido a dois nomes-tipo “Paula”, e que lhe foi dito que ambas eram legais.¹⁰ Mas ele não se lembra nem quem lhe introduziu os nomes, nem quando isto foi feito.

Agora, imagine que Marcos diga:

13) Paula é legal.

Aqui interrompo o exemplo para a discussão.

2.6 Discutindo o segundo exemplo

Antes de começarmos a discutir o segundo exemplo, seria interessante fazer algumas estipulações. Sabemos que a pessoa referida pelo proferimento de 11 é diferente da pessoa referida pelo proferimento de 12. Usarei “*” para indicar quando estou falando da segunda. Assim, quando disser que Paula* é tal e tal, estarei falando da pessoa referida por 12. Quando quiser falar do nome-tipo usado em 12, apenas acrescento aspas. Dito isto, podemos começar a discussão.

Qual o diagnóstico da Teoria Causal sobre 13? A quem Marcos se refere? Marcos adquiriu a capacidade de usar o mesmo nome-estilo como dois nomes-tipo. Se em 13 ele estiver usando o nome-tipo “Paula”, então ele refere a Paula (a pessoa

¹⁰ Obviamente, ele não possui esta terminologia. Mas este é um modo de descrever a situação evitando ambiguidades.

referida em 11). Neste caso, é com ela que ele estará causalmente conectada, e será em virtude disto que ele terá sucesso em referir. Mas se ele estiver usando o nome-estilo “Paula*”, então ele refere à Paula* (a pessoa referida em 12). Neste caso, sua conexão causal será com Paula*. Em resumo, quem Marcos refere depende de com quem ele está causalmente conectado; sendo também possível que ele falhe em referir por não estar causalmente conectado a qualquer uma ou, quem sabe, refira a ambas, por estar conectado com as duas. Podemos resumir isto a duas opções, ou Marcos refere a uma delas em particular, ou ele falha em referir a uma delas em particular. O problema é que a Teoria Causal não nos fornece elementos para decidir por qualquer uma delas.

Primeiro, que tipo de coisa faria com que ele referisse à Paula e não à Paula*? Marcos está causalmente conectado tanto com Paula como com Paula*. Se supormos que ele refere a alguma das duas, então deve haver algo que o permita participar de uma cadeia causal ao invés de outra (no momento do proferimento). Seria implausível dizer que Marcos simplesmente profere 13 e a sorte determina de qual cadeia causal ele participa. Referência não é um jogo de azar.

Os apelos de Kripke (1972:96) e Kaplan (1977:559) à intenção de usar o nome com o mesmo referente ou significado da pessoa que o introduziu não resolvem o problema. Marcos pode ter esta intenção, mas ela não ajudará em nada. Imagine que esta intenção seja explícita, que ele deseja usar o nome “Paula”, em 13, para referir à mesma pessoa que aquele que lhe introduziu o nome refere. A quem ele referirá neste caso? Ele refere à Paula ou à Paula*? Nós continuamos não sabendo, e a Teoria Causal continua não nos fornecendo qualquer resposta.

O apelo às crenças identificadoras poderia nos permitir decidir, mas ele está vetado ao teórico causal. Por exemplo, Marcos poderia referir a uma pessoa em particular se estipulasse que deseja falar daquela pessoa, entre as duas que lhe foram introduzidas, que nasceu primeiro. Contudo, artifícios deste tipo constituem a essência do Descritivismo e os exemplos a favor do argumento semântico tentam mostrar justamente que eles não são necessários.

Talvez a solução seja que ele não refere a qualquer pessoa em particular. Neste caso, existiriam duas hipóteses: ou ele falhou em referir a qualquer pessoa, ou ele referiu a ambas.

Suponha que ele tenha referido a ambas. Como a Teoria Causal explicaria isto? Não vejo qualquer elemento que nos permita dar esta resposta. Para que isto acontecesse, o proferimento de Marcos deveria estar causalmente conectado com as duas mulheres. Mas nada no momento em que ele adquiriu o nome permite-nos dizer que isto acontece. Por um lado, tudo correu bem com a aquisição do nome. Por outro, nenhum elemento especial parece ter surgido posteriormente. Eu sou capaz de usar o nome-estilo “Sócrates” para referir ao filósofo grego e para referir ao jogador do Corinthians. Ou seja, posso usar este nome-estilo como dois nomes-tipo diferentes, sem problemas com referência ambígua. Segundo a Teoria Causal, faço isto por participar de duas cadeias causais diferentes envolvendo este nome-estilo. Por que seria diferente com Marcos? Tem de existir algum elemento diferente entre os dois casos, mas nada na descrição de Devitt ou Kripke nos ajuda a entender o que seria.

De todo modo, penso que seria mesmo implausível apelar à referência ambígua. Nomes próprios usados para referência singular parecem satisfazer a condição *no máximo um* (Sainsbury: 2006). Isto significa que *se o uso de um nome refere a um objeto, então ele refere a no máximo um*. Se isto estiver correto, então o único modo no qual um ato de referência singular pode falhar é por não referir a qualquer objeto. Por exemplo, nós usamos o nome “Sócrates” para referir a um famoso filósofo da Grécia antiga. Se você disser “Sócrates é um filósofo”, pode ser que falhe em referir a qualquer indivíduo ou pode ter sucesso em referir a Sócrates. Mas não há a possibilidade de você acabar referindo a mais de um indivíduo.

Resta uma opção. Marcos não refere a qualquer indivíduo, ele simplesmente falha em referir. Mas esta última opção não é melhor para a Teoria Causal. Com os elementos que temos, falta-nos uma explicação do porquê da falha. Como vimos, tudo correu bem com a aquisição do nome. Marcos era capaz de usar ambos os nomes antes de dormir. Se algo o fez perder esta capacidade, então temos de indicar o que foi. Talvez ele não tenha perdido. Apenas acontece que não conseguiu exercer a capacidade de usar qualquer nome-tipo em 13. Neste caso, teremos de explicar o que faz com que ele falhe em exercê-la.

De todo modo há algo a ser explicado. Com as informações que a Teoria Causal nos fornece, não conseguimos determinar qualquer resultado para Marcos. Precisamos

de mais informação sobre o que ocorre para determinar se ele refere a alguém em particular, quem seria, ou se ele falha. Isto não é decisivo contra a Teoria Causal. Pode ser que a informação que nos falta seja, no fim das contas, de origem causal. Minha sugestão é que isto mostra, pelo menos, que as versões que trabalhamos são incompletas. Elas não nos contam tudo sobre a referência por nomes. Na próxima parte, eu sustento que o resto da história de Marcos deve ser contado em termos de identificação.

Por fim, note que o mesmo vale para a tentativa de impugnar o exemplo. Não basta afirmarmos que o exemplo é inapropriado ou que Marcos simplesmente não tentaria proferir 13 seriamente naquele contexto. Temos de explicar por que isto é assim. Qual a diferença entre Marcos e aqueles falantes dos exemplos de Kripke e Donnellan? Por que razão os últimos estão intitulados a usar o nome enquanto o primeiro não? Teremos de enfrentar as mesmas dificuldades que apareceram para a tentativa de impugnar o exemplo de João.

Repare que encontrar uma explicação deste caso, novamente, não é uma questão de pormenor. Este é um caso muito parecido com aqueles a favor do argumento semântico. Mas os artifícios empregados pelos defensores da Teoria Causal para explicar aqueles casos não são suficientes para explicar o que acontece neste. Se o exemplo representa um caso do mesmo tipo daqueles a favor do argumento semântico, então podemos colocar em dúvida o sucesso da Teoria Causal em explicar os últimos. Talvez este sucesso seja apenas ilusório (de fato, vou defender isto na seção 3.11). Por outro lado, se o exemplo representa um caso de um tipo diferente, então temos de (a) apontar a diferença, (b) explicar como ela é relevante para a referência, e (c) explicar, finalmente, o que Marcos faz (ele refere ou não?).

3. NOMES E IDENTIFICAÇÃO

“É verdade que a concepção que o falante tem do referente de um nome – a informação que ele associa com o nome – será relevante na determinação do que ele refere ao usar o nome. Mas isto não ocorrerá pela indicação direta de qual objeto ele tem em mente (...), mas por tornar claro de qual prática de usar um nome ele tem a intenção de estar (...) participando.” (Gareth Evans, 1982)

3.1 Apresentação

Nesta parte, apresento uma teoria alternativa que penso ser mais plausível que a Teoria Causal. Conforme já dito, aceito que tanto a Teoria Causal como o Descritivismo nos ensinam muito sobre a referência dos nomes. Mas nenhum deles está totalmente correto. Meu foco será na explicação da referência parasitária, tendo pouco a dizer sobre outros aspectos da referência por nomes. Eu começo por defender que o princípio de Russell está correto, que conhecimento discriminatório é uma condição necessária para a referência. As condições completas (individualmente necessárias e conjuntamente suficientes) só aparecerão na seção 3.12 (ver também 3.19). Em seguida, discuto dois exemplos, o exemplo dos sonhos e o da Terra Gêmea. Com o primeiro, pretendo defender que existe um sentido em que é mais plausível aceitar que um elo causal, além de não ser suficiente, sequer é necessário para referência por nomes. Já o exemplo da Terra Gêmea é frequentemente considerado um problema para o Descritivismo e um ponto a favor da Teoria Causal. Eu defendo que, seja ele ou não realmente um problema para o Descritivismo, não é um problema para mim. Nas seções 3.15 e 3.16, discuto uma possível forma de argumentar que o tipo de perspectiva que defendo nos leva novamente ao Descritivismo, concentrando-me no argumento de Frank Jackson. Por fim, discuto um problema residual da perspectiva que defendo e apresento uma possível reformulação que o resolveria.

3.2 Batismo

Devitt está correto em afirmar que há pelo menos dois fenômenos que uma teoria da referência deve explicar: o fenômeno da fixação do referente e o do empréstimo da referência (ou referência parasitária). Meu foco neste texto será o segundo. Mas começo com algumas observações sobre o primeiro.

Defensores do princípio de Russell e teóricos causais podem estar de acordo com relação ao que ocorre na situação de batismo. Nessa situação, um nome-estilo é atribuído a um objeto, dando início a uma prática de uso de um nome e, conseqüentemente, surge um nome-tipo. Em outras palavras, um nome-estilo é usado para gerar um novo nome-tipo. Eu expressei isto dizendo que *um nome-estilo é transformado em um nome-tipo*. Em casos padrão, a atribuição do nome envolve o sujeito perceber o objeto e, deste modo, ser capaz de discriminá-lo dos outros. Isto está de acordo com a descrição de Devitt e também é um caso que satisfaz a cláusula (c) das três formas assumidas de satisfazer o princípio de Russell. Mas é possível, como vimos na seção 1.6, que o nome seja introduzido pela estipulação de uma propriedade identificadora que o referente tem que satisfazer. Neste caso, o modo de identificação relevante é o descritivo, e a cláusula do princípio de Russell satisfeita é (a). Este último caso será mais raro, e aparentemente não precisa ser recusado pelos defensores de uma perspectiva causal. Portanto, estas situações não precisam ocupar um lugar central na decisão entre o princípio de Russell e a Teoria Causal.

Geralmente nomes-estilo são transformados em nomes-tipo através de uma cerimônia formal, envolvendo um conjunto de pessoas que sabem que isto está acontecendo. Geralmente, mas nem sempre.

Primeiro, as cerimônias são dispensáveis. Apelidos são normalmente introduzidos sem qualquer cerimônia. Certa vez alguém, ao me observar jogando futebol, disse que eu corria como o Papa Léguas. Isto foi o suficiente para que surgisse uma prática de usar este incômodo apelido para referir a mim. Pouco tempo depois, outra prática surgiu, desta vez com a alcunha “Sardinha”, eu nunca entendi o porquê.

Mas também a intenção de atribuir o nome é dispensável. Pense na seguinte situação. Você mostra uma pessoa a seu amigo e diz “aquela é Daniele”. Contudo, a garota se chama “Daniela”. Você sabe disto, mas proferiu seu nome errado sem se dar

conta. Neste momento, você introduziu um novo nome, transformou o nome-estilo “Daniele” em um “nome-tipo” para a Daniela. Pode ser que a prática morra cedo, ou que seu amigo difunda-a de modo a dar origem a muitas pessoas que usam “Daniele” para referir a Daniela. Mas o que importa é que você introduziu um nome, mesmo sem ter qualquer intenção de fazê-lo.

O resultado é que o batismo não precisa ser feito em cerimônias ou mesmo ser intencional. Paul Ziff (1977: 319-321) não pensa assim, ao objetar que a noção de batismo só é importante para parte dos nomes. Mas sua objeção repousa em qualquer coisa como o significado comum da palavra “batismo”, envolvendo um ato intencional de atribuição de um nome a um objeto. Se o significado comum desta palavra envolve estas coisas, então devemos entendê-la, aqui, como um termo técnico para os casos em que um nome-estilo é transformado em um nome-tipo.

3.3 Produtores

Nem tudo que ocorre depois do batismo é referência por empréstimo ou referência parasitária. Concordo com Evans que geralmente existe um conjunto de usuários de um nome que ocupa uma posição especial, na medida em que sua capacidade de referir através do nome não é explicada em relação à capacidade dos outros usuários. Evans chama a esses usuários de os *produtores* da prática de uso do nome.

Os produtores de uma prática são pessoas que possuem acesso privilegiado ao referente do nome. Eles podem se encontrar frequentemente com o referente, adquirir novas informações, somar às antigas e difundi-las. Para que isto seja possível, devem ser capazes de *reconhecer* o referente do nome com base em sua aparência.

Pense em seu próprio nome. Há um conjunto de pessoas (espero) que usam seu nome para referir a você. Dentre estas, há um conjunto de pessoas que possuem um acesso privilegiado, no sentido acima mencionado. Quando uma dessas pessoas te encontra, ela pode adquirir novas informações a seu respeito. Pode descobrir que você está gordo ou que não faz a barba há muito tempo, ou qualquer coisa do tipo. Para que essas novas informações adquiridas possam ser justificadamente somadas às que ela já

possuía, é necessário que ela te reconheça como a mesma pessoa com quem encontrou-se anteriormente. Somente se ela for capaz de reconhecer a pessoa que encontra agora (você!) como a mesma pessoa que encontrou antes (você!), poderá justificadamente somar as informações adquiridas agora com aquelas adquiridas antes.

Deve estar claro que um defensor do princípio de Russell pode explicar a capacidade dos produtores de referirem (através de um nome) apelando à cláusula (b); isto é, à capacidade de reconhecer o referente do nome com base em sua aparência. Portanto, para que os produtores de uma prática de usar um nome qualquer refiram através do nome é necessário que sejam capazes de reconhecer o referente do nome com base em sua aparência.

A importância dos produtores para uma prática específica de uso de um nome não é difícil de notar. Sua posição especial na prática permite-lhes difundir novas informações acerca do referente do nome, aumentando consideravelmente nosso estoque de informações e conhecimento acerca dos particulares.

Um defensor da Teoria Causal não precisa recusar o papel da capacidade de reconhecer objetos. Além disso, talvez nem seja plausível fazê-lo. Pois é intuitivo que somos capazes de reconhecer objetos e que esta capacidade tem um papel importante em nossa aquisição e acúmulo de informação. Dado que, no mínimo, parte da função dos nomes é permitir-nos adquirir, trocar e acumular informações sobre particulares; seria estranho que a capacidade de reconhecer não desempenhasse qualquer papel na referência dos nomes. Devitt pode adequar isto à sua descrição. A capacidade de reconhecer objetos está ligada aos encontros perceptivos anteriores com os mesmos. Esses encontros seriam situações nas quais haveria uma relação causal entre nós e os objetos em questão. A partir disso pode-se alegar que esta capacidade é explicada em termos causais. A lição é que a Teoria Causal não precisa estar tão distante do princípio de Russell (ver seção 1.10).

Não fornecerei qualquer tratamento detalhado de nossa capacidade de reconhecer objetos. Mas também não acredito que esse seja o principal ponto de desacordo com a Teoria Causal. Discussões interessantes podem ser encontradas em Strawson (1959: 31-38) e Evans (1982: cap. 8). Mas ressalto que, mesmo que seja possível criar hipóteses céticas que coloquem o reconhecimento de particulares em

dúvida, é pré-teoricamente plausível que sejamos capazes de reconhecer um conjunto de particulares e que isso desempenhe um papel importante em uma teoria da referência dos nomes.

Dado que a capacidade dos produtores de referir é explicada em termos de sua capacidade de reconhecer, a primeira não é explicada em termos de outros usuários. O que ocorre aí não é referência por empréstimo. Assim, produtores referem por direito próprio, e não por serem dependentes de outros usuários do nome. Do que foi dito, os produtores de um nome seriam aqueles que (i) *referem por direito próprio* e (ii) *são capazes de reconhecer o objeto referido*.

Mas a cláusula (ii) nem sempre é útil para caracterizarmos os produtores. Acima, nós falamos apenas de casos envolvendo batismo por ostensão, e falantes possuindo encontros perceptivos posteriores com o objeto. Estes são, de fato, os casos mais comuns, mas não são os únicos possíveis. Como vimos antes, nomes podem ser introduzidos pela estipulação de uma ou mais propriedades identificadoras que o referente deve satisfazer. Tais batismos podem dar origem a uma prática de uso de um nome cujo referente nunca foi alvo de encontros perceptivos com seus usuários, e na qual nenhum usuário é capaz de reconhecê-lo. Se aceitarmos a definição acima de produtores, então estes casos não envolverão quaisquer produtores.

Penso que isto é implausível. Existe um sentido intuitivo no qual pode haver produtores de nomes introduzidos por estipulação de propriedades identificadoras. Imagine os detetives que introduziram o nome “Jack” (o estripador). Há um sentido em que eles eram produtores deste nome-tipo. Eles deram início à prática envolvendo este nome (suponha), adquiriam e difundiam novas informações acerca de seu referente (Jack matou mais alguém, Jack está se tornando cada vez mais cruel, Jack deixou mais pistas, etc.), eram aqueles a seguir mais de perto o rastro de Jack, etc.

Compare a situação destes detetives com a situação de um falante contemporâneo que aprende que Jack foi um grande assassino que estripava suas vítimas, e que nada sabe além disso. Este último tem muito menos recursos para produzir qualquer coisa nova sobre Jack. Aparentemente, ele é um consumidor enquanto os detetives são produtores do nome.

Se queremos aceitar produtores para estes casos, então podemos caracterizar os produtores apelando apenas à cláusula (i). Um produtor de um nome é aquele que refere por seu próprio direito. A capacidade dos detetives em referir pelo nome “Jack” não é explicada em termos de outros falantes, mas em termos de seu conhecimento de propriedades identificadoras do referente (Jack é quem quer que seja o único indivíduo a estripar tais e tais vítimas, etc.).

Em geral, produtores possuem algum tipo de acesso privilegiado ao referente ou, pelo menos, aos acontecimentos que o cercam. Mesmo no caso de Jack, isto foi assim. Mas isto não precisa ser assim sempre. Suponha que eu introduza a mim mesmo o nome “N” para referir à baleia mais pesada de todas. Parece que sou um produtor deste nome, posso difundi-lo, dizendo coisas como “N é muitíssimo pesado”, etc. Neste caso, a minha capacidade de referir não é explicada em termos da capacidade de outros indivíduos.¹¹

3.4 Consumidores

Como disse antes, os produtores são aqueles que referem por direito próprio, normalmente um grupo de pessoas que têm acesso privilegiado ao referente do nome. Mas isso nem de longe é tudo que se pode dizer sobre os usuários de um nome. Boa parte dos usuários não são produtores e, em muitos casos, nenhum usuário atual de um nome-tipo é um produtor. Aqueles que não são produtores eu chamo, seguindo Evans, os *consumidores* de um nome. Portanto, consumidores são aqueles que não referem por direito próprio, cuja capacidade de referir pelo nome é de algum modo tomada de empréstimo de outros usuários. Possivelmente, todos os usuários vivos do nome “Sócrates” (o filósofo) são consumidores, dado que Sócrates já não existe mais e ninguém possui mais acesso privilegiado a ele.

McCulloch (1989: 282-283) distingue corretamente, penso, entre o que ele chama de *consumidores ativos* e *consumidores passivos* de um nome. Para começar a entender a ideia, note que os consumidores podem variar quanto ao que sabem sobre o

¹¹ Minha definição de produtores é bem mais permissiva que a de McCulloch (1989: 281-282). Mas ele tem algo diferente em mente. Sua definição não visa apenas ser adequada para uma teoria da referência, mas também para uma teoria do Pensamento.

referente do nome. Enquanto alguns sabem somente que Sócrates é um filósofo famoso, outros escrevem artigos e livros sobre ele. Consumidores podem começar com pouco, e buscar cada vez mais informação sobre o referente de um nome, tornando-se peritos. Este grupo de peritos ou especialistas desempenha um papel especial na prática. Eles são os que mais contribuem para manter uma prática viva. Pense em como todos os livros e estudos publicados atualmente sobre Sócrates contribuem para que a prática de uso do nome permaneça viva. Estes são os consumidores ativos, os principais responsáveis pela manutenção e sobrevivência de uma prática após a morte dos produtores.

No outro lado, estão os consumidores passivos, aqueles que pouco ou nada contribuem para a manutenção da prática. Um exemplo é nosso falante que sabe apenas que Sócrates foi um filósofo famoso. Com o que tem, ele pode fazer pouca coisa para manter a prática de uso deste nome viva.

A coisa toda não é estática. Um consumidor ativo pode se tornar passivo (uma brutal perda de memória) e um consumidor passivo pode se tornar ativo (geralmente, com muito estudo). Além disso, não é fácil achar a fronteira entre eles, o que um consumidor precisa saber para tornar-se um perito. Mas é plausível supor que consumidores podem se tornar cada vez mais importantes para a manutenção de uma prática, na medida em que acumulam mais e mais conhecimento acerca do referente do nome.

Seja como for, é com os consumidores que a referência de empréstimo ganha importância. De algum modo a capacidade que os consumidores têm de referir através de um nome é parasitária da capacidade dos outros usuários. Além disso, é em relação aos consumidores que há a maior divergência com a Teoria Causal. Os exemplos que visam confirmar o argumento semântico são, em sua maior parte, casos nos quais consumidores (passivos) aparentemente ignorantes (sem conhecimento discriminatório) conseguem referir através do nome. Assim, o melhor modo de explicar a referência dos consumidores parece ser apelando a um elo causal apropriado; seja um elo entre os falantes (no caso de batismo por estipulação) ou entre falantes e o referente (no caso de batismo por ostensão). Neste texto, pretendo rejeitar esta conclusão.

Mas antes é necessário apresentar a perspectiva que defendo sobre a referência dos consumidores.

3.5 Nomes e identificação: o caso dos hospitais

Começamos com a hipótese de que nomes funcionam como mecanismos de identificação, assim como números de quartos, placas de automóveis, CPF, etc.. Não seria muito difícil mostrar que esta hipótese é falsa. Basta repararmos no fato de que vários indivíduos podem possuir um mesmo nome-estilo, sendo isto um fato conhecido de nossa linguagem. O nome-estilo “Sócrates”, por exemplo, é usado tanto para referir ao filósofo como ao jogador do Corinthians. Ora, se há vários indivíduos chamados “Sócrates”, este nome, por si só, não me permitirá identificar nenhum deles.

Tomando de empréstimo um exemplo de Jackson (2010: 9-10), este fato tem alguma importância em hospitais. Se hospitais usassem apenas os nomes como números de identificação dos pacientes, o resultado seria um desastre. Uma enfermeira precisa aplicar uma injeção de anticoncepcional em uma paciente. Mas só o que recebe para identificar a paciente é que se chama “Maria”. Ela encontra a paciente com este nome e aplica-lhe a injeção. A paciente, uma freira que esperava por outra injeção, aceita sem o saber. Enquanto outra mulher, também chamada “Maria”, que esperava pelo anticoncepcional, acaba recebendo uma injeção diferente. A última pode ter uma bela surpresa dentro de nove meses. Mães e pais teriam de prestar muita atenção no rosto dos seus filhos recém-nascidos, para o caso de a pulseirinha de identificação (que conteria apenas o nome do filho) não ser suficiente para identificá-lo no berçário (pode haver outros com o mesmo nome). Enfim, um desastre.

Em hospitais, é muito importante evitar estas coisas. Alguns deles adotam a estratégia de acoplar *marcadores* aos nomes.¹² Pode-se, por exemplo, identificar o paciente pelo seu nome + número do quarto onde se encontra. Em casos de quartos que admitem mais de um paciente, podemos acoplar ainda mais marcadores. No caso dos bebês, podemos usar o seu nome + o nome da mãe + o quarto da mãe, etc. A moral da história é que se os nomes não são suficientes para identificar, nós podemos somar a

¹² Eu sigo Jackson (2010: 8) em usar o termo “marcador”.

eles mais material (os marcadores) para tornar mais precisa nossa identificação. Em hospitais, a precisão tem de ser total.

Existem dois pontos de analogia entre o caso dos hospitais e nossos nomes comuns. O primeiro é que nomes comuns também funcionam como mecanismos de identificação. Mas como eles não podem fazer este trabalho sozinho, precisamos frequentemente somar a eles marcadores que tornam a nossa identificação mais precisa. A partir da próxima seção veremos como isto se aplica ao caso de nossos nomes.

O segundo é que, assim como no caso dos hospitais, nossos usos de nomes estão relacionados a certos comportamentos e propósitos. Chamemos o nome + os marcadores que um falante possui de seu *material identificador*. No caso dos hospitais, este material identificador torna mais eficiente o modo como os médicos e as enfermeiras podem lidar com seus pacientes e com o ambiente hospitalar. Por sua vez, os nomes de nossa linguagem natural são ferramentas que nos auxiliam a lidar com o mundo. Nos casos mais comuns, nós usamos nomes para *adquirir, acumular e transmitir* informações sobre objetos do mundo. Nossa teoria dos nomes tem de, pelo menos, indicar como os nomes podem servir para estes propósitos. Minha intenção é que a perspectiva apresentada a seguir tenha sucesso neste ponto.

3.6 Consumidores e identificação

Nesta seção apresento um esboço geral de uma perspectiva sobre a referência dos consumidores, isto é, sobre a referência por empréstimo. Nas próximas, desenvolvo este esboço. A teoria que apresentarei aceita que o conhecimento discriminatório é uma condição necessária para a referência (através de nomes) por parte dos consumidores. Contudo, apelarei a um modo diferente de identificação, que não está presente em nenhuma das três formas de satisfazer o princípio de Russell mencionados na seção 1.10. Assim, penso que a explicação da referência dos consumidores envolve um modo distinto de satisfazer este princípio. Neste ponto, discordo de Evans (1982:403) e concordo com Sainsbury (2005: 97).¹³

¹³ Infelizmente, Sainsbury fornece poucos detalhes de como é que um usuário de um nome satisfaria o princípio de Russell. Como Evans, ele pensa que as informações que nós associamos aos nomes têm um papel determinante. Mas não nos diz qual é. Este é um ponto importante, pois se não for necessário que

Evans e Kaplan foram os primeiros a esboçarem o ponto de partida do tipo de tratamento que tenho em mente. Veja os seguintes trechos:

In these terms, the requirement on the speaker using a proper name is not that he indicate which object he intends to be (taken to be) referring to, but that he indicate which name he intends to be (taken to be) using. (Evans, 1982:384)

The contextual feature which consists of the causal history of a particular proper name expression in the agent's idiolect seems more naturally to be regarded as determining what word was used than as fixing the content of a single context-sensitive word. (...)The causal theory of reference tells us, in terms of contextual features (including the speaker's intentions) which word is being used in a given utterance. (Kaplan, 1977: 562)

A despeito das diferenças entre Evans e Kaplan (o segundo tem em mente uma defesa da Teoria Causal), ambos estão falando de usuários terem a intenção de usar um nome específico. Mas não apenas isso, afinal, a intenção de usar o nome-estilo “Sócrates” não pode garantir que alguém refira ao filósofo e não ao jogador do Corinthians (vimos que isto colocou Marcos em dificuldades). Assim, tanto um como o outro tem uma noção de nome-tipo em mente. Falantes tendo a intenção de usar um nome-tipo específico. Kaplan parece pensar que o nome-tipo usado por um falante é determinado pela cadeia causal da qual ele faz parte.¹⁴

Eu prefiro a sugestão de Evans, e é ela que defendo agora. Grosso modo, a ideia é que um usuário competente de um nome tem de ser capaz de indicar qual nome-tipo ele usa. Um nome-tipo é um nome pertencente a certa prática de uso. Deste modo, ser capaz de indicar qual nome-tipo usamos é ser capaz de indicar a qual prática de uso de nomes pertencemos. Entendo esta última capacidade como a capacidade de indicar de quem nossa referência é parasitária, ou de quem nós pegamos a referência de empréstimo.

um consumidor satisfaça o princípio de Russell, então este princípio está em apuros. Na seção 5 do capítulo 2 de J. Campbell (2002) há uma pequena discussão sobre nomes que se aproxima imensamente do que é defendido aqui. A discussão não vai muito longe, dado que o principal objetivo dele é discutir demonstrativos, mas pode ser muito instrutiva.

¹⁴ Embora mais tarde ele recua em seu comprometimento com a perspectiva causal. Ver seção 1.8.

É claro que falantes comuns frequentemente não são capazes de apontar um conjunto de pessoas e dizer “foi deles que eu peguei de empréstimo a referência!”. Assim, nós precisamos de uma explicação de como eles podem indicar de quem sua referência é parasitária. Minha sugestão é que os usuários (consumidores) competentes de nomes possuem a *habilidade prática* de identificar o referente do nome como aquele a quem os membros de uma prática específica referem. O que é e como funciona essa habilidade é o que veremos a seguir.

A primeira coisa importante é que esta habilidade está sempre ligada à capacidade do sujeito de associar marcadores ao nome. Estes marcadores serão entendidos como informações que o falante associa ao nome. Assim, na perspectiva que defendo, um sujeito que não é capaz de associar marcadores ou informações não é capaz de referir. A ideia central – ainda propositalmente vaga – é que um nome, somado a uma informação, tem de fornecer ao sujeito a habilidade de identificar o referente como aquele a quem certas pessoas referem.

Um nome somado a um marcador é um meio que temos de identificar um indivíduo particular no mundo (como no caso dos hospitais). A posse de um nome-estilo, por exemplo “Sócrates”, permite a um sujeito procurar por um indivíduo com aquele nome. Mas devido ao fato de que vários indivíduos podem possuir o mesmo nome-estilo, isto não será suficiente. O sujeito encontrará não um, mas vários indivíduos chamados “Sócrates”. A posse de uma informação, como “é um filósofo famoso” torna a busca mais precisa. Ela permite o sujeito identificar um indivíduo específico dentre todos aqueles chamados “Sócrates”. Mas qual indivíduo?

Você responderá: aquele chamado “Sócrates” que for um filósofo famoso. Mas isto não está correto. Na verdade, a informação que o sujeito possui não precisa ser verdadeira para cumprir seu papel (ver Evans, 1982:384; J. Campbell 2002:38). Conforme veremos na próxima seção, o que realmente importa para o sucesso da identificação é que os marcadores sejam informações difundidas em uma prática específica de usar o nome para fazer referência singular a um objeto. O indivíduo que ele rastreará não será aquele chamado “Sócrates” que é um filósofo. Será *aquela chamado “Sócrates” acerca de quem esta informação é difundida*. A cláusula em itálico indica que a habilidade que o sujeito tem de identificar Sócrates depende de

haver outros usuários do nome que tenham difundido esta informação sobre ele. Em outras palavras, o sucesso da identificação dependerá da pré-existência de uma prática de usar o nome “Sócrates” para referir a um objeto particular, na qual o marcador em questão é uma informação difundida.

Conforme disse antes, esse é um modo distinto de satisfazer o princípio de Russell. A capacidade de identificar Sócrates em questão não é a capacidade de reconhecê-lo com base na aparência. Também não é conhecimento de propriedades identificadoras de Sócrates. O sujeito não tem qualquer descrição definida unicamente satisfeita por Sócrates. Eu sequer sugiro que ele tenha conhecimento proposicional de alguma descrição definida do tipo “a pessoa chamada ‘Sócrates’ de quem tal e tal informação é difundida”. Ele apenas tem a habilidade prática de usar seu material para identificar Sócrates como aquele a quem os membros de uma prática específica de usar este nome referem. Em outras palavras, ele *sabe como* usar seu material identificador para distinguir o referente de “Sócrates” dos outros objetos do mundo (mas ver 3.15 e 3.16).

Para que isto fique mais claro, note o sentido no qual o sujeito satisfaz o princípio de Russell. O sentido no qual ele *sabe* a quem se refere ou *sabe* de quem fala. Suponha que tudo que ele possa indicar é que Sócrates é um filósofo famoso. Se procurar no Google por maiores informações, a única coisa que lhe permitirá *saber* se a pessoa de quem o autor do artigo encontrado fala é aquela acerca de quem ele está curioso é a informação de que Sócrates é um filósofo famoso. O único meio que tem de *saber* se ele e seu amigo falam da mesma pessoa pelo nome “Sócrates”, durante uma conversação, é seu amigo ser capaz de indicar se fala ou não de um filósofo famoso. O único meio que tem de indicar a quem se refere é apontando que fala de um filósofo famoso. O único meio que nosso sujeito tem de buscar por novas informações sobre Sócrates é através da informação que já possui. A informação de que Sócrates é um filósofo famoso permite-lhe saber a quem recorrer para adquirir novas informações (é mais apropriado perguntar a um professor de filosofia do que a um geólogo). Sem uma informação associada, o nome não teria qualquer utilidade para nosso sujeito; não permitiria identificar ninguém e, conseqüentemente, não permitiria referir a qualquer objeto.

Se não houvesse pessoas que difundissem (ou pelo menos pessoas que difundiram) a informação “é um filósofo famoso” acerca de um indivíduo particular chamado “Sócrates”, nosso consumidor não teria a habilidade de identificar qualquer indivíduo por este nome e este marcador. Ele digitaria no Google e não encontraria nada, perguntaria a professores de filosofia e não obteria qualquer resposta, seria incapaz de rastrear qualquer pessoa.

Embora limitado, temos um sentido legítimo no qual nosso sujeito sabe de quem fala. O seu material identificador (o nome + marcadores) fornece-lhe um conjunto de habilidades práticas – ele sabe onde procurar mais informações acerca de um indivíduo específico, sabe indicar de quem fala, é capaz de descobrir se ele e seu amigo falam da mesma pessoa, etc. – de discriminar Sócrates. O indivíduo que ele encontrará será sempre aquele chamado “Sócrates” em relação a quem certa informação é difundida; aquele referido pelos membros de uma prática específica.

Em suma, uma condição necessária para o sucesso da referência de um consumidor é que ele seja capaz de identificar o referente do nome como aquele a quem os membros de uma prática específica referem. A razão de sua referência ser tomada de empréstimo de outros usuários é justamente o fato de ele identificar o referente do nome desta maneira.

3.7 Marcadores

Eu não espero que tenha ficado totalmente claro nem o que são marcadores nem como exatamente eles funcionam. Tudo que disse foi que marcadores são informações que os falantes associam ao nome, e que esta informação não precisa ser verdadeira para cumprir seu papel. Nesta e nas duas próximas seções, eu falo um pouco mais sobre o assunto.

A primeira coisa importante a notarmos sobre os marcadores é que não precisam ser descrições definidas. Descrições indefinidas como “um filósofo”, “um homem grego”, etc. servem muito bem para o papel. É claro que um material identificador formado pelo nome “Sócrates” + uma descrição como “um homem grego” não nos permitirá, por si só, identificar alguém. Para que um material identificador contendo

somente o nome mais descrições indefinidas cumpra seu papel, é frequentemente necessário que ele contenha várias descrições. Assim, embora “Sócrates” + “um homem grego” não seja suficiente, pode ser que “Sócrates” + “um famoso filósofo grego...” seja.

Em segundo lugar, marcadores não precisam ser verdadeiros para cumprir seu papel.¹⁵ Voltemos ao exemplo de Sócrates. Imagine que um estudioso tenha descoberto recentemente que Sócrates não foi realmente nem filósofo nem grego. Tudo não passou de uma invenção de Platão, que desejava homenagear um amigo egípcio e totalmente ignorante em filosofia. Após recolher suas evidências, ele decide publicar um artigo comprovando esta tese. O artigo torna-se extremamente popular no meio acadêmico, sendo frequentemente citado em enciclopédias contemporâneas, etc.

Agora imagine que o único material identificador que um falante ignorante qualquer possua seja o nome “Sócrates” + “foi um famoso filósofo grego”. Embora ele não saiba, pelo menos dois marcadores que possui são falsos de Sócrates (“foi grego” e “foi filósofo”). Mas repare que isto não lhe impede de identifica-lo. Suponha, por exemplo, que ele tente fazer uma busca no Google, a fim de aumentar seus conhecimentos sobre Sócrates. Coincidentemente, o primeiro artigo que ele clica é o de nosso estudioso. Este artigo está repleto de frases como “ao contrário do que todos pensam, *Sócrates* não foi realmente um *filósofo*, sequer era *grego*”. Nosso falante estará em perfeitas condições de perceber que o artigo trata da mesma pessoa que ele procurava. Ele é capaz de buscar Sócrates no mundo. Não porque seu material é verdadeiro, mas porque ele é difundido. O indivíduo que ele encontrará será aquele acerca de quem certas informações (verdadeiras ou não) são difundidas.

Neste caso, quando o falante usa o material identificador para identificar o referente do nome, não busca um indivíduo acerca de quem aquele material é verdadeiro, mas um acerca de quem aquele material foi difundido. Obviamente, ele pode acreditar que este material é verdadeiro do referente, mas não é a verdade do material que determina o referente. O que é importante sobre o falante ignorante acima é que ele encara os marcadores do nome “Sócrates” como informações difundidas

¹⁵ O que significa que a analogia com os hospitais não é completa. Pois aparentemente nos caso dos hospitais os marcadores têm ser verdadeiros.

acerca de um indivíduo específico, e não o fato de acreditar ou não que estas informações são verdadeiras. Mesmo que o material identificador acima seja falso, permitirá indicar que participa de uma prática de usar o nome-estilo “Sócrates” para um suposto filósofo e não, por exemplo, para o jogador do Corinthians. Em suma, ele será capaz de indicar qual dentre os muitos nomes-tipo “Sócrates” ele usa. Seus usos do nome referirão a quem quer que seja o objeto que esteja na origem desta prática, aquele acerca de quem certas informações são difundidas. É por isto que sua capacidade de referir depende da pré-existência de uma prática envolvendo outros falantes que usaram aquele nome para referir a um objeto específico. Em suma, o falante usa seu material identificador para identificar um objeto como aquele a quem os membros de uma prática específica referem.

Por fim, embora este geralmente seja o caso, nem sempre o é. Em algumas situações, falantes possuem um modo mais direto de indicar de qual prática de uso de nome participam. Na seção anterior, disse que falantes frequentemente não podem apontar uma ou mais pessoas e dizer que é deles que sua referência é parasitária. Mas algumas vezes eles podem. Há casos em que o único marcador de um falante é algo como “a pessoa a quem Fulano referiu”. Vou dizer algo sobre estes casos mais tarde (3.10 e 3.11). Por agora, ressalto que eles envolvem uma peculiaridade. Na verdade, este parece ser um caso em que o falante identifica o referente do nome por conhecer uma propriedade identificadora dele. Ele conhece e é capaz de especificar uma propriedade que somente aquele objeto satisfaz: a propriedade de ser o único objeto referido por Fulano (naquela situação, etc.). A intenção do falante não é se referir a quem quer que seja o objeto de quem a informação “a pessoa a quem Fulano referiu” é difundida. Ao contrário, sua intenção é referir a quem quer que Fulano tenha referido e ponto. O sucesso em referir dependerá, neste caso, de ser verdade que Fulano referiu a um e somente um indivíduo.

Eu penso também que marcadores como “é famoso” estão relacionados com algum modo mais direto de os falantes indicarem a qual prática seu uso do nome pertence. Geralmente falantes não usam este marcador como uma mera informação difundida em uma prática. Imagine que todo o material identificador que associo a “Platão” seja “é um filósofo famoso”. Suponha que exista um jovem estudante de filosofia, chamado “Platão”, que embora seja desconhecido, é egocêntrico e difunda

acerca de si mesmo a falsa informação de que ele é famoso. Isto não me impede de identificar o verdadeiro Platão (aquele realmente famoso) através de meu material identificador. Nós geralmente usamos marcadores como “é famoso” para indicar que nosso uso de um nome pertence a uma prática específica de uso do nome.

Isto pode ocorrer do seguinte modo. Existem diferentes práticas de usar o nome “Platão”. Presumivelmente, em mais de uma a informação “é um filósofo” é difundida. Contudo, existe uma que se destaca das outras, no sentido de ter uma história mais longa ou envolver mais pessoas, mais difusão de informações, etc. Nós podemos usar o marcador “é famoso” para indicar nossa intenção de participar especificamente desta prática. Se alguém me pergunta de quem falo quando falo de Platão, e respondo que falo daquele famoso, indico que estou usando um nome-tipo muito conhecido, pertencente a uma prática importante, que envolve estudiosos, etc. Neste caso, o marcador foi usado como uma forma de indicar características da prática de uso a que pertença. Não importa o que o nosso desconhecido estudante de filosofia difunde acerca de si mesmo, meu uso do nome “Platão” não pertence à prática de uso – que é pequena, envolve poucas pessoas, etc. – que leva a ele.

É possível que nem todo uso do marcador “é famoso” tenha este fim, mas parece que isto é assim pelo menos para a maior parte dos casos. Além disto, é possível que este não seja o único marcador que receba um papel peculiar em nossos usos de nomes. Mas não sou capaz de indicar outros agora.

3.8 Dois modos de o material identificador falhar

Consumidores usam o material identificador que possuem para identificar o referente como aquele a quem os membros de uma prática específica referem. O referente de seu uso do nome será quem quer que seja o objeto na origem desta prática. Isto indica dois modos de o material identificador falhar. (a) Ele pode falhar por não ser suficiente para nos situar em qualquer prática específica de uso do nome, e (b) embora ele permita situar nosso uso em uma prática, ele falha por não haver qualquer indivíduo particular na origem desta prática.

(a) Imagine que todo o material identificador que possuo seja o nome “João” + “é um marceneiro”. Existem muitos indivíduos chamados “João” e, correspondentemente, muitas práticas de uso envolvendo este nome-estilo (existem muitos nomes-tipo “João”). Por outro lado, o marcador “é um marceneiro” é uma informação difundida em muitas práticas diferentes de uso deste nome. Assim, o meu material identificador não é suficiente para indicar a qual, dentre elas, eu pertenço. Não sou capaz de indicar qual nome-tipo uso e, conseqüentemente, não sou capaz de identificar qualquer indivíduo como aquele a quem os membros de uma prática específica referem.

O mesmo pode acontecer com o marcador “é famoso”, levando em conta o que foi dito na seção anterior. Imagine que meu material identificador seja “Sócrates” + “é famoso”. Ora, existem pelo menos duas práticas de uso do nome-estilo “Sócrates” que são importantes, onde muita informação é difundida, etc. Uma delas leva ao filósofo grego, outra ao jogador do Corinthians. Se o único material identificador que possuo é aquele acima, então eu não posso indicar a qual delas meu uso do nome pertence e, conseqüentemente, sou incapaz de identificar qualquer indivíduo. Por outro lado, se eu também possuísse o marcador “é um filósofo”, poderia indicar a qual destas práticas meu uso do nome pertence; dado que somente em uma este marcador é uma informação difundida.

(b) Mesmo que o meu material identificador seja suficientemente rico para situar meu uso do nome em uma prática específica, pode acontecer de esta prática não levar a lugar algum. Imagine que eu tenha sucesso em usar o nome-estilo “Sócrates” como o nome-tipo para o filósofo grego. Mas imagine novamente que Sócrates seja apenas uma invenção de Platão. Desta vez, suponha que nunca existiu um Sócrates qualquer de quem Platão falava. Embora meu material identificador seja suficiente para indicar de qual prática de uso eu participo, eu falho em identificar a qualquer indivíduo particular. Conseqüentemente, falho em referir.

Repare que o que acontece neste caso é diferente do que aconteceu no anterior. Neste caso, tenho a habilidade de tornar minha referência parasitária de outros usuários. Sou capaz de indicar, por exemplo, que participo da prática de uso do nome “Sócrates” que leva ao filósofo e não daquela que leva ao jogador. Mas acontece que não existe

realmente qualquer indivíduo na origem desta prática. A razão pela qual não tenho realmente sucesso em identificar qualquer indivíduo é que não existe qualquer indivíduo para ser identificado. Eu identifico um indivíduo como aquele a quem os membros de uma prática específica referem. Mas os membros daquela prática não referem a qualquer pessoa. Consequentemente, não tenho realmente sucesso em identificar e, é claro, em referir.

3.9 Usuários competentes de nomes

Até aqui, venho afirmando que a identificação é necessária para o sucesso da referência de um consumidor. Mas seria implausível caracterizar um *usuário competente* de um nome como aquele que tem sucesso em referir. Precisamos de uma noção de usuário competente que não exija sucesso na referência. A discussão da seção anterior pode nos ajudar nisto.

Comece por notar que existem práticas envolvendo nomes vazios. Nomes vazios são nomes sem referente. O caso mais óbvio são nomes ficcionais como “Sherlock Holmes” e “Peter Parker”. Mas nomes como estes alegadamente envolvem características próprias da ficção que merecem um tratamento particular. Por outro lado, nem todo nome vazio é ficcional. No século XIX cientistas pensaram existir um planeta na órbita entre Mercúrio e o Sol. Deram a este planeta o nome “Vulcano”. Por um tempo, falaram muito de Vulcano, este nome apareceu em trabalhos e era usado frequentemente para referir ao planeta em questão. Havia uma prática de usar o nome-estilo “Vulcano” como o nome daquele planeta. Acontece que depois descobriu-se que não havia qualquer planeta onde se pensava. Vulcano não existia. Isto não quer dizer, é claro, que a prática de uso deste nome não existia.

Os consumidores deste nome eram, por exemplo, capazes de indicar qual nome-tipo usavam. Um consumidor poderia indicar que pertence à prática de uso do nome “Vulcano” para o planeta e não para o deus romano do fogo. Eles podiam tornar sua referência parasitária dos outros membros da prática exatamente no modo que qualquer consumidor normal. Se realmente existisse um objeto na origem desta prática, eles teriam sucesso em identificá-lo como aquele a quem os outros membros da prática

referem. Mas tal objeto não existe e, conseqüentemente, houve falha em identificar e em referir.

Este é o segundo sentido mencionado em 3.8 no qual um consumidor pode falhar em referir. Minha sugestão é que um consumidor que falha em referir neste sentido ainda é um usuário competente do nome. *Um consumidor é um usuário competente de um nome se, e somente se, seu material identificador é suficiente para indicar a qual prática de uso ele pertence.* Deste modo, um falante que falha em referir no primeiro sentido – não é capaz de indicar a qual prática de uso pertence – não é um usuário competente do nome.

Conclusão, embora o sucesso da identificação seja uma condição necessária para o sucesso da referência, não é para a competência em usar um nome.¹⁶

3.10 João e Marcos

Com o que foi dito nas últimas seções, podemos entender o que vai mal com João e Marcos dos exemplos apresentados na parte 2. Começamos pelo exemplo de João. Naquele caso, a intuição foi que ele não tem realmente sucesso em referir a qualquer pessoa. Agora, temos uma explicação para isto.

A razão pela qual João falha em referir é que não dispõe de qualquer material identificador (nome + marcador) que o permita identificar um indivíduo particular. Ele não pode indicar de quem fala (qual nome-tipo ele usa), nem encontrar no Google, nem adquirir novas informações sobre um indivíduo específico através de seu material identificador. A posse do nome-estilo “Paula” mais o marcador “é uma bela garota” não mune João com a habilidade prática de identificar Paula como alguém a quem outras pessoas referem. Ele não sabe quem é Paula. Não satisfaz uma condição necessária para a referência; e não é um elo causal que o tornará capaz de referir através deste nome.

No caso de Marcos, o problema não foi que alguma teoria específica contrariou nossas intuições. Ao contrário, o problema é que nós simplesmente não tínhamos em mãos qualquer intuição sobre qual seria o resultado do seu proferimento. Não sabíamos

¹⁶ Para uma discussão que vai ainda um pouco além ver Sainsbury (2006: seção 3; 2005: cap.3).

se ele havia ou não referido a um indivíduo particular. Por sua vez, a Teoria Causal não nos forneceu elementos para qualquer previsão acerca do caso. Minha previsão é que Marcos não refere a qualquer indivíduo. A razão disto já pode estar clara. Marcos não possui, ao acordar, qualquer material identificador que lhe permita identificar um indivíduo em particular. Ele lembra-se que foi apresentado a duas pessoas chamadas “Paula” e que disseram-lhe que ambas eram legais. A partir disso, tudo que ele possui é o nome-estilo “Paula” mais o marcador “é uma pessoa legal”. Ora, tal material identificador, nem de longe, o permitirá diferenciar um objeto de todos os outros do mundo. Mas então por que, antes de ir dormir, Marcos era capaz de referir às duas mulheres?

Primeiro, eu não desconsidero a hipótese de que Marcos possa referir caso apele a propriedades identificadoras. Como vimos na seção 2.6, ele tem recursos para referir a um indivíduo específico caso apele a algo como “aquela, dentre as duas, que me foi apresentada primeiro”. Neste caso, usaria um modo diferente de identificação, o modo descritivo. A não ser que ele apele a algo deste tipo, simplesmente não irá referir.

O mesmo pode ser o caso de Marcos no momento antes de ir dormir. Ele era capaz de usar o nome-estilo “Paula” como dois nomes-tipo diferentes porque era capaz de identificar as duas mulheres desta maneira. Ele poderia identificar uma delas como *a pessoa a quem seu amigo referiu da primeira vez*, e à outra como *a pessoa a quem seu amigo referiu da segunda vez*. A diferença é que nos momentos da conversa (e talvez um tempo depois), ele não precisou propriamente fazer uma estipulação. Isto era algo claramente indicado no contexto e ele, como um falante competente, sabia. Penso que é mais plausível acreditar que este caso envolva um modo descritivo de identificação. Mas descritivo ou não, é um caso legítimo onde o falante é capaz de identificar o referente do nome como aquele a quem outros referem (ver 3.7).

Repare que a falha de ambos é aquela do primeiro tipo mencionado em 3.8, em que o falante é incapaz de indicar a qual prática de uso pertence. Nem João nem Marcos (depois de acordar) são usuários competentes dos nomes em questão. Isto pode ser usado para explicar a intuição (principalmente no caso de João) que alguma falha mais grave do que *mera falha em referir* ocorreu. Nossos falantes não apenas falham em referir, eles sequer são usuários competentes dos nomes em questão. Falantes comuns

têm pelo menos uma boa ideia de como os nomes funcionam. Em casos nos quais tão obviamente o material identificador é insuficiente para identificar qualquer indivíduo, é natural que nos pareça que o falante sequer tentaria usar o nome seriamente.

3.11 Resposta ao argumento semântico

Ainda temos de enfrentar o argumento semântico, mais especificamente os exemplos de Kripke e Donnellan a favor de sua segunda premissa. Será que eles são casos nos quais falantes ignorantes têm realmente sucesso em referir? Minha estratégia de resposta a estes exemplos será a seguinte. (a) Não existem tantos casos como comumente se pensa nos quais falantes totalmente ignorantes aparentemente referem através de nomes. (b) Mas existem realmente casos deste tipo. Ou seja, existem casos nos quais um falante aparentemente refere e, contudo, o nome somado à informação que ele possui, não é suficiente para identificar qualquer objeto particular. Quanto a estes, defenderei que a aparência não passa de aparência. Falantes ignorantes não têm realmente sucesso em referir. Mas explicarei porque é intuitivo que eles referem. (c) Nomes podem ter uma grande utilidade para os falantes mesmo quando estes não são capazes de referir, por não serem capazes de identificar o referente.

(a) Comece pensando no seguinte exemplo. Um sujeito ouve dois amigos conversando sobre Platão, mas não ouve o que eles dizem acerca dele. Então o sujeito pergunta “quem é Platão?”. Nossa intuição é que o sujeito referiu. Mas ele não possui qualquer informação acerca de Platão, nem mesmo uma informação falsa. Assim, temos um caso simples que a perspectiva que defendo não consegue explicar.

Aceito que o sujeito acima teve sucesso em referir. Mas recuso que não seja capaz de identificar Platão. Quando dizemos que ele não sabe a quem refere, estamos ignorando o contexto do exemplo. É trivial que o sujeito é capaz de identificar Platão como *a pessoa a quem seus amigos referem*. Este é um modo legítimo de identificar Platão como aquele a quem outros referem. O próprio exemplo deixa claro que ele possui esta habilidade. Afinal, ele foi capaz de recorrer às pessoas certas para obter maiores informações sobre Platão. Portanto, o exemplo acima não é um caso em que um falante ignorante tem sucesso em referir, porque o falante em questão não é ignorante.

Este caso pode nos ensinar algo sobre o exemplo de Kripke, no qual o professor diz aos alunos que Newton foi o mestre de Platão. Os alunos supostamente só possuiriam um marcador que pudessem somar ao nome “Newton”, a informação de que ele foi o mestre de Platão. O problema é que este nome, somado a esta informação, não lhes permite identificar qualquer pessoa. Mas não é verdade que isto é tudo o que os alunos possuem, pois eles também são capazes de identificar Newton do modo acima: como a pessoa de quem seu professor fala.

Por exemplo, suponha que após a aula um raro nerd decida pesquisar no Google sobre Newton. Ele supõe que há várias pessoas com este nome, e não será capaz de identificar uma dentre elas. Então ele decide sabiamente digitar “Newton: o mestre de Platão”. Mas, como era de se esperar, o resultado que ele encontra é confuso: algumas notícias mencionam um físico, outras mencionam um filósofo chamado “Sócrates”, outras mencionam meninos e meninas que fizeram grandes feitos na internet, etc. O que o nerd fará? Simples, recorrerá, no dia seguinte, ao seu professor. Ele possui a habilidade de identificar Newton como aquele a quem os outros referem; neste caso, como aquele a quem seu professor refere.

Os casos acima têm em comum o fato de que o falante possui uma habilidade prática muito limitada de identificar o referente do nome. Em ambos identifica-se o referente como aquele a quem uma ou duas pessoas referem. Isto é limitado porque o falante não conseguirá rastrear o referente do nome no mundo a não ser que recorra a estas pessoas. De nada adiantará procurar no Google ou em uma enciclopédia, apelando à informação “o objeto de quem tal e tal pessoa fala”. Do mesmo modo, o único modo de o falante adquirir novas informações sobre o objeto será recorrendo a estas pessoas.¹⁷ Mas este é um modo importante no qual ouvintes podem identificar alguém no momento em que o nome é introduzido a eles.

Alguns casos nos quais aparentemente falantes ignorantes referem não são realmente casos de falantes ignorantes. Assim, existem menos casos deste tipo do que comumente se pensa. A moral da história é que a avaliação de um exemplo a favor do

¹⁷ É claro que existe um sentido no qual o falante pode adquirir novas informações. Suponha que eu identifique João apenas como a pessoa a quem Fulano refere. Suponha também que alguém me passe mais informações sobre João, mas eu não sei que este é o mesmo João que eu identifiquei. Embora eu tenha adquirido novas informações sobre João, eu não estou justificado em somá-las às antigas.

argumento semântico deve levar em conta não apenas a informação transmitida pelo interlocutor (o que o interlocutor disse), mas também o contexto como um todo. Nos casos acima, os interlocutores não disseram “N é a pessoa de quem eu falo”, mas o contexto permitiu aos ouvintes saberem disso. Há mais coisas que podem estar implícitas no contexto, e temos de levar isto em conta. Se um professor de filosofia diz “As próximas aulas serão sobre Sócrates” durante sua aula, os alunos podem justificadamente acreditar que Sócrates é um filósofo, ou mesmo que é um famoso filósofo, já que será o assunto de várias aulas.

(b) Mas existem casos em que nossa intuição é que os falantes ignorantes referem. Basta supormos que no exemplo de Kripke os alunos se esqueceram quem foi que lhes introduziu o nome. Se um desses alunos dissesse que Newton foi o mestre de Platão, ele teria sucesso em referir a Newton. Eu recuso que falantes ignorantes refiram, tanto para o exemplo de Kripke como para o de Donnellan. Assim, tenho de explicar por que nossas intuições dizem que eles referem.

Primeiro, quero defender que o exemplo de Kripke, com algumas modificações que deveriam ser irrelevantes, deixa de ser favorável para a Teoria Causal. Imagine que ao invés de dizer que Newton foi o mestre de Platão, o professor diga o seguinte aos seus alunos.

14) João foi o mestre de Platão.

Agora suponha que os alunos se esqueceram quem lhes introduziu o nome. Ainda assim um aluno diz ao seu pai que João é o mestre de Platão. A quem o aluno referiu? A intuição quanto a este caso é que ele referiu a Sócrates. Um modo natural de corrigi-lo seria dizer: você quis dizer “Sócrates” não é? Se isto é assim, então nosso aluno não tem uma crença falsa sobre João, mas uma crença verdadeira sobre Sócrates. Por que a mudança do nome “Newton” para o nome “João” influi em nossas intuições? Como Kripke explica isto?¹⁸

¹⁸ A noção de *referente semântico* e *referente do falante* (Kripke: 1977) não vai ajudar. Pois o problema não é apenas explicar este caso específico, mas porque nossas intuições sobre ele são diferentes de nossas intuições sobre o outro caso; quando não deveriam ser. Assim, de nada adianta alegar que o problema aqui é que o falante *quis referir* a Sócrates, mas *de fato* a referiu a João. A não ser que também aleguemos que o falante do exemplo de Kripke quis referir a Sócrates, mas de fato referiu a Newton; o que seria implausível.

Talvez você discorde de mim, insistindo que a intuição é que o aluno tem uma crença falsa sobre quem quer que seja João. Mas então, faça outra mudança no exemplo, supondo que, ao invés de dizer 14, o professor diga 15.

(15) João é um rapaz legal.

Agora imagine que o aluno, que esqueceu quem lhe introduziu o nome, profere 15 para seu pai. Terá o aluno referido a alguém? A Teoria Causal diz que sim. Afinal, o exemplo é o mesmo, apenas substituindo “Newton” por “João” e “o mestre de Platão” por “é um rapaz legal”. Eu penso que o aluno não referiu.

Para ver que ele não referiu, pense em qual seria a reação adequada a um proferimento como 15. Quando alguém profere algo como 15, a nossa reação adequada, quando queremos continuar a conversa, é perguntar “Quem é João?” ou “Por que ele é legal?”. Mas, por suposição, se o pai fizesse estas perguntas ao aluno, receberia apenas um “não sei” como resposta. Se o pai insistisse pedindo que seu filho diga-lhe algo, qualquer coisa, sobre João, o filho insistiria dizendo “eu já disse que não sei” e talvez completasse, “mas ele é legal”. Você diria que, neste caso, o aluno teve sucesso em referir a um indivíduo particular? Acredito que a resposta intuitiva é “não”. Este seria um caso do mesmo tipo daquele de João. Se não temos razões para dizer que o sujeito referiu naquele, não temos para dizer que referiu neste.

Por que estas modificações no exemplo fazem com que nossas intuições oscilem? Um defensor da Teoria Causal tem de ter uma resposta para isto. O começo de uma explicação surge quando olhamos para a diferença entre a perspectiva do falante e a perspectiva do ouvinte. Todos os casos acima são tais que o falante é incapaz de identificar o referente do nome. Contudo, a perspectiva do ouvinte é diferente em cada caso.

Em algumas situações o ouvinte tem razões para pressupor que o falante está referindo a um objeto particular quando não está. Suponha, por exemplo, que um grupo de corinthianos esteja conversando sobre Sócrates, o grande jogador do Corinthians. Um dos falantes diz que ele era um gênio e outro responde que ninguém fez tanto para sua área quanto ele, etc.. Então, um rapaz diz, com a intenção de falar do filósofo, que Sócrates é um homem admirável. É claro que os ouvintes terão razões para pressupor que o sujeito fala do jogador. Mas a pressuposição deles será falsa.

Dado nosso conhecimento sobre o físico Newton e sua fama, pressupomos que alguém que diga “Newton foi o mestre de Platão” está falando de um indivíduo particular, o físico. Assim, a nossa (do ouvinte) reação apropriada é responder algo como “Newton não foi o mestre de Platão, pois ele nasceu bem depois de Platão”. Mas quando substituímos o nome “Newton” por “João” a coisa muda. O último nome não levará o ouvinte a pressupor nada acerca do falante. Existem muitas pessoas chamadas “João” e não há uma que se destaque das outras de modo a nos levar a pressupor que o sujeito tem ele em mente. Contudo, neste caso é a informação que leva o ouvinte a pressupor algo. Quando o falante diz que João é o mestre de Platão, o ouvinte pressuporá que ele tem Sócrates em mente. De modo que uma reação esperada do ouvinte é dizer “Você quis dizer “Sócrates””. E, por fim, quando nem o nome nem a informação levam o ouvinte a pressupor nada, como no caso em que o aluno profere 15 ao pai, a coisa é diferente. Nesta situação o ouvinte tenderá a perguntar quem é João e, ao receber um “não sei” como resposta, duvidará que o falante tenha referido. Na verdade, se o filho insistisse em dizer mais coisas acerca de João, é muito provável que o pai pensasse que ele tem um amigo imaginário.

Alguns exemplos a favor do argumento semântico são casos em que o ouvinte tem razões para pressupor que o falante referiu. Mas isto não significa que sua pressuposição esteja correta. Estes exemplos podem sugerir para o leitor que se coloque na posição do ouvinte, quando o correto seria se colocar na posição do falante. Parte da plausibilidade dos exemplos se deve ao fato de nos colocarmos na posição do ouvinte e, conseqüentemente, fazer as mesmas pressuposições erradas que eles. Uma vez que nos colocamos na posição do falante, nossa intuição muda. Isto explica em parte as nossas intuições relativamente a eles. Ainda, explica por que as intuições em relação a casos do mesmo tipo podem ser discrepantes.

O exemplo do “Tom”, de Donnellan, também é um caso deste tipo. A razão que ele fornece a favor de que sua criança ignorante refere é que seus pais teriam razões para dizer que ela refere. É verdade que seus pais teriam razões para pensar isto, mas daí não segue que a criança referiu a qualquer indivíduo particular. Os pais sabem que havia muitos Tons na festa, e viram um deles proferir palavras para seu filho. Tudo isso faz com que eles pensem que o filho tem alguém em mente. E se você se colocar no lugar dos pais você pensará o mesmo. Mas tão logo nos colocamos no lugar da criança e

percebemos que sua situação é a mesma que a de João no exemplo da parte II, não há razões para alegar sucesso da referência.¹⁹ Na verdade, esta criança sequer é um usuário competente do nome em questão.

Olhar para a diferença entre a perspectiva do ouvinte e a do falante é um modo de ver por que alguns exemplos a favor do argumento semântico são intuitivos (como o de Kripke), além de explicar por que outros exemplos do mesmo tipo não parecem confirmar o argumento semântico (como o de João e o de Marcos).

(c) Existe algo mais por trás da intuição que falantes ignorantes podem referir através de nomes. Em alguns casos, mesmo que o falante não seja capaz de identificar o referente, a posse de um nome-estilo mais um marcador terá utilidade para ele. Nomeadamente, a posse do material identificador permitirá o sujeito entrar em conversações sobre objetos particulares, obter e acumular informações sobre particulares, etc.

O modo como isso acontece é o seguinte. Algumas vezes, devido ao fenômeno acima mencionado – no qual ouvintes pressupõem que um sujeito tem alguém em mente – o falante é capaz de entrar em uma conversação sobre um indivíduo específico e adquirir e acumular informações sobre este indivíduo. Suponha que a informação que o sujeito associe a “Newton” não seja suficiente para identificar um indivíduo particular.

¹⁹ Eu penso que Evans (1982:3.3) está errado ao conceder a Kripke que os falantes de seus exemplos referem. Ele acredita que o argumento semântico tem sucesso em mostrar que falantes ignorantes referem. Contudo, o mesmo argumento não mostra que estes falantes têm sucesso em pensar sobre os referentes dos nomes. A ideia é que as condições para um sujeito pensar em um objeto através de um nome seriam mais rigorosas do que para referir e dizer coisas através do nome. Kripke não percebeu o abismo que há entre dizer ou referir e pensar. Mas mesmo que Evans esteja certo sobre sua distinção entre dizer e pensar, ele está errado quanto ao argumento semântico. Os exemplos acima nos quais falantes ignorantes usam nomes, não são casos de sucesso da referência. A distinção importante para explicar por que isto é assim não é entre dizer e pensar; mas entre a perspectiva do falante e a do ouvinte. Ouvintes frequentemente têm razões para pressupor referência onde ela não ocorreu. No capítulo 5, Evans reconhece que ouvintes frequentemente fazem pressuposições erradas acerca do falante, mas não recua em sua conclusão de que os falantes de Kripke têm sucesso em referir. Talvez isto tenha a ver com uma concepção de linguagem pública. A teoria causal é frequentemente associada com uma concepção pública de linguagem (Kripke, 1972:94-95), enquanto o descritivismo é considerado inconsistente com a mesma (Stalnaker, 1997: 542-544). Mas assumir uma concepção pública de linguagem não significa assumir que aquilo que os ouvintes justificadamente pressupõem acerca dos falantes é sempre verdadeiro. O caso do rapaz que falou do Sócrates filósofo em meio aos Coríntios é um exemplo disso. O rapaz de fato referiu ao Sócrates filósofo, mas os ouvintes erradamente pressupuseram que ele referiu ao jogador. Sequer é este um caso que pode ser explicado pela distinção entre *referente semântico* e *do falante*, como a expressão “de fato” (na frase anterior) mostra.

Mas que o sujeito acredite erradamente que é capaz de referir a alguém por este nome. Ao proferir este nome, o ouvinte pode considerar (erradamente) que o falante tem um indivíduo específico (o famoso físico) em mente e continuar a conversação dizendo coisas novas sobre este indivíduo. Ao aprender as informações novas o falante se torna capaz de referir a um indivíduo específico através deste nome. Não apenas isto, ele pode aumentar seu conhecimento sobre Newton. Embora o falante não fosse, de início, capaz de referir a ele; ao longo da conversa adquiriu esta capacidade.

Mas ainda tenho dúvidas acerca de que casos seriam estes. Nós podemos estar tentados a supor que seriam casos em que só o que um falante associa ao nome “Newton” é que ele é um físico. Aparentemente, isto funcionaria bem. Pois o falante, com o nome mais a informação em questão, não seria capaz de identificar ninguém em particular. Há muitas pessoas, presumivelmente, chamadas “Newton” de quem a informação “é um físico” é difundida. Ainda assim, em muitos contextos em que nosso falante proferisse algo como “Newton é um físico” o ouvinte consideraria que ele fala de um indivíduo particular. E o nosso falante acabaria na situação acima. Além disso, se o sujeito procurasse em enciclopédias ou no Google, ele quase sempre acabaria encontrando informações sobre Isaac Newton.

Contudo, estes casos parecem ser um pouco enganadores. É verdade que se o sujeito acima iniciasse uma conversa dizendo “Newton é um físico” ou algo do tipo, ele provavelmente acabaria na situação de adquirir informação sobre um particular (Isaac Newton). Mas não parece que um falante que associe apenas a informação “é um físico” ao nome “Newton” iria tentar iniciar conversações acerca de alguém ou procurar informações no Google ou em enciclopédias. Se a única informação que associo a “Chico” é “é um carpinteiro”, então dificilmente tentarei iniciar conversações sobre Chico. A própria suposição de que um sujeito faria isso talvez seja um equívoco. Se for um bom usuário de nomes, não fará.

Há algo importante nisto tudo. Se estou certo, falantes competentes dificilmente tentam usar nomes para referir a um objeto particular quando julgam a si mesmos como incapazes de identificar o referente. Para que ele faça isto, ele tem de pensar que o marcador que ele associa ao nome o torna capaz de identificar o referente. Eu aceito que há casos em que um falante pode estar enganado, na medida em que pensa erradamente

ser capaz de identificar um particular através de um nome e uma informação. Mas estes casos são mais raros do que pensamos.²⁰ Como disse em 3.10, nós temos pelo menos uma boa ideia de como os nomes funcionam, e isto parece envolver a intuição de que dificilmente um falante competente tentaria usar seriamente um nome quando seu material identificador tão obviamente é insuficiente para a identificação.

Este pode ser mais um problema para o argumento semântico. Os exemplos que supõem falantes com informações mínimas (“um filósofo”, “um físico”) tentando iniciar conversações me parecem casos de falantes incompetentes fazendo coisas incomuns. Quando nos atentamos para a real situação destes falantes, percebemos que os exemplos são bem menos inocentes do que se pensa. Na verdade, eles estão muito próximos daquele de João.

Mesmo que raros, estes seriam casos em que o sujeito não é capaz de referir através do nome e, ainda assim, o nome tem utilidade para a aquisição e acúmulo de informação acerca de um particular. Infelizmente, não consigo pensar em um caso destes agora, e tenho dúvidas sobre casos como o acima. Talvez, uma estratégia melhor seja buscar por casos em que o falante pode associar um conjunto razoável de marcadores ao nome e, contudo, seu material identificador ainda é insuficiente. Assim é mais provável que o falante acredite ser capaz de referir e tente usar o nome seriamente, acabando na situação narrada acima.

3.12 A necessidade do elo causal: o exemplo do sonho

Até agora, defendi que (a) um elo causal não é suficiente para referir através de nomes; e (b) conhecimento discriminatório é necessário para a referência. Mas ainda não perguntei se um elo causal seria necessário para um consumidor referir através de nomes. Não tenho qualquer argumento decisivo a favor de uma resposta afirmativa ou

²⁰ É importante ressaltar que não estou falando de casos envolvendo nomes vazios, como “Vulcano”. Um usuário do nome “Vulcano” poderia identificar Vulcano como aquele a quem outros referem. Ele poderia ter uma informação associada ao nome que lhe permitisse fazer isto. Neste caso, ele seria um usuário competente do nome. Contudo, ele falharia em identificar qualquer indivíduo e em referir qualquer indivíduo porque não há qualquer objeto a quem outros referem. Este é um caso no qual o sujeito falha em referir porque a prática de uso do nome não leva a qualquer referente. O caso acima é um em que o sujeito falha porque não é capaz de participar de qualquer prática; pois não é capaz de identificar Newton como o objeto particular referido por qualquer pessoa (ver seção 3.9).

negativa. Na verdade, penso que cada uma tem seu ponto forte e fraco. Contudo, no que segue tentarei sugerir que é mais plausível supor que não. Nós podemos começar a discussão por um exemplo que deixa claro a diferença entre assumir um elo causal como necessário e não assumir isto.

O exemplo é de Loar (1976:509). Imagine um sujeito que nunca foi introduzido ao nome “Platão”. Mas um dia sonha com uma pessoa chamada “Platão”, que foi aluno de Sócrates (nosso sujeito sabe quem é Sócrates), que escreveu um livro chamado “A República”, etc. Ao acordar, ele lembra de todas estas informações, mas não lembra que foram adquiridas ao longo de um sonho. O resultado será uma pessoa que possui um nome e que associa marcadores suficientes para identificar um particular no mundo como aquele a quem outros referem. Ele terá todas as habilidades práticas que exige para a referência através do nome. Sem maiores qualificações, a perspectiva que defendi implicaria que ele é capaz de referir a Platão. Por outro lado, a Teoria Causal, ou qualquer teoria que pelo menos aceite um elo causal como necessário, implicará que o sujeito acima não refere. Deste modo, o exemplo pode nos ajudar a decidir se aceitamos ou não um elo causal como necessário.

A primeira coisa que podemos fazer é apelar às nossas intuições pré-teóricas. Mas não estou certo se existe alguma resposta a este exemplo que seja anti-intuitiva. Alguém pode tentar alegar que as intuições são claras, o sonhador não refere. Mas duvido que isto seja assim. O sonhador, ao acordar, terá as mesmas disposições que alguém que tenha as mesmas informações que ele, mas que adquiriu através de outros falantes (ou de qualquer modo normal). Suponha que ele tenha retido as informações x, y e z. Tudo que uma pessoa que tenha essas informações pode fazer com o nome “Platão” o nosso sonhador também pode. Toda conversação que um pode iniciar, o outro também pode, toda a informação que um pode adquirir o outro pode, toda informação que um pode passar, o outro pode. Não há qualquer diferença prática entre eles. Não é óbvio que um deles não tenha sucesso em referir.

Mas alguém pode sugerir que não é verdade que o sonhador tenha sucesso em referir. O que acontece com ele é exatamente o fenômeno que mencionei na seção anterior, em que os ouvintes pressupõem erradamente que o falante refere. Em resposta, eu poderia dizer que este é um caso diferente, pois nos casos acima os falantes não

podiam identificar o referente, enquanto neste caso o falante pode. Ao contrário dos falantes de Kripke e Donnellan, nosso sonhador possui um material identificador suficientemente rico para indicar de qual prática de uso do nome pertence. É verdade que ele adquiriu este material em um sonho, mas isto não muda o fato de que ele o possui. E isto o torna relevantemente diferente dos falantes ignorantes de Kripke e Donnellan.

O defensor do elo causal pode sugerir que o sonhador não refere e que um indício para isto é que *se ele descobrisse que adquiriu suas informações em um sonho, ele mesmo diria que não é capaz de referir*, e não tentaria usar o nome referencialmente. Contudo, pode-se responder que a condicional acima é verdadeira, mas que não refuta minha perspectiva. Só o que ela mostra é que os usuários consumidores de nomes normalmente não tentam referir a objetos que não acreditam serem capazes de identificar como aquele a quem outros referem. Se ele descobrisse que foi um sonho, não se julgaria mais capaz de identificar qualquer objeto e, por isso, não se julgaria capaz de usar o nome referencialmente.

Não é difícil pensar na razão do sonhador, se descobrisse isto, pensar que não tem sucesso em referir. Se ele descobrisse, dificilmente pensaria que a improvável hipótese – haver uma prática de usar o mesmo nome-estilo “Platão” onde os mesmos marcadores são informações difundidas – é verdadeira. Ele dificilmente pensaria que seu material identificador é constituído por marcadores que são informações difundidas em uma prática específica de usar o nome “Platão”. Numa situação destas, seria estranho que se julgasse capaz de usar o nome em acordo com qualquer prática específica.

Por fim, alguém poderia recusar que o sonhador refere para tentar salvar uma concepção pública da linguagem. Assumir que ele referiu nos comprometeria com uma concepção que permite que falantes sem qualquer elo com outros falantes usem nomes de forma competente. Em geral, não é isto que acontece. O uso que um consumidor faz de um nome pertence a uma cadeia de usos de outros usuários. Referência é um fenômeno social (ver seção 1.9). Em contrapartida, poderíamos responder: eu aceito que deve haver um elo, só recuso que seja causal. O sonhador refere porque é capaz de identificar o referente do nome como aquele a quem os membros de uma prática

referem. O uso que ele faz é dependente do uso de outros usuários. Os marcadores que ele tem são suficientes para ele indicar qual nome-tipo ele usa, a qual prática de uso ele pertence. Isto ainda é concepção pública de linguagem, e ainda é encarar a referência como um fenômeno social. *Público* não significa *causal*.

Parece que para toda defesa de que o sonhador não referiu, há uma resposta igualmente plausível de que ele referiu. Se isto é assim, é preferível recusar que um elo causal seja necessário para um consumidor referir. Afinal, não precisamos colocar uma condição a mais sobre a referência a não ser que tenhamos necessidade de fazer isto.

Tanto Evans como Sainsbury consideram que um elo causal é necessário para a referência de um consumidor, para que ele seja capaz de participar de uma prática de usar um nome. Portanto, eu difiro deles neste ponto.

Mas não ignoro totalmente a necessidade de um elo causal. Só o que defendi foi que alguém pode se tornar um consumidor de uma prática mesmo sem estar causalmente conectado com os outros usuários do nome. As condições necessárias e suficientes para o sucesso da referência de um consumidor são: (a) *que exista pelo menos uma prática de usar aquele nome-estilo*, e (b) *que ele seja capaz de identificar o referente do nome como aquele a quem os membros de uma prática específica referem*.

Contudo, uma prática de usar um nome é formada por mais do que um ou outro consumidor. Geralmente, ela começa com um batismo, onde algumas pessoas percebem um objeto e lhe atribuem um nome; continua com produtores – que possuem acesso privilegiado ao referente, podendo adquirir novas informações, somar às antigas e difundir para outros produtores e consumidores – e termina apenas com os consumidores, que precisam identificar o referente do nome como aquele a quem outros referem.

É muito plausível supor que para que todo este processo comece, deva haver um elo causal entre os falantes. Já dei uma sugestão de como isto poderia acontecer em relação ao batismo e aos produtores. Assim, um elo causal seria necessário para que exista uma prática de usar um nome, mas não seria necessário para que, após a prática estar formada, alguém possa se tornar um consumidor dela.

Isto tem uma consequência interessante. Uma prática de uso de um nome é formada por seus participantes. Um defensor da Teoria Causal tem um modo simples de explicar como isto ocorre. A prática tem início em um batismo. Seja o batismo por ostensão ou não, o nome será difundido de falante em falante por elos causais preservadores da referência. A prática será formada por todos estes falantes que estão causalmente relacionados por este elo. Simples assim. No meu caso, a coisa é mais complicada. Eu aceito que a prática começa com o batismo e passa por falantes que estão causalmente relacionados. Contudo, se queremos incluir nosso sonhador, deve haver algo mais. Um esboço de sugestão é o seguinte. Batismo, seguido de falantes causalmente relacionados e, ainda em seguida, todos aqueles que são capazes de identificar o referente do nome como aquele a quem os membros da prática referem.

3.13 Referência e justificação (mais sobre a necessidade do elo causal).

Na seção anterior argumentei que um indivíduo pode se tornar um consumidor de um nome mesmo que não esteja causalmente conectado de modo apropriado com os outros membros da prática de uso do nome. Sustentei que o exemplo dos sonhos é uma razão para isto. Contudo, há um pressuposto na minha argumentação que pode plausivelmente ser rejeitado. Nesta seção defendo que, mesmo se rejeitarmos este pressuposto, não teremos razões para apelar à necessidade do elo causal.

Primeiro, o pressuposto. Eu assumi que o sonhador tinha a habilidade de identificar Platão. Isto porque, por suposição, ele possuía um material identificador suficientemente rico. Esta ideia tem algum apelo intuitivo. Nosso sonhador pode fazer certas coisas com o nome “Platão”. Ele pode digitar seu material no Google e buscar por mais informações sobre um indivíduo específico, pode indicar de quem fala, descobrir se seu amigo fala da mesma pessoa que ele, etc. Uma vez que ele não lembra que adquiriu seu material em um sonho, usará o nome como qualquer falante normal, e encarará seus marcadores como informações difundidas acerca do seu referente.

Contudo, existe um ponto a favor de que o sonhador não possui realmente a habilidade de usar o nome “Platão” para referir ao filósofo. É verdade que ele tentará usar o nome seriamente, e encarará seus marcadores como informações difundidas do referente. Por outro lado, também é verdade que ele não está justificado em fazer isto.

Ora, é plausível supor que um falante só está justificado em usar seu material desta maneira se o tiver adquirido de uma fonte confiável. Obviamente, sonhos não são fontes confiáveis neste caso. Em seguida, podemos sustentar que uma condição necessária para um sujeito possuir a habilidade de usar um nome é que ele esteja justificado em usar seu material como usa. Por exemplo, ele tem de estar justificado em encarar seus marcadores como informações difundidas. Dado que este não é o caso do sonhador, ele não possui a habilidade. Portanto, quando ele usa o nome “Platão”, não refere a qualquer indivíduo.

Mas agora pergunte-se em que consiste um sujeito estar justificado no sentido acima. O apelo a um elo causal pode parecer uma boa alternativa. Grosso modo, o que justifica um falante encarar seus marcadores como informações difundidas é alguma espécie de elo causal apropriado entre ele e os outros membros da prática. Podemos encaixar isto na imagem de Devitt. Neste caso, um falante só está justificado se sua habilidade de usar o nome for causalmente fundada no referente do nome ou na habilidade de outro membro da prática. Conclui-se que, se queremos aceitar a justificação como uma condição necessária, temos de aceitar o elo causal como necessário. Pois a primeira é entendida em termos do último.

Não tenho nada contra o apelo à noção de justificação, mas recuso que isto forneça uma razão para a necessidade do elo causal.²¹ No que segue, apresento dois exemplos tentando defender isto. Minha sugestão é que cada um dos exemplos tem as seguintes propriedades: (a) são casos em que há sucesso em referir, (b) não há um elo causal apropriado para a referência e (c) não há qualquer problema relativo à justificação. Vamos a eles.

Estipulando o empréstimo da referência. Imagine que Carlos leia este texto até a seção anterior e chegue à (sensata) conclusão de que estou certo. Após isto, ele decide fazer a seguinte brincadeira. Por “Cleosvaldo” referirei a quem quer que seja chamado por este nome em uma prática específica de uso de nomes, e de quem os marcadores “é um famoso gênio da física que vive no Brasil, etc.” sejam informações difundidas. Carlos não exige que estas sejam informações verdadeiras, mas apenas difundidas. Obviamente, estou supondo que Carlos não era, antes disso, um usuário competente do

²¹ Mas vale observar que também não tenho nada a favor do apelo à justificação.

nome “Cleosvaldo”. Ele nunca foi apresentado a alguém com este nome. Em seguida, Carlos começa a usar o nome, com a intenção de estar de acordo com os membros desta prática, de falar do mesmo indivíduo e usar o nome do mesmo modo que eles. Por fim, suponha que realmente exista uma prática específica de usar este nome, e que os seus marcadores realmente sejam informações difundidas nesta prática. Ou seja, as condições que proponho para a referência realmente se sustentem para o caso dele. Penso que o resultado será o seguinte: Carlos refere, é um consumidor, mas não há qualquer elo causal apropriado entre ele e os outros usuários. E também não parece haver qualquer problema relativo à justificação neste caso.

Começemos investigando se Carlos realmente refere. Talvez alguém tenha a impressão de que não, pois não pode fazer uma estipulação deste tipo. Mas por que razão não poderia? Se não há problemas em estipulações como aquela feita no caso de “Julios” – “Julios” será quem quer que seja o único que inventou o zíper – também não há com esta de Carlos. Carlos apenas estipulou uma condição que um objeto tem de satisfazer para ser o referente de seu uso de “Cleosvaldo”. Intuitivamente, não há qualquer coisa que o impeça de fazer isto. E se realmente houver um objeto que satisfaz esta condição, então será o referente do nome usado por ele.

Sem dúvida, há algo específico neste caso. Embora sua referência seja por estipulação, também é um caso de referência por empréstimo. O sucesso de Carlos em referir depende do sucesso dos usuários de uma prática específica de usar o nome em questão. De fato, Carlos estipulou que referirá a quem que eles refiram através deste nome. Contudo, isto não parece colocar qualquer restrição em seu procedimento. Mais uma vez, nada o impede de estipular uma condição deste tipo para que algo seja o referente de “Cleosvaldo”.

Penso que a estratégia mais plausível para escapar deste exemplo seja uma do tipo mencionado em 1.7. Esta estratégia relaciona uma teoria da referência com uma teoria do Pensamento. A ideia é que Carlos realmente tem sucesso em usar o nome “Cleosvaldo” para referir a Cleosvaldo. Contudo, não pode expressar (ter) Pensamentos singulares sobre ele. Um elo causal apropriado é uma condição necessária apenas para a referência envolvida em Pensamentos singulares. Imagine que Carlos profira a seguinte frase:

16) Cleosvaldo é um filósofo.

A sugestão é que ele não expressaria um Pensamento singular por este proferimento, mas algo do tipo: *o único indivíduo chamado “Cleosvaldo” acerca de quem tais e tais marcadores são informações difundidas em uma prática é um filósofo*. Em suma, o nome usado por ele contribui para o significado da frase com as condições que um objeto tem de satisfazer para ser o seu referente.

Conforme disse antes, não é meu interesse discutir teorias do Pensamento. Mas repare que, intuitivamente, não há qualquer diferença significativa de Pensamentos aqui. Imagine que Carlos descubra que a condição que estipulou é satisfeita. Em outras palavras, descobre que existe realmente uma prática de usar o nome “Cleosvaldo” para referir a um indivíduo particular, e que seus marcadores são informações difundidas nesta prática. Ele simplesmente começou a usar o nome e, ao fazer, descobriu isto. Imagine o momento seguinte de ele ter uma curta conversa com um usuário normal deste nome. Se proferisse 16 neste momento, expressaria um Pensamento singular. Afinal, neste momento já estaria causalmente conectado aos outros usuários. Mas então imagine que profira 16 um momento antes deste primeiro contato acontecer. Não parece que, no segundo caso, ele expressou um Pensamento diferente do primeiro. Se estou correto nisto, então qualquer um que apele a esta diferença tem o ônus da prova. Minha própria sugestão é que o nome, na boca de Carlos, referirá a quem quer que os membros da prática referem, e terá as mesmas propriedades semânticas do nome usado por eles.²²

Por fim, este caso não envolve qualquer problema relativo à justificação. Não há algo que restrinja a estipulação de Carlos. Ele pode muito bem fazê-la e, em seguida, começar a usar o nome mais os marcadores do modo como fez. Assim como podemos fazer no caso de “Júlios”. Por outro lado, as diferenças entre o tipo de estipulação envolvida em ambos os casos não parecem implicar alguma falta de justificação da

²² Mas reconheço que uma justificação apropriada disto envolveria uma discussão bem mais detalhada em teoria do Pensamento. Meu ponto foi apenas apelar à intuição pré-teórica de que Carlos estaria expressando Pensamentos do mesmo tipo em ambas as situações narradas neste parágrafo.

parte de Carlos. Concluindo, Carlos é um consumidor (isto é, refere por empréstimo) do nome “Cleosvaldo”, mas não está causalmente relacionado com qualquer outro membro da prática.

Referência por empréstimo indireto. Até onde sei, o interessante fenômeno do empréstimo indireto da referência foi descoberto por Kroon (1983, 1987). Um de seus exemplos é o seguinte. Imagine que você tenha um amigo que tem o costume de dar nomes de pessoas famosas a seus bichinhos de estimação. Você conhece esta predisposição. Em seguida, imagine que ele lhe profira 17 com a intenção de referir a seu novo cachorro, e que você saiba disto.

17) Sócrates é muito esperto

Então você lhe pergunta:

18) Quem é Sócrates?

A quem você refere ao proferir 18? A resposta imediata é que refere ao cachorro de seu amigo. Até aí, nenhum problema.

Mas agora imagine que a sua intenção seja outra. O que você quer saber não é de quem seu amigo está falando, mas quem é o Sócrates que inspirou o batismo do cachorro dele (o famoso filósofo). Dado que você conhece o costume dele de reutilizar nomes de famosos em seus animais, esta não seria uma pergunta incomum. Além disto, é fácil supor que ele poderia entender a sua intenção. Podemos imaginar um contexto em que você está em frente ao cachorro, de modo que obviamente não é sobre o cachorro que pergunta. Dado este novo contexto, a quem se refere através do seu proferimento do nome “Sócrates”? Eu não hesitaria em dizer que refere ao Sócrates famoso (o filósofo).

Repare que não há qualquer elo causal do tipo de Devitt ou Kripke em jogo aqui. Por suposição, você não ouviu ninguém proferir o nome “Sócrates” para referir ao filósofo. Nem mesmo usa o nome com a intenção de referir ao mesmo objeto que seu amigo referiu em 17. Mas ainda assim é capaz de referir ao Sócrates famoso. E não apenas isto, sua referência é tomada de empréstimo dos outros usuários deste nome. Você não é um produtor do nome, mas um consumidor.

Uma possível resposta, considerada pelo próprio Kroon, seria apelar a uma espécie de *elo causal indireto*. O que ocorre neste último caso é que, ao ouvir o proferimento de 17, você ganha acesso causal indireto à cadeia de uso do nome “Sócrates” para referir ao filósofo. Compare o que acontece em cada caso. No primeiro, você tem acesso causal direto à cadeia que leva ao cachorro. No segundo, tem acesso causal indireto à cadeia que leva ao filósofo.

Mas onde está o elo causal do *acesso causal indireto*? Não basta chamarmos *seja lá o que for que acontece neste caso* de “acesso causal indireto”. O problema não pode ser resolvido com uma definição deste tipo. É preciso alguma indicação de como isto pode ajudar à Teoria Causal. Como um proferimento de 17 pode nos colocar na relação causal apropriada com o Sócrates filósofo? O nome-tipo usado em 17 é o nome de um cachorro. Mas, ao ouvir 17, você se tornou capaz de usar “Sócrates” como um nome-tipo para o filósofo. Eu aceito que tenha se tornado um membro da prática de usar “Sócrates” para referir ao filósofo. Mas se queremos explicar isto apelando a algum elo causal, então temos de (a) explicar qual a sua relação causal com esta prática, e (b) como ela é apropriada para a referência.

Minha própria sugestão é que a resposta não reside no apelo a um elo causal indireto. Mas no seu material identificador. O que faz com que em um caso você refira ao cachorro e em outro ao filósofo é que usa um material identificador diferente em cada um. No primeiro, você identifica o referente de “Sócrates” como *a pessoa a quem seu amigo referiu em 17*. Deste modo, identifica e refere ao cachorro. No segundo, você explora suas crenças de que alguém chamado “Sócrates” inspirou o batismo do cachorro, que este indivíduo é famoso, que seu amigo é capaz de referir a ele, etc. Assim, usa um material identificador diferente. Consequentemente, identifica e refere ao filósofo. Uma vantagem deste tratamento é que não precisamos realmente assumir a

existência de dois tipos de empréstimo da referência. O que está em jogo em cada caso é a mesma coisa: o emprego do material identificador para identificar um indivíduo.

Novamente, não parece haver qualquer problema relativo à justificação no caso da referência indireta. O conhecimento da predisposição de seu amigo e do nome do cachorro justifica o emprego que você faz do seu material. Além do mais, o empréstimo indireto não é um caso tão raro. Para se ter uma ideia disto, cito abaixo alguns exemplos de Kroon (1987: 12-13) de diálogos envolvendo empréstimo indireto.

1)

A: Ele adora socratizar.

B: Quem foi Sócrates?

2)

A: O nome “Sócrates” tornou-se mais popular com a série de TV.

B: Quem é Sócrates?

3)

A: Aquela foi uma guerra napoleônica!

B: Quem foi Napoleão?

Nenhum destes casos é extraordinário, e todos envolvem empréstimo indireto. Seria implausível defender que são todos casos de falha em referir por falha na justificação.

Ademais, penso que seria ainda mais implausível apelar a uma teoria do Pensamento para resolver estes casos. Primeiro, não parece que o empréstimo indireto é um mecanismo para expressar Pensamentos de um tipo diferente (daqueles expressados no empréstimo direto). Segundo, porque, como vimos acima, o empréstimo indireto não é algo tão raro. Precisaríamos de uma boa razão para alegar que, nestes casos, os falantes falham em expressar o tipo de Pensamentos que normalmente expressam por nomes.

Conclusão: mesmo que aceitemos a necessidade da justificação, continuamos sem ter razões para aceitar a necessidade do elo causal apropriado.

3.14 A Terra Gêmea

Recusar que um elo causal desempenha o papel que a Teoria Causal lhe atribui na referência por nomes parece colocar a perspectiva defendida aqui em dificuldades com exemplos do tipo da Terra Gêmea. Eu falo de exemplo *do tipo Terra Gêmea* porque ele pode tomar várias formas, e nossas intuições podem ser diferentes de caso para caso.²³ Este exemplo surgiu primeiro com Putnam (1975), como um desafio a teorias descritivistas dos termos de tipos naturais. Mas podemos adapta-lo ao caso dos nomes facilmente. É isto que faço a seguir.

Imagine que exista um planeta, a Terra Gêmea, em algum lugar muito distante da Terra. Este planeta é exatamente igual ao nosso, cada indivíduo (cada objeto) da Terra tem uma duplicata lá. Sua linguagem é fonologicamente e sintaticamente idêntica à nossa. Existem falantes de lá que usam uma língua fonologicamente e sintaticamente idêntica ao português. Mas não apenas isto, até mesmo a história é gêmea da nossa. Lá também existiu um indivíduo chamado “Sócrates” que foi mestre de um indivíduo chamado “Platão”, morreu tomando cicuta, e de quem as mesmas informações foram difundidas por indivíduos gêmeos daqueles que difundiram as informações de nosso Sócrates.

Neste contexto, imagine que Chico seja um indivíduo da terra usuário do nome “Sócrates”. Suponha que se não existisse uma Terra gêmea, Chico seria perfeitamente capaz de referir a Sócrates (o filósofo) através deste nome. Seu material identificador lhe daria a capacidade de identificar Sócrates como aqueles a quem os membros de uma prática específica referem. Agora, o que queremos saber é o seguinte: dado que a Terra Gêmea existe, será Chico capaz de referir a nosso Sócrates?

Um problema parece surgir porque todo o material identificador que Chico pudesse usar para identificar Sócrates também serviria para identificar o Sócrates Gêmeo. Ambos possuem o mesmo nome-estilo, e todos os marcadores que são informações difundidas sobre um também são informações difundidas sobre o outro.

²³ Unger (1983) apresenta vários modos em que a variação do exemplo pode gerar mudanças em nossas intuições. Contudo, ele tem em mente o exemplo original de Putnam, voltado para o caso dos termos de tipos naturais.

Não existe apenas um indivíduo chamado “Sócrates” de quem aqueles marcadores são informações difundidas, existem dois. E dado que Chico não sabe da existência da Terra Gêmea, ele não será capaz de diferenciar um do outro usando o seu material identificador. Assim, minha perspectiva parece implicar que Chico falha em identificar um indivíduo particular e, conseqüentemente, falha em referir. O problema é que não parece que a existência desconhecida da Terra Gêmea afetaria em algo a capacidade de Chico usar o nome “Sócrates”. Há algo errado com a teoria apresentada.

Contudo, a resposta a isto é mais simples do que parece. É verdade que o material identificador de Chico serviria bem para identificar um indivíduo na Terra Gêmea. Mas Chico não falha em referir ao nosso Sócrates, pois não falha realmente em identificá-lo. A razão disto é simples: ele não usa o nome com a intenção de participar de qualquer prática específica na Terra Gêmea, nenhum falante faz isto. O emprego que fazemos de nosso material identificador para identificar o objeto é guiado por nossa intenção de usar os nomes em conformidade com a *nossa comunidade linguística*. Por mais ambíguo que “comunidade” possa ser, no sentido de determinar o que ela abrange, ela não inclui a Terra Gêmea.

Para que isto fique mais claro, voltemos ao exemplo de Chico. Quando Chico usa o nome “Sócrates”, ele tem a intenção de referir ao mesmo indivíduo a quem certas pessoas de *sua comunidade* referem. Isto não será suficiente para que ele tenha sucesso em referir a um indivíduo específico, já que existem vários indivíduos em sua comunidade que possuem este mesmo nome-estilo. Mas Chico pode indicar a qual prática específica pertence, de qual dentre as muitas pessoas chamadas “Sócrates” ele fala apelando a seu material identificador. O que o material identificador faz por Chico é permitir que ele participe de uma prática específica, dentro de sua comunidade, de usar o nome “Sócrates”. Ele nunca teve a intenção de ir além disso. Se isto está correto, então todo processo começa com a intenção de Chico de participar de uma comunidade específica. Esta comunidade, é claro, não inclui a Terra Gêmea.

Isto significa que a identificação que os consumidores fazem dos referentes dos nomes é restrita a uma certa comunidade. Imagine que cada comunidade linguística é um balde. A comunidade formada pelos falantes da Terra Gêmea é um balde azul e a comunidade formada pelos falantes da Terra é um balde vermelho. Chico tem a intenção

de usar o nome “Sócrates” em conformidade com o balde vermelho. Mas existem várias pessoas chamadas “Sócrates” neste balde e, conseqüentemente, várias práticas de uso envolvendo este nome-estilo. Então Chico usa seu material identificador para indicar de qual, dentre as práticas dentro deste balde, ele participa. Ele referirá a seja quem for que os membros de uma prática específica, dentro deste balde, referem. Assim, Chico tem a habilidade prática de identificar Sócrates como aquele – dentro do balde vermelho – chamado “Sócrates” de quem seus marcadores são informações difundidas.

O mesmo funciona para o sonhador da seção 3.12. Dado que sua intenção é usar seus nomes em conformidade com sua comunidade (e que isto não inclui a Terra Gêmea), não há risco de que ele refira a Platão-Gêmeo e não a Platão. Isto é assim mesmo que compliquemos um pouco o exemplo. Suponha que nosso sonhador seja transferido, sem o saber, para a Terra Gêmea. Ao acordar, depois do sonho, ele se recorda de tudo, mas não se lembra que adquiriu seus marcadores do nome “Platão” em um sonho. Eu havia sugerido que o sonhador era capaz de referir a Platão através deste nome. Nesta nova situação, alguma coisa muda? Penso que não. Continua sendo verdade que ele ainda tem intenção de usar o nome “Platão” de acordo com a *sua* comunidade. Mas os terráqueos gêmeos continuam não fazendo parte dela. Conclusão, ele refere ao Platão da Terra e não à sua duplicata gêmea.

Difícilmente alguém irá negar que falantes usam nomes com a intenção de estar em conformidade com sua comunidade. Uma vez que a resposta acima ao exemplo da Terra Gêmea só depende disto, eu penso que ela é plausível. Mas o exemplo da Terra Gêmea admite muitas variações e nem todas podem ser respondidas do mesmo modo. Algumas delas podem envolver outros fatores que influenciam diferentemente nossa resposta.

Suponha que um terráqueo gêmeo seja transferido para a Terra. Não importa se ele sabe ou não que trocou de lugar. Agora imagine que o gêmeo esteja conversando com alguém sobre um certo João. João é um indivíduo da Terra Gêmea que, como qualquer outro, tem uma duplicata aqui. Ao ouvir a conversa, você lhe pergunta “quem é João?”. Você não sabe que seu interlocutor é da Terra Gêmea e sequer que existe este lugar. Aparentemente, com o seu proferimento do nome “João” você refere ao João gêmeo e não ao terráqueo. Eu penso que esta intuição está correta, mas ela não refuta o

princípio de Russell. O que ocorre neste caso é que a sua intenção mais forte, no momento que profere o nome, é falar da mesma pessoa que o indivíduo a quem você fez a pergunta. Sua intenção é referir a *quem quer que ele tenha referido*. Uma vez que ele referiu ao gêmeo, você também o faz. Nós vimos algo sobre como estes casos funcionam nas seções 3.7 e 3.10.

Podemos seguir complicando cada vez mais as coisas. Nem sempre teremos intuições razoavelmente claras. Pense que desde os seus nascimentos um terráqueo e sua duplicata são trocados de lugar todas as noites, no momento em que dormem. Nenhum deles sabe disto e sequer sabem que existem dois planetas gêmeos no sentido acima mencionado. Seria, no mínimo, um exagero dizer que nós temos intuições bem definidas sobre como as coisas correriam neste caso. De todo modo, o fato de eu recusar que um elo causal seja necessário para o sucesso de um falante individual referir através de um nome não torna o exemplo da Terra Gêmea um problema.

3.15 Saber que e saber como...

Sustentei anteriormente que consumidores têm a habilidade prática de usar seu material identificador para identificar o referente do nome. O que venho chamando de “habilidade” ou “habilidade prática” de identificar o referente de um nome é melhor entendido como uma espécie de *saber como*. Assim como um sujeito sabe como andar de bicicleta, ele pode saber como usar seu material identificador para identificar o referente de um nome.

É possível sustentar que *saber como* é redutível a conhecimento proposicional. *Intellectualistas*, por exemplo, sustentam que ele é redutível ao conhecimento de um conjunto de proposições. Assim, saber como andar de bicicleta seria redutível a *saber que* deve-se pedalar, montar nela em determinada posição, etc. Do mesmo modo, um intelectualista pensará que saber como usar um material identificador é redutível ao conhecimento de um conjunto de proposições. Em seguida pode-se sustentar que é o conhecimento destas proposições que nos permitiriam identificar o referente do nome. Neste contexto, a conclusão mais natural seria alegar que a referência envolve conhecimento proposicional de propriedades identificadoras do referente. O que é exatamente o que descritivistas querem.

Também existem estratégias menos gerais para defender a mesma linha de raciocínio. Pode-se defender, por exemplo, que mesmo que o intelectualismo seja falso, ainda é verdade que saber como usar seu material identificador é redutível a conhecimento proposicional. Esta estratégia não se compromete com a redução de todo o tipo de *saber como* a um tipo de *saber que*. Apenas alega que a redução funciona para o tipo de habilidade ao qual eu apelo. Em seguida, conclui-se novamente em favor do Descritivismo.

Por fim, existe ainda uma última alternativa. Pode-se sustentar que algumas vezes (ou todas) *saber como* envolve crenças verdadeiras ou crenças verdadeiras e justificadas. Em seguida, defender que isto é o caso da habilidade que está em jogo na identificação dos consumidores. Esta estratégia é diferente das outras duas porque não tenta reduzir uma espécie de *saber como* a uma espécie de *saber que*. Ela apenas afirma que o *saber como* em questão envolve alguma relação com proposições (por exemplo, crença). Por fim, alegaríamos que as crenças envolvidas nesta habilidade são crenças identificadoras. A conclusão seria que a referência por nomes envolve crenças identificadoras. Portanto, novamente uma conclusão favorável ao Descritivismo.²⁴

Não forneci argumentos contra a tese de que o tipo de habilidade ao qual apelo seja redutível a conhecimento proposicional ou, pelo menos, envolva alguma relação com proposições. Só o que defendi foi que consumidores competentes têm este tipo de habilidade, seja ou não ela redutível em algum destes modos. Por outro lado, penso que a habilidade de identificar o referente de um nome não precisa envolver a capacidade de fornecer uma descrição que especifique como isto é feito. Consumidores podem identificar o referente de um nome mesmo que não sejam capazes de especificar que ele é o objeto acerca de quem seus marcadores são informações difundidas em uma prática de uso do nome, etc. Além disso, vimos que um elo causal é uma condição necessária para que exista uma prática de uso de um nome, mesmo que não seja uma condição necessária para um consumidor individual entrar nesta prática.

Com isto, quero chamar a atenção para dois pontos. Primeiro, minha perspectiva não é inconsistente com todas as versões de Descritivismo. Pois é possível usar uma das

²⁴ Duas fontes interessantes contendo um panorama geral da discussão recente sobre a redução de *saber como* a *saber que* são Williams (2007) e Fantl (2012).

três estratégias acima para defender que ela implica alguma versão de Descritivismo. O segundo é que, mesmo que isto seja feito, deve-se respeitar as duas restrições mencionadas no parágrafo anterior. Ou seja, o Descritivismo em questão deve acomodar-se ao fato de que falantes são frequentemente incapazes de fazer especificações do tipo acima, e ao sentido no qual um elo causal é uma condição necessária para a referência. Na próxima seção, veremos que Frank Jackson tenta usar a terceira estratégia para defender uma perspectiva descritivista que respeita às duas restrições.

3.16 O argumento de Frank Jackson

Nesta seção, apresento um argumento de Frank Jackson a favor de que aceitar o tipo de habilidade prática ao qual eu apelo nos leva a aceitar uma versão do Descritivismo. Meu diagnóstico será que o argumento tem certa plausibilidade, mas não é decisivo. De modo que continuo preferindo não me comprometer com esta perspectiva.

Antes, uma observação. Jackson é um Descritivista Causal. Isto significa que as crenças identificadoras envolvidas na referência remetem a uma cadeia causal de uso do nome. Assim, algum elo causal apropriado será uma condição necessária (mas não suficiente) para a referência por nomes. Como vimos (3.12), existem dois sentidos em que um elo causal pode ser uma condição necessária para a referência. No primeiro sentido, que recusei, o elo é uma condição necessária para um falante se tornar membro de uma prática. No segundo, que aceitei, o elo é uma condição necessária para a existência de uma prática de usar o nome. Descritivistas causais não precisam se comprometer com a necessidade do elo causal no primeiro sentido. Kroon é um exemplo disto. Ele é um descritivista causal, mas vimos que ele recusa que um falante só possa entrar em uma prática de uso de um nome se estiver causalmente conectado com os outros usuários (lembre-se do fenômeno do empréstimo indireto).

Passemos ao argumento de Jackson. Nós vimos que os consumidores usam frequentemente o seu material identificador como um meio para realizar certas tarefas. Eles podem usá-lo para buscar mais informação sobre um indivíduo específico, descobrir se falam da mesma pessoa que seu interlocutor, indicar de quem falam, etc.

Jackson (2010:7) pensa que estas práticas cotidianas são um indício a favor de que consumidores competentes conhecem a propriedade determinante da referência.

Um exemplo no qual isto fica claro é o seguinte. Imagine que alguém comece a duvidar que Sócrates (o filósofo) realmente tenha existido, e queira verificar isto. O que ele faz? A atitude mais natural seria procurar por novas fontes sobre Sócrates. Não apenas isto, ele recuará na cadeia de usos deste nome até o mais longe que conseguir, a fim de descobrir se realmente existe um indivíduo em sua origem. Repare que, ao fazer isto, o sujeito está literalmente procurando por um indivíduo que satisfaça certas condições, que serão necessárias e suficientes, ou pelo menos suficientes, para algo ser o referente de “Sócrates”. Neste caso específico, ele está procurando por um indivíduo que satisfaça a condição de *ser aquele que está na origem da cadeia de usos do nome “Sócrates”*. Aparentemente, ele sabe que o referente de “Sócrates” é quem quer que satisfaça esta condição. Se não soubesse disto, não procuraria justamente por este indivíduo. Mas saber as condições que algo tem de satisfazer para ser o referente de “Sócrates” é justamente conhecer a propriedade determinante do referente deste nome.

Agora repare que este conhecimento envolve crenças. Mais especificamente, envolve crenças causais, que remetem a um elo causal apropriado entre falantes ou entre falantes e o referente. Quando nós usamos nosso material identificador para identificar um indivíduo no mundo, exploramos estas crenças. No caso acima, o sujeito explorou (a) a crença de que algum objeto recebeu aquele nome no passado, (b) de que o nome foi difundido de falante para falante em uma cadeia, (c) que o nome é utilizado como meio de referir a um particular, (d) que ele é um mecanismo para transmissão, troca e acúmulo de informação sobre este particular, etc. A investigação de nosso sujeito sobre a existência de Sócrates provavelmente envolve todas estas crenças.

O apelo a este tipo de crenças não é um mero detalhe. Descritivistas causais não pensam que um elo causal apropriado é uma condição suficiente para o sucesso da referência por nomes. É também necessário que os falantes tenham crenças causais identificadoras do referente. Crenças que permitam o sujeito identificar o referente do nome como aquele na origem da cadeia causal. São estas crenças que determinam o referente do nome.

A primeira objeção que alguém pode fazer a Jackson é que falantes comuns frequentemente são incapazes de especificar quaisquer crenças identificadoras do referente do nome. Mas ainda assim têm sucesso em referir. Entende-se *especificar* como dar expressão verbal à crença em questão. Em resposta Jackson (2010:16-17) alega que é um erro pressupor sem razões que acreditar que p implica ser capaz de especificar p . Não é muito difícil imaginar situações em que um sujeito acredita que p , mas é incapaz de especificar. Por exemplo, uma criança muito nova pode acreditar que está quase na hora de sua mãe chegar, mas ser incapaz de especificar isto verbalmente (talvez por falta de vocabulário adequado). Além disto, se aceitamos que cachorros e gorilas têm crenças, então não há razões para pressupor que uma coisa implique a outra. Afinal, eles não são capazes de dar expressão verbal às suas crenças. Se exemplos deste tipo têm algum apelo, então o ônus da prova é de quem defende a implicação. Seja como for, a ideia tem certa plausibilidade.

A segunda dúvida que pode surgir é se crenças como aquelas acima, mesmo que tomadas em conjunto, são suficientes para um falante determinar o referente do nome. Não é óbvio que seja assim. Um falante pode muito bem acreditar que o nome “Sócrates” foi dado a alguém no passado, que foi difundido em uma prática para transmitir informações sobre um indivíduo particular, etc. Mas isto pode não ser suficiente para identificar qualquer indivíduo. Não é totalmente claro como as crenças em questão são identificadoras. Por outro lado, quanto mais específicas forem as crenças às quais apelamos, mais controversa fica a posição. Enquanto é plausível que consumidores competentes tenham crenças como aquelas acima, é implausível que (todos) eles tenham crenças como: *o referente de “Sócrates” é quem quer que seja a origem causal do meu proferimento deste nome*, ou *o referente de “Sócrates” é a pessoa chamada “Sócrates” de quem tais e tais marcadores são informações difundidas*, etc.

Pense em todas as pessoas que discordam da Teoria Causal e/ou do Descritivismo Causal. Alguém que esteja nesta posição pode acreditar especificamente que é falso que o referente de “Sócrates” é quem quer que seja o objeto na origem de uma cadeia causal de usos deste nome. Mas ao mesmo tempo, na perspectiva de Jackson, o que determina o referente do nome usado por ele é a sua crença identificadora de que Sócrates é quem quer que seja que está na origem desta cadeia.

Isto seria, no mínimo, estranho. Primeiro porque significaria que o falante acredita, ao mesmo tempo, que o referente de “Sócrates” é o indivíduo na origem da cadeia e que o referente de “Sócrates” não é o indivíduo na origem da cadeia. Segundo, porque, apesar disto, a primeira crença continuaria determinando o referente do nome.

Minha sugestão não é que estes sejam problemas insuperáveis. Mas apenas que, se queremos explicar a habilidade dos consumidores de identificar o referente do nome apelando às crenças identificadoras, então precisamos enfrentar dificuldades adicionais deste tipo. Uma lição importante é que o Descritivismo Causal não é inconsistente com a perspectiva que defendi. Se Jackson estiver correto, então a segunda implica a primeira. Seja como for, qualquer estratégia deste tipo requer argumentos positivos a seu favor.

3.17 Duas práticas, um referente (caso 1)

Nesta e nas duas próximas seções trato do que pode ser um problema residual da perspectiva apresentada até agora. Até agora, resumi o processo de identificação dos consumidores alegando que eles identificam o referente do nome como aquele a quem os membros de uma *prática específica* referem. Com isto, tentei desenvolver a intuição de Evans de que consumidores têm de ser capazes de indicar qual nome-tipo usam. Contudo, este modo de descrever as coisas – que apela a uma prática específica – pode gerar alguma insatisfação em relação a alguns casos. Nesta e na próxima seção apresento dois casos problemáticos. O ponto não será que a perspectiva apresentada não consegue nos fornecer uma resposta para os casos. Ela consegue. Mas em nenhum dos casos a resposta será decisiva, de modo que alguém pode achá-las insatisfatórias. Em ambos os casos o problema está no apelo à noção de *prática específica*. Na seção 3.19 defendo que o apelo a esta noção pode ser excluído sem gerar grandes mudanças no essencial do que foi dito até aqui. Mais especificamente, proporei uma pequena reformulação da teoria que venho defendendo. Sustentarei que esta reformulação é capaz de se adequar às intuições daqueles que estão insatisfeitos com a formulação anterior, e que não gera qualquer consequência drástica em relação a tudo que foi dito antes.

Passemos então ao problema. Comece por notar que nada impede que existam duas práticas distintas de usar o mesmo nome-estilo para referir a um mesmo objeto. Existem dois casos interessantes envolvendo esta possibilidade. Nesta seção, veremos um deles. Este caso consiste de uma situação em que (a) o mesmo nome-estilo é usado em duas práticas distintas de uso do nome, (b) as duas práticas levam ao mesmo referente, e (c) as pessoas não sabem que o mesmo objeto está na origem de ambas, e existe a crença difundida de que elas levam a objetos diferentes. O próprio Evans (1982: 381) reconheceu a existência de casos deste tipo. Mas não deu a devida atenção a eles.

Pensemos em um exemplo no qual isto ocorra. Imagine um homem que leva uma vida dupla. Alguns falantes o conhecem como um indivíduo beneficente que trabalha com caridade, é muito calmo, gentil com as pessoas, etc. Outros o conhecem como o líder de um movimento neonazista que incentiva a discriminação e violência contra certos grupos. Acontece que as pessoas não sabem que se trata do mesmo indivíduo. Podemos imaginar que ele se disfarça sempre que está entre os nazistas. Embora se disfarce, ambos os grupos de pessoas o tratam pelo apelido de “Salvador”. Você pode imaginar que ele foi coincidentemente apelidado do mesmo modo por ambos os grupos. E, se desejar, suponha que ninguém na comunidade sabe seu nome verdadeiro. Por fim, suponha que tanto o Salvador nazista quanto o santo tornaram-se famosos por suas revoluções.

Muitos anos se passaram e só restaram consumidores do nome “Salvador”, seja para referir ao santo ou ao nazista. Imagine um consumidor deste nome cujo único material identificador que possui seja o nome “Salvador” mais o marcador “famoso revolucionário”. Pergunte-se: será o consumidor capaz de referir a Salvador?

De acordo com a perspectiva apresentada até agora, o consumidor só terá sucesso em referir se souber como usar seu material identificador para identificar o referente do nome como aquele a quem os membros de uma prática específica referem. Dado que existem duas práticas de usar o nome “Salvador” nas quais o marcador “famoso revolucionário” é uma informação difundida, ele não será capaz de referir por este nome. A previsão da teoria apresentada até aqui é que o consumidor falha em referir.

Eu não considero este um resultado absurdo. Para ver isto, imagine que o consumidor dissesse a alguém que Salvador foi um revolucionário. Ao ouvir isto, seu interlocutor lhe informa que há dois indivíduos chamados “Salvador” que são ditos revolucionários. Frente a esta informação, ele pode indicar que fala daquele famoso. Mas seu interlocutor vai rebater que ambos são famosos. Este é o limite de nosso consumidor. Ele não possui qualquer outro material que o permita diferenciar entre ambos. Após receber estas informações, ele pensará que há duas práticas envolvendo o nome-estilo “Salvador” nas quais seus marcadores são informações difundidas.

Nós já vimos na resposta ao argumento semântico (3.11) que a reação do interlocutor, ao perceber a situação do consumidor, será acreditar que o último não refere realmente por este nome. Mas qual seria a reação do consumidor? Penso que ele próprio, ao receber estas informações, pensará que não refere. Isto realmente parece ser assim. Imagine que tudo que você associa ao nome “Marco Aurélio” é “foi um famoso personagem da história”. Ao dizer a alguém que Marco Aurélio foi um famoso personagem da história, você é informado – não importa se a informação é verdadeira ou falsa – de que há vários indivíduos com este nome que são famosos por seus feitos históricos. Ao receber esta informação, dificilmente você se considerará capaz de referir por este nome.

Isto pode ser tomado como um indício de que a existência de duas práticas distintas – e a consequente falha de nosso consumidor em indicar de qual delas em específico participa – interfere na sua capacidade de referir. No caso acima, você se considera incapaz de referir justamente porque não é capaz de indicar de qual prática participa.

Por outro lado, repare que a Teoria Causal faz uma previsão diferente. De acordo com esta teoria, o consumidor referirá ao indivíduo com quem está causalmente conectado. Supondo que tudo tenha corrido bem com a aquisição do nome, nosso consumidor terá sucesso em referir a Salvador. Independentemente de ser capaz de indicar de qual das duas práticas ele faz parte. Mas a Teoria Causal não fornece um modo óbvio de explicar a intuição acima. Por que razão nós negamos nossa própria capacidade de referir quando recebemos aquelas informações? A Teoria Causal não nos fornece qualquer resposta imediata.

Contudo, o ponto aqui pode não ser a comparação com a Teoria Causal. Mas apenas a insatisfação com a previsão da perspectiva apresentada. Podemos pensar que é simplesmente implausível sustentar que o consumidor falha em referir. Talvez seja até mesmo implausível sustentar que ele falha realmente em identificar Salvador. Tem de haver outro modo de explicar a intuição acima que não nos comprometa com este resultado. Nós veremos à frente que há. Mas agora, temos de ver outro caso problemático.

3.18 Duas práticas, um referente (caso 2)

O caso apresentado nesta seção tem as seguintes características: (a) o mesmo nome-estilo é usado em duas práticas distintas de uso do nome, (b) as duas práticas levam ao mesmo referente, e (c) não existe a crença difundida de que elas levam a objetos diferentes. Portanto, a diferença deste caso para o anterior é a cláusula (c).

Podemos pensar em um exemplo dramático em que isto ocorre. O nome de minha namorada é “Paula” (o que talvez você já tenha imaginado). Imagine que eu decida fazer a seguinte brincadeira. Reúno um conjunto de amigos, aponto para ela, e digo “esta garota se chamará ‘Paula’”. Todos estão cientes de minha intenção: rebatizar Paula. Mas não apenas isto, meu desejo é rebatizá-la usando o mesmo nome-estilo. Em seguida, eu e meus amigos começaremos a usar este nome com a intenção de usar o nome-tipo que foi criado neste batismo, e não no original.²⁵

Neste caso, eu criei uma nova prática de uso do nome “Paula” para referir à Paula. Assim, existirão duas práticas de usar este nome-estilo para referir à mesma mulher. Acontece que, diferentemente do caso da seção anterior, não haverá a crença difundida de que estas práticas levam a referentes diferentes. Os consumidores sequer saberão de minha brincadeira. A tendência é que as práticas acabem se fundindo, tornando-se uma só. Mas meu interesse é nos momentos antes de isto ocorrer.

²⁵ Se não estiver satisfeito com este exemplo, basta imaginar que Paula foi coincidentemente batizada uma segunda vez com o mesmo nome e que o batizador não sabia que ela já era chamada assim em outra prática.

O que pretendo investigar é qual a situação dos consumidores neste caso. Que eu continuo tendo sucesso em referir é óbvio. Mas sou um produtor. Por outro lado, existem consumidores deste nome. Imagine um destes consumidores. Todo o material identificador que ele possui é o nome “Paula” mais marcadores como “é uma filósofa”, “defende que p”, etc. Suponha que todos os seus marcadores também sejam informações difundidas na prática de uso do nome que criei.

Sem maiores modificações, a teoria que defendi até agora prevê que este consumidor falhará em referir. Afinal, ele não será capaz de identificar Paula como aquela a quem os membros de uma prática específica referem. Ele não será capaz de indicar de qual das duas práticas participa, qual nome-tipo usa. O resultado é que minha brincadeira gera a falha na referência de todo consumidor que estiver na situação acima. Este resultado é obviamente indesejado.

Este caso me parece mais problemático do que o anterior. Aquele que quiser insistir no apelo à noção de prática específica terá de usar uma das duas seguintes estratégias de resposta. Primeiro, pode-se alegar que realmente houve falha na referência, mas que existe uma explicação do porquê intuimos que não houve. Segundo, pode-se tentar defender que não estamos realmente obrigados a assumir que houve falha.

Alguém poderia defender a primeira estratégia alegando que, embora haja falha, ela não gera efeitos práticos. É por isto que nós intuimos que não há falha. Mas é possível haver falha na referência sem maiores efeitos práticos? Ao que parece, sim. Isto vale mesmo para a Teoria Causal. Lembre-se do caso do sonhador. Segundo a Teoria Causal, ele falha em referir. Mas uma vez que não se lembra que adquiriu seu material em um sonho, nenhum efeito prático será gerado. Quando ele usar o nome “Platão” as pessoas irão erradamente pressupor que ele referiu. A partir disso, ele poderá iniciar conversações e acabar na situação de adquirir mais informações sobre um indivíduo particular, etc. O caso acima seria do mesmo tipo. Nós precisaríamos, é claro, explicar como a coisa funciona especificamente para o de Paula. Mas a estratégia não é de todo implausível.

A segunda estratégia envolveria mais complicações. O único modo de defender que (i) o consumidor tem sucesso em referir e, ao mesmo tempo, que (ii) ele identifica

Paula como aquela referida pelos membros de uma prática específica, é sustentar que não há realmente duas práticas distintas em casos deste tipo. Isto teria de ser feito apelando a uma teoria das práticas de usar nomes. Uma ideia seria defender que uma nova prática de usar um nome só surge quando fornece meios de diferenciar o referente do nome dos referentes de outras práticas contendo o mesmo nome-estilo. Embora no caso 1 isto tenha acontecido, no caso 2 não. Por isto naquele houve falha e neste não. Qualquer coisa deste tipo precisaria de defesa.

De todo o modo, casos como estes são *prima facie* problemáticos para a teoria apresentada até aqui.

3. 19 Uma pequena reformulação

Se, por um lado, os casos 1 e 2 são problemáticos para quem deseja apelar à noção de *prática específica*, por outro, esta noção pode ser abandonada sem maiores consequências. No que segue, apresento uma reformulação que mantém o essencial da perspectiva evansiana e, contudo, abandona esta noção.

O que vai mal na perspectiva anterior é que estamos descrevendo o processo de identificação dos consumidores – o modo como eles usam seu material para identificar o referente do nome – apelando à ideia de identificar o referente como aquele a quem os membros de uma prática específica referem. Mas isto é dispensável. Podemos manter todo aquele processo sem fazer este último apelo.

Eu sugiro a seguinte imagem geral sobre como um falante S identifica o referente de um nome N. S deve dispor de um material identificador, formado pelo nome N + um marcador – ou um conjunto de marcadores – £. S pode usar N para procurar alguém chamado N. Mas dado que há vários indivíduos chamados N, isto não será suficiente.²⁶ Assim, S pode usar seu marcador £ para distinguir um indivíduo específico dentre aqueles chamados N: o único acerca de quem £ é uma informação difundida. Para que a identificação de S tenha sucesso, é necessário que exista *pelo*

²⁶ Na verdade, o próprio conhecimento do falante de que é permissível que diferentes objetos possuam o mesmo nome seria suficiente para que o falante, sendo competente, não usasse nomes isolados de seus marcadores como mecanismos de identificação.

menos uma prática de usar o nome N para referir a um objeto x , na qual \mathcal{E} seja uma informação difundida acerca de x . Eu resumo este processo dizendo que S tem a habilidade de identificar x como aquele a quem os membros *desta(s) prática(s)* referem.

Repare que esta formulação mantém o essencial do que foi dito antes. Consumidores continuam fazendo uso de seu material identificador exatamente como antes. Alguém pode usar o nome “Sócrates” para buscar por um indivíduo chamado “Sócrates”. E usa seus marcadores para distinguir um indivíduo específico dentre aqueles com este nome. O que importa neste processo não é que seus marcadores sejam informações verdadeiras, mas que sejam difundidas. Para que sua identificação tenha sucesso, é necessário que haja um e apenas um objeto chamado “Sócrates” de quem seus marcadores sejam informações difundidas. Por sua vez, isto pressupõe a pré-existência de uma prática de usar o nome “Sócrates” na qual os marcadores em questão são difundidos.

A diferença é que não estamos mais nos comprometendo com a ideia de que tem de haver *apenas uma* prática de usar o nome na qual os marcadores são difundidos. Pode haver várias, desde que elas levem ao mesmo referente. O que realmente importa para o sucesso é que exista somente um objeto chamado N acerca de quem seus marcadores são difundidos. É irrelevante em quantas práticas este objeto é chamado N. Ao identificar o referente do nome desta maneira, o sujeito toma de empréstimo a referência feita pelos membros *destas práticas*.

Talvez a ideia de tomar de empréstimo a referência de usuários de práticas diferentes lhe pareça implausível. Mais abaixo veremos que não apenas isto não é implausível, mas também é uma vantagem desta nova formulação. Antes, vejamos como ela lida com os casos 1 e 2.

A previsão quanto ao caso 1 é que o consumidor tem sucesso em referir ao Salvador. Afinal, Salvador é o único objeto chamado “Salvador” acerca de quem seus marcadores são difundidos. É verdade que existem duas práticas de usar este nome nas quais os marcadores do consumidor são difundidos. Mas isto não fará qualquer diferença, dado que as duas levam ao mesmo referente.

Talvez você objete que isto não explica a intuição mencionada em 3.17. Naquele caso, o consumidor diz a alguém que Salvador é um revolucionário. Seu interlocutor lhe

pergunta de quem ele fala (do santo ou do neonazista?). O consumidor informa que fala do famoso, mas descobre que ambos são famosos. Neste ponto, ele já não tem mais marcadores. Vimos que, após isto, o próprio consumidor se considera incapaz de referir pelo nome. A explicação anterior foi que a existência de mais de uma prática interfere na capacidade do sujeito de referir. Para que um consumidor tenha sucesso em referir por um nome é necessário que ele identifique o objeto como aquele referido pelos membros de uma prática específica. Se abandonarmos a noção de prática específica, não teremos como explicar a intuição acima.

Em resposta eu diria que não apenas temos, mas a explicação será ainda melhor. Em primeiro lugar, não é porque o consumidor passa a acreditar que existem duas práticas distintas de usar “Salvador” que ele duvida de sua própria capacidade de referir. Eu sei que há muitas práticas distintas de usar o nome “Sócrates”, mas ainda acredito ser capaz de referir por este nome. Sequer é o fato de ele pensar que não é capaz de situar seu uso do nome em uma prática específica. Imagine que alguém informasse nosso consumidor que existem duas práticas de usar “Salvador”, que o referente de ambas é normalmente distinguido, mas que eles são de fato o mesmo. Alguém poderia informar isto a ele dizendo: normalmente se acredita que existe um Salvador santo e um nazista, mas eles de fato são a mesma pessoa. De posse disto, o consumidor poderia usar o nome “Salvador” para referir a Salvador. Mas ele não precisaria situar seu uso do nome em uma destas práticas específicas. Ele poderia muito bem usar o nome com a intenção de participar das duas ao mesmo tempo. A princípio, nada impede isto.

Por outro lado, existe uma explicação simples da razão de, naquele caso anterior, ele pensar de si mesmo como incapaz de referir. O que ocorre é que ao receber aquelas informações ele terá razões para acreditar (falsamente) que existem dois indivíduos *diferentes* que são chamados “Salvador”, são famosos, e ditos revolucionários. De posse disto, ele julgará a si mesmo incapaz de distinguir entre ambos. Dado que falantes têm pelo menos uma boa ideia de como os nomes funcionam, ele julgará a si mesmo incapaz de referir. É provável que, após isto, ele sequer tente usar o nome para referência singular. Mas tudo isto é consistente com a perspectiva reformulada apresentada acima. Não precisamos do apelo à noção de prática específica.

E quanto ao caso 2? Mais uma vez, a previsão da perspectiva reformulada será que não houve falha na referência. A resposta segue a mesma linha. É verdade que existem duas práticas de usar o nome “Paula” para referir à Paula. Mas o número de práticas existentes é irrelevante para o sucesso da identificação. O que importa é que existe apenas uma pessoa chamada “Paula” de quem os marcadores do consumidor são difundidos.

Esta reformulação ainda tem uma vantagem. Nós explicamos porque a tendência é que, em situações como o caso 2, as práticas acabem se fundindo. Consumidores tomarão indiscriminadamente a referência de empréstimo tanto de uma como da outra. As duas práticas começarão a ganhar usuários que podem *navegar* por ambas. Assim, tornar-se-ão uma só prática maior. A ideia de que os consumidores podem tomar sua referência de empréstimo de diferentes práticas tem uma vantagem. Nomeadamente, ela fornece uma explicação simples de como duas (ou mais) práticas podem se tornar uma.

No caso 1 as coisas são mais complicadas. Dado a crença difundida de que os referentes são diferentes, as práticas não se fundirão facilmente. Pense no exemplo de nosso consumidor. Logo que ele for informado de que existem dois indivíduos diferentes chamados “Salvador” de quem tal e tal informação é difundida, ele tomará o cuidado de não misturar mais as coisas. Em casos como este, as coisas funcionam de modo a manter as práticas separadas. Assim como ocorre no caso do nome “Sócrates” usado para referir ao filósofo e para referir ao jogador do Corinthians.

Um último problema para a reformulação acima diz respeito à noção de *usuário competente de um nome*. Na seção 3.9 defini um usuário competente apelando à noção de uma prática específica de uso do nome: um consumidor é um usuário competente de um nome se, e somente se, seu material identificador é suficiente para indicar a qual prática pertence. Para aqueles que pensam que o apelo a uma prática específica é incorreto, será necessário uma nova caracterização de consumidores competentes.

Nem tão nova assim. Mais uma vez, podemos manter o essencial do que foi dito antes. Antes eu mencionei que existem dois modos em que um consumidor pode falhar em referir. Primeiro, ele pode falhar devido à pobreza de seu material identificador. Segundo, ele pode falhar devido ao fato de a prática de uso do nome não levar a objeto algum. Em seguida, defendi que consumidores que falham em referir do primeiro modo,

não são competentes. Mas aqueles que falham do segundo modo ainda são usuários competentes do nome. Tudo isto pode ser mantido.

A partir daí, podemos caracterizar um usuário competente da seguinte maneira: *um consumidor é um usuário competente de um nome se, e somente se, seu material identificador é suficiente para garantir que ele só possa falhar em referir devido ao segundo tipo de falha.* Novamente, só o que muda é que não estamos mais apelando à noção de prática específica.

Com esta seção, espero ter alcançado a seguinte conclusão. O apelo a uma noção de prática específica não é essencial ao tipo de explicação que propus para a referência dos nomes. Nós podemos excluir esta noção e manter o mesmo tipo de explicação. Assim, nenhuma objeção que apele a problemas com esta noção será fundamental. O processo de identificação dos consumidores é basicamente o mesmo nesta reformulação. Mas ela assume que é errado resumir este processo apelando à identificação de um objeto como aquele referido pelos membros de uma prática específica. Para aqueles que estão insatisfeitos com as previsões da formulação original quanto aos casos 1 e 2, esta reformulação será preferível.

CONCLUSÃO

Duas teses principais foram defendidas ao longo deste trabalho. A tese negativa foi que a teoria Causal, pelo menos nas versões trabalhadas, fornece uma explicação insatisfatória da referência dos nomes. Isto foi defendido principalmente na parte II, mas também ao longo da parte III, principalmente nas seções 3.12 e 3.13. A tese positiva consistiu na apresentação de uma perspectiva alternativa que sustentei se sair melhor com os casos problemáticos. A teoria defendida segue a mesma linha de Evans, Sainsbury, Campbell, Jackson e outros. Embora eu tenha ressaltado diferenças importantes ao longo do texto. Minha intenção foi mostrar (a) que ela é uma alternativa plausível ao problema da referência, (b) que é preferível à sua concorrente causal e (c) que escapa das objeções mais imediatas, como o argumento semântico.

Gostaria de terminar observando alguns pontos. O primeiro é sobre *internalismo* e *externalismo* em referência. Grosso modo, um internalista é alguém que defende que a referência é um fenômeno primordialmente dependente de aspectos internos ao falante, enquanto um externalista defende que é primordialmente dependente de aspectos externos. O Descritivismo Clássico é um exemplo de internalismo, a Teoria Causal é um exemplo de externalismo. Em um sentido, minha perspectiva é internalista: referência depende da capacidade de identificação. Em outro, é externalista: referência também depende de elos causais. Assim, penso que o melhor seria interpreta-la como uma teoria mista, nem internalista nem externalista. Menciono isto para evitar confusões. Deve-se sempre manter em mente que não defendi que elos causais são irrelevantes para a referência. Só o que defendi é que eles não têm a relevância que o teórico causal quer.

Em segundo lugar, não apresentei um tratamento completo da referência dos nomes, sequer tive a intenção de fazê-lo. Existem problemas importantes que não foram abordados. Um exemplo é o problema da troca do referente de um nome. Desde Evans (1973) é comumente pensado que é possível uma mesma prática de usar um nome envolver dois objetos diferentes em tempos diferentes. Em outras palavras, pode haver troca do referente de um nome ao longo do tempo. Casos como este envolvem problemas interessantes, que não foram tratados aqui. Outro exemplo é o caso dos

nomes vazios. Embora eu tenha dito algo sobre isto, seria necessário muito mais para um tratamento completo.

Em terceiro, deixei explícito que o objetivo era discutir apenas o problema da referência singular dos nomes. Mantive este debate separado de outros que lhe são íntimos, como o problema do significado dos nomes. É importante notar que o fato de aceitar uma perspectiva evansiana para a referência não significa que precise aceitar o mesmo para o significado dos nomes. Não foi minha intenção defender que os modos de identificação envolvidos na referência desempenham qualquer papel fundamental no significado dos nomes. Me mantive alheio a esta discussão. Apenas espero que a teoria defendida seja consistente com nossas teorias mais plausíveis do significado.

REFERÊNCIAS

- BURGE, Tyler (1973) "Reference and Proper Names". *The Journal of Philosophy* Vol. 70, n. 14.
- BROCK, Stuart (2004). "The Ubiquitous Problem of Empty Names." *The Journal of Philosophy*, Vol. 101 n. 6, pp. 277-298.
- CAMPBELL, Richard (1968) "proper Names". *Mind*, v. 77, n. 307. pp. 326-350.
- CAMPBELL, John (2002). *Reference and Consciousness*. Oxford Cognitive Science Series. Clarendon press. Oxford.
- CASTAÑEDA, Hector-Neri (1985). "The Semantics and the Causal Roles of Proper Names". In: *Philosophy and Phenomenological Research*, Vol. 46, No. 1, pp. 91-113
- DEVITT, Michael (1981) "A Causal theory of designation (1 e 2)". In: *Designation*. Columbia University Press.
- DEVITT, Michael. Sterelny, Kim (1999) *Language and Reality: an introduction to the philosophy of language*. Oxford, Blackwell.
- DONNELLAN, Keith (1972) "Proper Names and identifying descriptions". In: Davidson, Matthew, org. (2007) *On sense and direct reference*. The McGraw-Hill Companies. pp. 107-124.
- _____. (1974) "Speaking of Nothing". In: *The Philosophical Review*. Vol. 83, No 1, pp. 3-31. Duke University Press.
- EVANS, G. (1973) "The Causal Theory of Names". In: Davidson, Matthew, org. (2007) *On sense and direct reference*. The McGraw-Hill Companies. pp. 528-543.
- _____. (1982) *The Varieties of Reference*. Clarendon Press – Oxford University Press – New York. 2002.
- FANTL, Jeremy (2012) "Knowledge How". In: Zalta, Edward N. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*.
- FREGE, Gottlob (1892) "Sobre o Sentido e a Referência". In: *Lógica e filosofia da linguagem*. Tradução: Paulo Alcoforado. São Paulo: Cultrix, 1978.
- HAWTHORNE, John e MANLEY, David (2012). *The Reference Book*. Published to Oxford Scholarship Online: May-12

JACKSON, Frank (2010). *Language, Names, and Information*. Blackwell.

KAPLAN, David (1989): "Afterthoughts". In: Joseph Almog, John Perry, Howard Wettstein (eds.) *Themes from Kaplan*. New York Oxford

_____. (1977) "Demonstratives. An Essay on the Semantics, Logic, Metaphysics, and Epistemology of Demonstratives and Other Indexicals" In: Almog, Joseph; Perry, John; Wettstein, Howard (eds.) *Themes from Kaplan*. New York Oxford University Press 1989. PP.481-563.

KRIPKE, Saul A. (1977) "Speaker's reference and semantic reference". In: Ludlow, Peter, org. (1997) *Readings in the philosophy of language*. The Massachusetts Institute of Technology Press (MIT). pp.383-414.

_____. (1972/1980) *Naming and Necessity*. Oxford, Blackwell, 1990.

_____. (2011) "Vacuous Names and Fictional Entities". In: *Philosophical Troubles (vol. 1)*. Oxford University Press. pp. 52-74.

KROON, Frederick W. (1987). "Causal descriptivism", *Australasian Journal of Philosophy*, 65:1, 1-17.

_____. (1983). "The Problem of 'Jonah': How Not to Argue for the Causal Theory of Reference", In: *Philosophical Studies: An International Journal for Philosophy in the Analytic Tradition*, Vol. 43, No. 2 (Mar., 1983), pp. 281-299

KRONFELD, Amichai (1990) *Reference and Computation: an essay in applied philosophy of language*. Cambridge University Press. p.1

LEWIS, David (1984) "Putnam's Paradox" In: *Papers in metaphysics and epistemology*. Cambridge University Press, 1999. pp. 56-77

LOAR, Brian (1976) "The Semantics of Singular terms". In: Davidson, Matthew, org. (2007) *On sense and direct reference*. The McGraw-Hill Companies. pp.496-516.

LOCKWOOD, Michael (1975) "On Predicating Proper Names" In: *The Philosophical Review*, Vol. 84, No. 4 (Oct., 1975), pp. 471-498.

McCULLOCK, Gregory (1989). *The Game of the Name: Introducing Logic, Language and Mind*. Oxford University Press. 2003.

NELSON, Michael (1997) "Singular Propositions". In: Zalta, Edward N. (ed.) *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2007.

PERRY, John (1980) "A Problem About Continued Belief". In: *The Problem of Essential Indexical and Other Essays*. Oxford University Press, 1993.

PUTNAM, Hilary (1975) "The Meaning of "Meaning"". In: Davidson, Matthew, *org.* (2007) *On sense and direct reference*. The McGraw-Hill Companies. pp.126-179.

RUSSELL, Bertrand (1905) "On Denoting". In: *Analytic Philosophy: An Anthology*. Martinich, A. P. and Sosa, David, *orgs.* (2006). University of Texas at Austin: Blackwell. pp.32-41

_____. (1912) *Os problemas da Filosofia*. Tradução: Desidério Murcho. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2008.

_____. (1972) *The Philosophy of Logical Atomism*. Routledge.

SAINSBURY, Richard M. (2005). *Reference Without Referents*. Oxford University Press.

_____. (2006). "The essence of Reference". In: Lepore, E. and Smith B. (eds.) *Oxford Handbook of Philosophy of Language*. pp. 393-422.

SEARLE, John (1958) "Proper Names" In: *Mind* Vol. 67, No. 266, pp. 166-173.

_____. (1983) "Nomes próprios e intencionalidade". In *Intencionalidade*. Trad. Júlio Fischer e Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. (1996) "Contemporary Philosophy in the United States" In: Blackwell Companions to Philosophy (pp.1 - 21) 2003

STALNAKER, Robert (1997) "Reference and Necessity". In *A Companion to the Philosophy of Language*, org. de Bob Hale e Crispin Wright. Oxford: Blackwell.

TEIXEIRA, Célia (2003) "Estão os Significados na Cabeça? Putnam versus Searle". Disponível em www.criticanarede.com

UNGER, Peter (1983) "The Causal Theory of Reference". In: *Philosophical Papers*. Oxford University Press. 2006. Vol. 1. pp. 117-160.

WILLIAMS, John N. (2007) "Propositional Knowledge and Know How". In: *Synthese* 165, 107-125.

ZIFF, Paul (1977) "About Proper Names". In: *Mind, New Series*, Vol. 86, No. 343 (Jul., 1977), pp. 319-332.